

A Miséria do Historicismo

Karl Popper

1305-1306

A Miséria do Historicismo

Karl Popper

MONKEY BOOKS

Apresentação

Karl Popper e a Crítica ao Historicismo

Valdecila Cruz Lima

Mestranda USP - História Social

“Há muitos problemas urgentes que poderiam ser resolvidos, pelo menos parcialmente; como ajudar fracos e doentes e os que sofrem injustiças e opressões; combater o desemprego; promover igualdade de oportunidades; evitar crimes internacionais, como a extorsão e a guerra urdidas por pessoas, semelhantes a Deus, dirigentes onipotentes e oniscientes. Tudo isso poderíamos conseguir se parássemos de sonhar com ideais distantes e se parássemos de lutar pelos nossos projetos utópicos de um mundo novo e de um homem novo. Aqueles de nós que acreditam no homem tal como ele é e que, por conseguinte, não enterraram a esperança de vencer a violência e a ausência da razão, deveriam, em vez disso, proporcionar a cada pessoa o direito de organizar por si mesma a sua própria vida, na medida em que isso é compatível com direitos iguais dos outros”. (*Conferência “Utopia e violência”, 1948, revista em 1975 (Popper, 1981)*).

Esta comunicação desenvolve-se em torno da construção de uma biografia intelectual de Karl Popper, no que tange a seu principal debate com o materialismo dialético e na análise de suas principais propostas epistemológicas para a Ciência.

O objeto central de análise é o livro de Karl Popper mais divulgado no Brasil, *A miséria do historicismo* (1957) (escrito em meio a uma intertextualidade com o livro *Miséria da filosofia* de Karl Marx) contendo a sua crítica ao materialismo dialético e suas considerações sobre o método da Sociologia teórica.

* * *

Karl Raimund Popper nasceu em Viena, em 28 de julho de 1902. Tornou-se comunista em 1919, porém no mesmo ano deixou de sê-lo, justificando ser contra as atitudes violentas e totalitárias do exército

vermelho. A liberdade, Popper sustenta, é algo mais valioso do que a igualdade; caso a liberdade seja perdida ou abandonada, a própria igualdade não poderá ser mantida entre aqueles que não são livres. Ele continuou a se considerar um socialista, doutrinariamente, no sentido em que isso expressava tão somente a sua crença na justiça social (Raphael, 2000: 1).

Nascido numa família rica de origem judaica secularizada, ingressou na Universidade de Viena em 1918 e concluiu o seu doutoramento em filosofia em 1928. Foi professor em escolas secundárias entre 1930 e 1936. Com a ascensão do nazismo morou na Nova Zelândia e na Inglaterra, sendo este último o país em que viveu a maior parte de sua vida, radicado como professor na London School of Economics desde 1949. Popper tornou-se teórico da ciência, crítico do conhecimento, filósofo da política (título que ele não se orgulhava). Devido a sua personalidade carregada de irritabilidade e falta de temperança todas as suas obras demoraram a ser publicadas. Aposentou-se da vida acadêmica em 1969, porém permaneceu ativo intelectualmente até o ano da sua morte em 1994.

Karl Popper, crítico-caústico, teórico, polêmico e adepto dos modelos de análise da Física e das Ciências Naturais, considera o método da seleção por eliminação (ou método de ensaio e erro) como o mais apropriado para distinguir a Ciência da não-Ciência: por meio de experiências as leis universais devem passar pela demonstração de falseamento (Popper, 1981: 13-24). Com essa discussão escreve seu primeiro livro *A lógica da pesquisa científica* (1934), contra a Escola de Viena. Contudo, mesmo elaborando a discussão nessa direção experimentalista, ele se coloca em combate ao positivismo, nomeando-se como racionalista crítico (Popper, 1981: 3-12), o que ele define como um combate ao utopismo e à violência.

Karl Popper teve muita influência nos meios acadêmicos dos anos 50 e 60, escreveu *Sociedade aberta e seus inimigos* (1946), uma tomada de posição em defesa da democracia e contra o totalitarismo; *Conjecturas e refutações* (1969), especificamente político. Ele foi um antimarxista ardoroso (segundo ele, Marx era o maior inimigo da sociedade aberta), anti-historicista, anti-dialética materialista e rejeitava o que entendia por essencialismo e utopismo. Além de Marx e Freud (que ele considerava serem imaginativos e criativos, porém não cientistas), criticou vários

autores, como Hegel, Platão, Spencer, Comte e Stuart Mill, considerando-os historicistas, holísticos e utópicos.

O seu principal debate foi com o historicismo, e mais especialmente com o materialismo dialético, que foi apresentado em forma de livro intitulado *A miséria do historicismo*, escrito em 1957 (sendo o título uma referência explícita ao livro *Miséria da filosofia* de Karl Marx). Ao fazer a sua dedicatória nesse livro ele implicitamente equipara o comunismo com o fascismo, dizendo: “em memória de homens e mulheres de todos os credos, nações e raças, que, em número incontável, tombaram vítimas da crença fascista e comunista em inexoráveis Leis de Destino Histórico” (Popper, 1980).

* * *

A tese central do livro *A Miséria do historicismo* é a de que não há como prever o caminho da história humana, mesmo recorrendo aos recursos do método científico ou a qualquer outro método racional. Historicismo, segundo Popper, tem exatamente essa pretensão, diz ele: “o historicismo é uma forma de abordar as ciências sociais que lhes atribui, como principal objetivo, o fazer predição histórica, admitindo que esse objetivo será atingível pela descoberta dos ‘ritmos’ ou dos ‘padrões’, das ‘leis’ ou das ‘tendências’ subjacentes à evolução da história” (Popper, 1980: 6).

O autor ressalta que não está refutando todo o tipo de predição social, pois, segundo ele, as Ciências Sociais (principalmente as teorias econômicas) podem ser submetidas a teste e serem objeto de previsão mediante condições estabelecidas previamente, porém, ressalta ele, qualquer previsão que suponha uma expansão do conhecimento humano será impossível. Ele mesmo admite que não há prova lógica sobre este argumento, pois o falseamento da previsão só é possível após o evento.

A refutação ao historicismo de Karl Popper pode ser resumida em alguns enunciados principais (Popper, 1980: 2-3), a saber: a) o curso da história humana é fortemente influenciado pelo crescer do conhecimento humano; b) não é possível predizer, através de recurso a métodos racionais ou científicos, a expansão futura de nosso conhecimento científico; c) não é possível, conseqüentemente, prever o futuro curso da história humana; d) não pode haver uma teoria científica do desenvolvimento histórico a servir de base para a predição histórica; e) o objetivo fundamental dos métodos historicistas está, portanto, mal colocado.

Desenvolve sua crítica ao historicismo lançando mão de analogias entre a Física e a Sociologia, cujas principais referências são: a primeira, quanto à generalização, que, segundo ele, é completamente cabível à Sociologia, se esta for considerada como uma disciplina empírica, a qual se aplica o método da experiência e observação, valendo-se de teorias e de leis universais, para explicar e prever eventos (embora essa previsão esteja condicionada às condições ideais).

A segunda, quanto à experimentação, que ele considera completamente adequado às Ciências Sociais. Para ele, a História é a base empírica da Sociologia, na medida em que se compõem de um apanhado de eventos, que sob uma orientação do método do teste e observação torna-se passível de explicação e de previsão;

A terceira, quanto à novidade das Ciências Sociais, que diferentemente da Física (invariável no tempo e no espaço), dependem da história;

A quarta, quanto à complexidade, a gama de relações existentes no meio social que é infinitamente maior que as existentes na Física;

Por último, quanto aos métodos quantitativos, no qual Popper indica a Sociologia estadunidense como exemplo de sucesso no uso desses métodos pelas Ciências Sociais.

Popper coloca-se, também, contra o essencialismo ao considerar que não há explicações últimas, pois toda teoria poderá ser refutada a qualquer tempo, jamais se pode descrever uma essência última do mundo através de leis gerais¹. Prefere o nominalismo (a singularidade) ou o que ele chama de “essencialismo modificado”, que se desenvolve por meio de: desistência da ideia de uma explicação última; desistência de perguntar o que é, ou seja, aceitar o fato de que há um a priori como válido e abandono da ideia de que em cada parte haja uma qualidade intrínseca ou inerente.

A condição de complexidade e de interação entre observador e observado, entre sujeito e objeto da Ciência Social, é justamente, segundo Popper, o que sublinha a impossibilidade de previsões sociais, anulando assim o cerne do historicismo. Além disso, o autor chama atenção para a possibilidade de ocorrer o que ele chama de “efeito de Édipo”, a influência da predição nos acontecimentos futuros. O que ocorreu, segundo ele, com as “profecias” de Marx.

Ao criticar o historicismo Popper contrapõe profecia histórica à engenharia social, propondo um enfoque tecnológico da Sociologia (uma tecnologia da ação gradual). O que ele chama de engenharia da ação gradual versus engenharia utópica (Popper, 1980:35-43). A primeira, de caráter privado, reconhece que somente algumas instituições podem ser mudadas conscientemente (reformas paulatinas até a mudança na estrutura de classe), enquanto a outra, utópica, caráter público, pretende a remodelação de toda a sociedade (para Marx, em meio à luta de classes a realização da revolução social).

* * *

Popper faz essa discussão considerando as críticas que Adorno e Habermas² fazem a ele. Queixa-se de ter sido rotulado como “positivista” corrente de pensamento, a qual, segundo ele, combateu insistentemente. Diz ele: “é fato que “minha teoria social” (que preconiza uma reforma gradual e setorial, controlada por uma comparação crítica entre os resultados esperados e os obtidos) contrasta fortemente com a minha “teoria do método” que procura ser uma teoria das revoluções científicas e intelectuais” (Popper, 1978: 38-39).

Ao responder às críticas, Popper elabora 27 teses em defesa da razão (Popper, 1978), entre as quais as principais são:

- A razão crítica é a única alternativa contra a violência;
- Nossas escolhas, nossas hipóteses experimentais, podem ser eliminadas criticamente pela discussão racional, sem eliminarmos a nós mesmos. Este é, de fato, o propósito da discussão racional crítica;
- Se há mais “objetividade” nas ciências naturais, então é porque existe uma melhor tradição e padrões mais elevados de clareza e de criticismo racional;
- Nas chamadas ciências sociais e filosofia, a degeneração para um verbalismo impressionante, mais ou menos vazio, passou também para as ciências naturais;
- Se a maioria dos especialistas se limitar a adotar uma atitude de “mostrar serviço”, será o fim da ciência tal como a conhecemos – da grande ciência. Será uma catástrofe espiritual comparável, em suas consequências, ao armamento nuclear;

- A maioria das revoluções, se não todas, produziram sociedades muito diferentes das que almejavam os revolucionários;
- A luta contra a imitação das ciências naturais pelas ciências sociais e pelo ponto de vista de que a epistemologia positivista é inadequada, pois esta não faz de fato “generalizações cuidadosas de observação”, como se crê usualmente, mas é essencialmente especulativa.

* * *

As teses de Popper para uma definição de história constituem-se em três preposições centrais (Peluso, 1995: 167), sintetizadas a seguir: 1) não existe uma história da humanidade; 2) a história não tem sentido e 3) podemos dar um significado à história.

Popper parece acreditar que só existe história como teoria que explica eventos, que só existem eventos particulares aos quais podemos reportar nossas escolhas interpretativas, portanto, a história só é possível como historiografia. A história, para Popper, é a história do poder e da política, pois há o caráter seletivo das explicações históricas (Peluso, 1995: 167). Segundo ele, a história caracteriza-se por seu interesse pelos eventos reais, singulares ou específicos, e não pelas generalizações ou leis (Popper, 1980: 112).

Popper criticava o fundamento epistemológico das teorias que afirmavam um sentido para a história, como as correntes marxistas e positivistas, as quais segundo ele, são correntes de pensamento baseadas na ideia de que a verdade era manifesta e de que dispúnhamos de recursos que permitiriam identificar e garantiriam o conhecimento verdadeiro. Popper confronta essas ideias, no intuito de criar um método próprio para a história, estruturando-se em proposições centrais, que podem ser resumidas nas seguintes (Peluso, 1995: 188): na primeira, ele diz que existem algumas diferenças entre a estrutura das explicações construídas na história e nas ciências naturais, pois o modelo de explicação baseado na formulação de uma lei geral não pode ser usado nas explicações históricas;

Na segunda, ele diz que existem certos aspectos dos fatos históricos que os tornam particularmente importantes para as considerações de ordem metodológica. A ideia de que os fatos não podem ser frequentemente repetidos e que as teorias históricas têm forte influência no ponto de vista

do interpretador desses fatos, pode facilmente conduzir à ideia de que as teorias históricas não são testáveis e conseqüentemente, não são científicas;

E na terceira e última, ele diz que as teorias de história, como “interpretações gerais”, não são científicas devido a seu caráter circular e sua irrefutabilidade. Porém, como “interpretações específicas”, elas têm algum mérito determinado.

A posição de Popper parece implicar que o conhecimento científico pode ser distribuído em uma hierarquia onde as ciências naturais estão em primeiro lugar. Elas constituem a ciência de primeira classe. Em segundo lugar, estão as ciências sociais, que empregam o mesmo método das ciências naturais, com algumas limitações decorrentes da natureza de seu objeto e de suas teorias. Em último lugar, estão as explicações históricas, que justamente com as explicações tecnológicas, constituem o enfoque tecnológico ou engenharial da realidade. Nesse sentido, a história seria um tipo de engenharia da atividade humana (Peluso, 1995: 202).

Popper critica a dialética em duas frentes de debate: a primeira, como teoria da lógica, que para ele preconiza o abandono da “lei da exclusão das contradições”. Pois se se adotam uma teoria da dedução que admita a contradição, isso impediria de procurar uma outra teoria que seja melhor do que ela. Se se aceitam as contradições, já não haveria razões para a crítica – seria o colapso da ciência e o fim do progresso intelectual. E a segunda, como interpretação geral do mundo, segundo Popper, é decorrente de postura idealista de Hegel, do materialismo dialético e do historicismo de Engels e Marx.

Popper diz:

“Assim, precisamos dizer ao dialético que ele não pode manter essas duas posições ao mesmo tempo. Ou ele está interessado nas contradições por causa de sua fertilidade: então, necessita recusá-las; ou ele está preparado para aceita-las: então, elas serão estéreis e a crítica racional, a discussão, e o progresso intelectual serão impossíveis. A única “força” que provoca o desenvolvimento dialético é a nossa determinação em não aceitar, ou rendermos-nos às contradições entre a tese e a antítese. Não existe uma força misteriosa dentro dessas duas ideias, nem uma tensão misteriosa entre elas, que promova o desenvolvimento – é simplesmente nossa decisão, nossa resolução de não admitir contradições, o que

nos induz a procurar por um ponto de vista novo, que nos permitiria evitá-las. Essa resolução é inteiramente justificada, porque pode ser facilmente mostrado que, se alguém aceitasse as contradições, então, teria de abandonar toda atividade científica: isso significaria o completo fracasso da ciência” (apud Popper, Peluso, 1995: 208-209).

* * *

As propostas epistemológicas de Popper parecem dar a ele o título de empirista lógico na medida em que considera que leis universais só podem ser verdadeiras se forem falseadas, ou seja, demonstráveis por experiências. Diz ele em entrevista a Die Presse (Popper, 1981), que uma das teses centrais de sua teoria da ciência é o de que o método de erros verificáveis, a postura crítica de demonstração e detecção de erros através da observação empírica é que distingue uma teoria científica de uma teoria pré-científica.

Popper em uma conferência intitulada “O que é dialética?” (Popper, 1981), de 1934, em Nova Zelândia, revista pelo autor em 75, divulga pela primeira vez esse seu método de tentativa e erro que na sua essência é um método de eliminação, de escolha negativa e de exclusão. Em um ensaio chamado A Missão da Ciência (Popper, 1981: 13-24), Popper admite que o objetivo da ciência empírica é encontrar explicações satisfatórias, a das leis universais demonstráveis e falseáveis.

A falseabilidade é decorrência da ideia de que existem enunciados básicos falseáveis. Para Popper, deve-se se chamar “empírica” ou “falseável” a uma teoria se ela divide a classe de todos os enunciados básicos possíveis de maneira não ambígua nas duas subclasses não vazias que se seguem. Primeiro, a classe de todos aqueles enunciados básicos em relação aos quais ela é inconsistente, ou que ela exclui, ou proíbe: chamam-se a esta classe de falseadores potenciais da teoria; e, em segundo lugar, a classe daqueles enunciados básicos que ela não contradiz, ou que ela “permite” (Popper, 1975: 309).

Popper ressalta que se deve distinguir claramente entre a falseabilidade e falseamento, introduzindo a falseabilidade unicamente como um critério para o caráter empírico de um sistema de enunciados. Com relação ao falseamento, deve-se introduzir regras especiais que determinarão sob

quais condições se deve considerar que um sistema está falseado (Popper, 1975: 310).

É justamente o método de falseamento que gera o progresso da ciência, segundo Popper. Progredir em ciência significa, portanto, testar as hipóteses e descartá-las se forem demonstradas falsas. O desenvolvimento de uma ciência parece claramente dividido em duas fases: palpites injustificáveis (eliminando assim o problema da indução) e, depois, a pesquisa guiada por método rigoroso (Assis, 1991: 105).

Em *A Miséria do historicismo* (Popper, 1980: nota 3) ele diz claramente: “penso na existência de leis ou hipóteses sociológicas análogas a leis ou hipóteses das Ciências Naturais”, ou quando diz, “não há maior diferença entre explicação, previsão e teste. Certamente, usamos o conhecimento que temos de nós mesmos para elaborar hipóteses (...), contudo estas hipóteses não de ser submetidas a testes, não de ser expostas ao método da seleção por eliminação”.

Contudo em sua conferência de 1947, intitulada “Utopia e violência” (Popper, 1981: 3-12, nota 2), declara-se racionalista: “sou racionalista porque vejo na ótica da razão a única alternativa para vencer a violência”, classificando o racionalismo como certo (o pensado por ele, pois não seria dogmático e se basearia em crença na razão humana) e falso (a, segundo ele, visão dogmática que leva ao utopismo). Para Popper o utopismo pode levar à violência, pois necessariamente recorrerá aos recursos e métodos violentos para reprimir os objetivos concorrentes.

* * *

Thomas Kuhn dialoga com autores como Ludwig Wittgenstein e Michael Polanyi usando-os como referencial teórico de suas considerações. No entanto trava um embate com Karl Popper quanto à sua lógica normativa e sua visão de incomensurabilidade entre as Teorias. Para Popper, as revoluções científicas não são complementos desintegradores da tradição paradigmática anterior, ou pelo menos, não o são totalmente, pois existem elos de continuidade entre as duas tradições. Esses elos podem ser aqueles consubstanciados por um princípio de correspondência. Para Kuhn, a tradição científica normal que emerge de uma revolução científica é não somente incompatível, mas muitas vezes verdadeiramente incomensurável com aquela que a precedeu (Bastos Filho, 1302).

A questão dos paradigmas em Popper e Kuhn pode ser resumida como sendo a expressão de um debate consistente tanto nas ciências quanto na história: o que ocorre é um acúmulo de conhecimento ou um abandono do antigo diante do novo? Para Popper, todo novo paradigma traz consigo sinais ou significados que pertenciam ao paradigma pelo qual se pretende substituir. No entanto Kuhn rejeita a ideia de acúmulo de conhecimento nos momentos de quebra de paradigma, que segundo ele, só ocorre mediante uma verdadeira revolução científica.

* * *

No Brasil Popper esteve muito associado às suas ideias de crítica à Marx e a Freud. Considerado como reacionário pela maior parte da intelectualidade brasileira dos anos 70, 80 e 90, pois nas áreas humanas o marxismo era predominante. Mas, surpreendentemente, grande parte das suas obras foi traduzida para o português. Hoje, no Brasil, Popper é redescoberto, muito mais pelas suas posições epistemológicas para a ciência, sendo um autor muito usado nas ciências exatas e em cursos como o de direito. A sua vasta bibliografia traduzida para o português sugere que esse autor é muito conhecido nesse país.

A epígrafe citada no início deste texto remete-nos a um profundo idealismo liberal de Karl Popper, que beira a utopismo (o qual ele pretendeu combater a vida toda). Uma frase dita nos anos 40 e revista nos anos 70 com propostas e ideias que cada vez mais vêm se afastando de uma possibilidade histórica.

Nota Histórica

A tese fundamental deste livro – a de que a crença no destino histórico é pura superstição e de que não há como prever, com os recursos do método científico ou de qualquer outro método racional, o caminho da história humana – remonta ao inverno de 1919-20. O esboço básico veio a completar-se por volta de 1935; sua primeira leitura foi feita, em janeiro ou fevereiro de 1936, em uma reunião particular, na casa de meu amigo Alfred Braunthal, em Bruxelas, sendo o trabalho apresentado sob o título “A Miséria do Historicismo”. Nesse encontro, um ex-aluno meu trouxe contribuição importante ao debate da questão: era ele o Dr. Karl Hilferding que, dentro em breve, se tornaria uma vítima da Gestapo e das superstições historicistas do Terceiro Reich. Estavam também presentes alguns outros filósofos. Pouco depois, li um trabalho similar no Seminário do Prof. F. A. von Hayek, na “London School of Economics”. A publicação atrasou-se de alguns anos, pois o manuscrito foi rejeitado pela revista *Filosofia* a que o enviei. Viu-se estampado pela primeira vez, em três partes, na *Econômica*, N.S., vol. XI, nº 42 e 43, em 1944, e vol. XII, nº 46, em 1945. Apareceram depois, sob forma de livro, uma tradução italiana (Milão, 1945) e uma tradução francesa (Paris, 1956). O texto desta edição foi revisto, recebendo alguns acréscimos.

Prefácio

Tentei mostrar em *A Miséria do Historicismo* que o historicismo é método pobre – método que não produz fruto algum. Todavia, em – verdade, não refutei o historicismo.

Posteriormente, consegui elaborar uma refutação do historicismo: mostrei que, por força de razões estritamente lógicas, é-nos impossível predizer o futuro curso da História.

A argumentação está em um trabalho, “Indeterminism in Classical Physics and in Quantum Physics”, publicado em 1950. Esse trabalho, entretanto, já não me agrada. Mais satisfatório tratamento da questão encontra-se no capítulo dedicado ao indeterminismo, que é parte do *Postscript: After Twenty Years à minha Logic of Scientific Discovery*.

Para que o leitor se informe dos resultados mais recentemente conseguidos, proponho-me traçar aqui, em poucas palavras, a linha geral dessa refutação do historicismo. Cabe resumir a argumentação nos cinco enunciados abaixo:

1) O curso da história humana é fortemente influenciado pelo crescer do conhecimento humano. (A verdade dessa premissa tem de ser admitida até mesmo por aqueles para quem as ideias, inclusive as ideias científicas, não passam de meros subprodutos de desenvolvimentos materiais desta ou daquela espécie).

2) Não é possível predizer, através de recurso a métodos racionais ou científicos, a expansão futura de nosso conhecimento científico. (Esta asserção pode ser logicamente demonstrada por meio de considerações que são feitas adiante).

3) Não é possível, conseqüentemente, prever o futuro curso da história humana.

4) Significa isso que devemos rejeitar a possibilidade de uma História teórica, isto é, de uma ciência social histórica em termos correspondentes aos de uma Física teórica. Não pode haver uma teoria científica do desenvolvimento histórico a servil de base para a predição histórica.

5) O objetivo fundamental dos métodos historicistas (ver seções 11 a 16 deste livro) está, portanto, mal colocado; e o historicismo aniquila-se.

A argumentação não afasta, como é evidente, a possibilidade de todas as formas de predição social; é, pelo contrário, perfeitamente compatível com a possibilidade de submeter a teste as teorias sociais – teorias econômicas, por exemplo — adiantando a previsão de que, sob certas condições, certos desenvolvimentos virão a ocorrer. A argumentação refuta apenas a possibilidade de predizer desenvolvimentos históricos na medida em que possam estes ver-se influenciados pela expansão do conhecimento humano.

O ponto decisivo da argumentação contém-se no enunciado (2). Penso que ele seja, por si mesmo, convincente: se o conhecimento humano cresce, não há como antecipar hoje o que tão-somente saberemos amanhã. Esse é, entendo eu, um ponto bem fundado, embora não chegue a ser uma prova lógica do enunciado. A prova de (2), por mim feita nas publicações mencionadas, é complexa; e não me surpreenderia que provas mais simples fossem formuladas. Minha prova consiste em evidenciar que nenhum previsor científico – seja um homem de ciência ou máquina de calcular – tem como antecipar, utilizando métodos científicos, os resultados que futuramente alcançará. Tentativas em tal sentido só dão resultado após o evento, quando já é demasiado tarde para uma previsão; só dão resultado quando a previsão do futuro se faz previsão do passado.

Sendo esse argumento de caráter puramente lógico, aplica-se a previsores científicos de qualquer complexidade, inclusive a “sociedade” de previsores em interação. E isso equivale à afirmação de que nenhuma sociedade pode predizer, cientificamente, seus futuros estágios de conhecimento.

Devido ao cunho algo formal do argumento por mim utilizado, talvez que – embora admitida sua validade lógica – se ponha em dúvida o ter ele significado real.

Busquei, todavia, em dois estudos, apontar o significado do problema. No último desses estudos, *The Open Society and its Enemies*, procurei colher alguns eventos na história do pensamento historicista, com o propósito de assinalar sua persistente e perniciosa influência sobre a filosofia da sociedade e da política, desde Heráclito e Platão até Hegel e Marx. No primeiro daqueles dois estudos, *The Poverty of Historicism* –

agora pela primeira vez publicado em inglês sob a forma de livro –, tentei pôr em realce a significação do historicismo como fascinante construção intelectual. Tive o objetivo de analisar-lhe a lógica – por vezes tão sutil, tão aliciante e tão decepcionante – e de sustentar que padece de fraqueza ínsita e irreparável.

K.R.P.

Penn, Buckinghamshirej

julho de 1957

Alguns dos mais esclarecidos comentadores deste livro sentiram-se perturbados à vista de seu título. Escolhendo-o, tive intenção de aludir ao livro de Marx, *A Miséria da Filosofia* que, por sua vez, fazia alusão à *Filosofia da Miséria*, de Proudhon.

K.R.P.

Penn, Buckinghamshirej

julho de 1959

Introdução

Difícilmente se afirmará que o interesse científico por questões sociais e políticas é menos antigo do que o interesse científico pela Cosmologia e Física; e períodos – houve na Antiguidade (penso na teoria política de Platão e na tarefa de coleccionar constituições a que se entregou Aristóteles) em que a ciência da sociedade parece ter conseguido avanço maior que o da ciência da natureza. Contudo, com Galileu e Newton, a Física projetou-se para além das expectativas, de muito ultrapassando todas as outras ciências; e, a partir dos tempos de Pasteur, o Galileu da Biologia, as Ciências Biológicas têm alcançado quase que o mesmo êxito. Aparentemente, entretanto, até o momento, as Ciências Sociais ainda não encontraram seu Galileu.

Em tais circunstâncias, os estudiosos dedicados a uma ou outra das Ciências Sociais são levados a preocupar-se grandemente com problemas de método; e boa porção do debate em torno desses problemas é travada tendo-se em vista os métodos das ciências mais florescentes e, em especial, a Física. Deliberada tentativa de copiar o método experimental da Física foi, por exemplo, o que levou, na época de Wundt, a uma reforma da Psicologia; e, desde J. Stuart Mill, repetidos ensaios têm sido feitos no sentido de reformar, ao longo de diretrizes algo semelhantes, o método das Ciências Sociais. No campo da Psicologia, a despeito de muitos desapontamentos, talvez que essas reformas tenham alcançado algum grau de êxito. Entretanto, no campo das Ciências Sociais teóricas, excluída a Economia, as tentativas conduziram a pouco mais que decepção. Quando os fracassos foram debatidos, logo se propôs a questão de saber se os métodos da Física eram realmente aplicáveis às Ciências Sociais. Não seria a obstinada crença em sua aplicabilidade a circunstância responsável pela deplorada situação em que se encontravam os estudos de caráter social?

A pergunta sugere uma classificação simples das escolas de pensamento interessadas nos métodos das ciências menos bem sucedidas. Segundo a maneira como se colocam diante da aplicabilidade dos métodos da Física, procede classificar essas escolas em naturalísticas e anti-naturalísticas, denominando “naturalísticas”, ou “positivas”, as favoráveis à aplicação dos

métodos da Física às Ciências, e “anti=naturalísticas”, ou “negativas”, as que se opõem à utilização de tais métodos.

O fato de um estudioso dos métodos aderir a doutrinas anti-naturalísticas ou naturalísticas, ou adotar uma teoria que as combine, dependerá largamente das concepções que tenha acerca do caráter da ciência em exame e acerca de seu objeto. E a atitude que assumirá também na dependência da maneira, como veja os métodos da Física. Creio, aliás, que este último ponto seja o de maior importância. Julgo que os erros fundamentais possíveis de apontar na maioria dos debates relativos a questões metodológicas nascem de mal-entendidos muito comuns a propósito dos métodos da Física. Julgo, em particular, que nascem do interpretar mal a forma lógica das teorias físicas, dos métodos de submetê-las a teste e da função lógica da experimentação e da observação. Afirmo que esses mal-entendidos têm consequências graves; e procurarei justificar essa afirmação nas partes III e IV do presente estudo. Ali buscarei mostrar que doutrinas e argumentos diversos e, por vezes, conflitantes, naturalísticos e anti-naturalísticos, apoiam-se, em verdade, na má compreensão dos métodos da Física. Nas partes I e II, limitar-me-ei, contudo, à explanação de certas doutrinas naturalísticas e anti-naturalísticas que fazem parte de uma abordagem típica na qual se combinam ambas as espécies de doutrina.

Essa abordagem, que me proponho a explicar primeiro, para só depois criticar, é por mim denominada “historicismo”. Com ela deparamos frequentemente, quando em discussão o método das Ciências Sociais; e dela se faz uso frequente, sem reflexão crítica, chegando-se a tê-la por óbvia. O que entendo por “historicismo” será extensamente exposto no presente estudo. A esta altura, bastará dizer que, para mim, é uma forma de abordar as Ciências Sociais que lhes atribui, como principal objetivo, o fazer predição histórica, admitindo que esse objetivo será atingível pela descoberta dos “ritmos” ou dos “padrões”, das “leis” ou das “tendências” subjacentes à evolução da História. Por estar eu convencido de que essas doutrinas historicistas do método são, no fundo, as responsáveis pelo insatisfatório estágio em que se encontram as Ciências Sociais teóricas (excluída a teoria econômica), a apresentação que farei dessas teorias não estará, por certo, despida de tendenciosidade. Sem embargo, esforcei-me empenhadamente em bem traçar o perfil do historicismo, a fim de emprestar substância à minha subsequente crítica. Procurei apresentar o

historicismo em termos de uma filosofia bem reputada e bem coesa. E não hesitei em elaborar em sua defesa, argumentos que, tanto quanto me consta, jamais foram adiantados pelos próprios historicistas. Espero que dessa maneira eu tenha erigido uma construção realmente digna de ser atacada. Em outras palavras, busquei aperfeiçoar uma teoria já muitas vezes exposta, mas que nunca o foi de forma totalmente desenvolvida. Essa a razão por que deliberadamente recorri a pouco habitual denominação “historicismo”. Introduzindo-a, espero evitar equívocos meramente verbais, pois ninguém, ao que julgo, se sentirá inclinado a levantar questão em torno de saber se os argumentos aqui debatidos estão ligados realmente, propriamente ou essencialmente ao historicismo, ou em torno de saber o que a palavra “historicismo” realmente, propriamente ou essencialmente significa.

I. Doutrinas Anti-Naturalísticas do Historicismo

Opondo-se fortemente ao emprego da metodologia naturalista no campo da Sociologia, o historicismo sustenta que os métodos típicos da Física não podem ser estendidos às Ciências Sociais, devido às diferenças profundas que separam aquela ciência destas últimas. As leis físicas, ou “leis da natureza”, diz-nos o historicismo, são válidas sempre e em todos os lugares, pois o mundo físico é governado por um sistema de uniformidades físicas, invariáveis no espaço e no tempo. De outra parte, as leis sociológicas, ou leis da vida social, são diversas em diferentes lugares e épocas. Embora o historicismo admita que há, marcadas pela tipicidade, muitas condições sociais cuja recorrência regular pode ser observada, nega que as regularidades identificáveis na vida social tenham o caráter das regularidades imutáveis do mundo físico. E isso porque dependem da História e das diferenças de cultura. Dependem de uma particular situação histórica. Assim, por exemplo, não se deve falar, sem ressalvas, em leis da Economia, mas tão-somente em leis econômicas do período feudal ou do início da era industrial, e assim por diante, sempre referindo a fase histórica durante a qual se admite que as leis em causa hajam prevalecido.

O historicismo afirma que a relatividade histórica das leis sociais torna os métodos da Física, em sua maior parte, inaplicáveis à Sociologia. E essa concepção se apoia em argumentos historicistas típicos, referentes à generalização, ao experimento, à complexidade dos fenômenos sociais, às dificuldades de predição exata e à significação do essencialismo metodológico. Examinemos esses argumentos, um após outro.

1. Generalização

A possibilidade de generalização e seu êxito no campo das Ciências Físicas apoia-se, ao ver do historicismo, na uniformidade geral da natureza: na observação – talvez fosse melhor dizer na presunção de que, em circunstâncias – semelhantes, coisas semelhantes ocorrerão. Admite-se que esse princípio, tido como válido para todo espaço e tempo, está na raiz do método da Física.

O historicismo insiste em que esse princípio é decididamente inútil em Sociologia. Circunstâncias semelhantes só se manifestam em um mesmo período histórico. Nunca se estendem de um a outro período. Conseqüentemente, a sociedade não apresenta uma uniformidade a longo prazo, sobre a qual pudessem basear-se generalizações a longo termo – postas de parte, naturalmente, as regularidades triviais, assim consideradas as que levam a truísmos, como os de dizer que os seres humanos sempre vivem em grupos, que o suprimento de certas coisas é restrito, enquanto o de outras, como o ar, é ilimitado, e que somente no primeiro caso têm as coisas algum valor de troca ou de mercado.

Um método que ignore essa limitação e tente fazer generalização das uniformidades sociais estará, segundo o historicismo, implicitamente admitindo que essas uniformidades são duradouras; e, assim, uma concepção metodologicamente ingênua – a concepção de que o método da generalização pode ser colhido no campo da Física e aplicado às Ciências Sociais – conduzirá a uma teoria sociológica falsa e perigosamente desorientadora. Será uma teoria negadora de que a sociedade se desenvolve; ou de que sempre se altera significativamente; ou de que os avanços sociais, ocorrendo, afetam as regularidades básicas da vida social.

Frequentes vezes, os historicistas colocam ênfase em que, por trás dessas desorientadas teorias, há, via de regra, um propósito apologético – e, com efeito, a presunção de que existam leis sociológicas imutáveis pode ser facilmente empregada para esse fim. O propósito apologético aparece, em primeiro lugar, sob a forma de argumento, no sentido de que coisas desagradáveis ou indesejáveis devem ser aceitas, de vez que estão determinadas por invariáveis leis da natureza. As “inexoráveis leis” da Economia, por exemplo, têm sido invocadas para demonstrar a futilidade da intervenção legislativa na esfera das discussões em torno da fixação de salários. Um segundo mau uso apologético da presunção de persistência das leis sociológicas é a estimulação de um sentimento geral de fatalismo e, conseqüentemente, de uma disposição de suportar calmamente e sem protesto o que se tem por inevitável. O que hoje é sempre será, e tentativas de influenciar a marcha dos acontecimentos ou de apreciá-los sob aspecto valorativo são ridículas: não há como levantar-se contra as leis da natureza, e ensaios no sentido de ignorá-las só podem conduzir a desastre.

Tais são, diz o historicista, os pontos de cunho conservador, apologético e mesmo fatalista que se põem como corolários necessários da posição que reclama a adoção de um método naturalístico em Sociologia.

O historicista se opõe a esses pontos, sustentando que as uniformidades sociais são muito diversas das que se manifestam no plano das Ciências Naturais. Aquelas alteram-se de um período histórico para outro, e a atividade humana é a propulsora das alterações. As uniformidades sociais não são, em verdade, leis da natureza; decorrem da ação humana e, conquanto se possa dizer que dependem da natureza humana, dir-se-á que dependem porque a natureza humana tem o poder de modificá-las e, talvez, de controlá-las. Consequentemente, as coisas são suscetíveis de aperfeiçoamento ou deterioração: uma reforma ativa não é necessariamente fútil.

Essas tendências do historicismo satisfazem aqueles que se inclinam a agir, a interferir – especialmente em negócios humanos –, recusando-se a aceitar como inevitável o existente estado de coisas. A inclinação em favor da atividade e contra todas as espécies de inação pode ser denominada “ativismo”. Voltarei a ocupar-me das relações entre historicismo e ativismo nas seções 17 e 18, mas posso, neste ponto, citar a conhecida exortação de um famoso historicista, Marx, que traduz veementemente a atitude “ativista”: “Os filósofos se têm limitado a, desta ou daquela maneira, interpretar o mundo; o que importa, porém, é transformá-lo”.

2. Experimentação

A Física se vale do método experimental, isto é, introduz controles artificiais, provoca isolamento artificial e, assim, assegura a reprodução de condições similares à que deseja estudar e garante a consequente produção de certos efeitos. Esse método se baseia, claramente, na ideia de que, onde haja condições semelhantes, coisas semelhantes ocorrerão. O historicista afirma que esse método não é aplicável em Sociologia. E – continua – ainda que fosse aplicável, não seria útil, pois, como condições similares só se manifestam dentro dos limites de um mesmo período, o resultado experimental seria sempre de alcance muito limitado. Além disso, a artificialidade do isolamento eliminaria exatamente os fatores que em Sociologia são de maior relevo. Robinson Crusoe e sua isolada economia

individual jamais se constituiriam em modelo válido para uma economia cujos problemas brotam precisamente da interação econômica entre indivíduos e grupos.

Afirma-se, a partir disso, que não são possíveis experimentos realmente válidos. Na esfera da Sociologia, experimentos em larga escala nunca são experimentos no sentido da Física. Não são realizados com o objetivo de aumentar o conhecimento como tal, mas com o de alcançar êxito político. Não se realizam em laboratórios isolados do mundo exterior, mas, ao contrário, sua própria realização modifica as condições da sociedade. Jamais podem ser repetidos em condições exatamente similares, pois que essas condições se alteraram em consequência da primeira realização do experimento.

3. Novidade

O argumento acima referido merece tratamento mais aprofundado. O historicismo, como registrei, nega a possibilidade de haver repetição de experimentos sociais de larga escala em condições semelhantes às iniciais, de vez que as condições da segunda realização sofrem necessariamente a influência do experimento antes realizado. Esse argumento funda-se na ideia de que a sociedade, tal como um organismo, possui uma espécie de lembrança daquilo que geralmente denominamos sua história.

Em Biologia, cabe falar da história da vida de um organismo, pois o organismo é parcialmente condicionado por acontecimentos anteriores. Se esses acontecimentos se repetem, perdem, para o organismo que deles tem experiência, o caráter de novidade e se veem permeados pelo hábito. Aí está, entretanto, precisamente a razão por que a experiência do evento repetido não é o mesmo que a experiência do evento original – a razão por que a experiência de uma repetição é nova. Repetição de acontecimentos observados pode, portanto, corresponder à emergência de novas experiências em um observador. Uma vez que forma novos hábitos, a repetição produz condições novas, habituais. O conjunto das condições internas e externas, sob as quais se repete certa experiência em um e mesmo organismo, não pode, portanto, apresentar similaridade suficiente para permitir-nos falar de repetição genuína. Com efeito, mesmo uma exata

reprodução das condições ambientais só poderia combinar-se com novas condições internas do organismo: o organismo aprende com a experiência.

O mesmo, de acordo com o historicismo, vale para a sociedade, pois também a sociedade tem experiências: também a sociedade tem história. Talvez que a sociedade só lentamente aprenda, partindo das repetições (parciais) de sua história, mas não há como duvidar de que aprende na medida em que é condicionada por seu próprio passado. De outra forma, as tradições e as lealdades e os ressentimentos tradicionais, a confiança e a desconfiança, não poderiam desempenhar o importante papel que lhes cabe na vida social. Efetiva repetição será, portanto, impossível na história social, significando isso que se deve admitir venham a aflorar eventos de caráter intrinsecamente novo. A história poderá repetir-se – nunca, porém, ao mesmo nível, especialmente se os eventos em causa forem de importância histórica e se exercerem influência duradoura sobre a sociedade.

No mundo, tal como a Física o descreve, nada pode ocorrer que seja verdadeira e intrinsecamente novo. Inventar-se-á, talvez, um novo engenho, mas sempre será possível, através da análise, ver nele uma nova combinação de elementos que serão isto ou aquilo, mas não serão novos. Novidade, em Física, é simples novidade de arranjos e combinações. Em oposição a esse ponto, insiste o historicismo, a novidade social, assim como a novidade biológica, é espécie intrínseca de novidade. É novidade real, irreduzível ao novo dos arranjos. Na vida social, os mesmos velhos fatores, postos em arranjo novo, nunca são realmente os mesmos velhos fatores. Onde nada se pode repetir com exatidão, a novidade real estará sempre emergindo. E sustenta-se que esse é um significativo traço a ter em conta quando se focaliza o desenvolvimento de novos estágios ou períodos da História, cada um dos quais diferirá intrinsecamente de qualquer outro.

O historicismo assevera que nada é de maior relevo do que o surgimento de um período realmente novo. Esse importantíssimo aspecto da vida social não pode ser investigado segundo as linhas que nos acostumamos a seguir quando exploramos novidades no reino da Física, encarando-as como re-acomodação de elementos conhecidos. Ainda que os métodos comuns da Física fossem aplicáveis à sociedade, nunca seriam aplicáveis a seus traços mais proeminentes: a divisão em períodos e o surgimento do novo. Uma vez que tenhamos apreendido a significação da novidade social,

estaremos obrigados a abandonar a ideia de que a aplicação dos métodos comumente adotados pela Física aos problemas da Sociologia poderá auxiliar-nos a compreender questões ligadas ao desenvolvimento social.

A novidade social apresenta, ainda, uma outra faceta. Vimos que toda ocorrência social particular, todo evento estanque da vida social pode, em certo sentido, ser considerado como novo. Poderá ser incluído em uma classe de eventos, poderá, sob alguns aspectos, assemelhar-se a tais eventos – mas será sempre único, sob um ângulo bem definido. Isso nos conduz, na medida em que esteja em pauta uma explicação sociológica, a uma situação que é acentuadamente diversa da que se manifesta no plano da Física. É concebível que, mediante análise da vida social; tenhamos condição de descobrir e de compreender intuitivamente como e por que um particular evento vem à tona; condição de apreender claramente suas causas e efeitos – as forças que o ocasionaram e sua influência sobre outros eventos. E talvez reconheçamos, apesar disso, que somos incapazes de formular leis gerais que serviriam como descrição, em termos amplos, dessas conexões causais. Ocorrerá, talvez, que uma única e particular situação sociológica – e não outra possa vir a ser corretamente explicada pelas específicas forças que tenhamos descoberto. E essas forças talvez sejam únicas, talvez surjam apenas uma vez – naquela situação social, e nunca mais.

4. Complexidade

A estrutura metodológica atrás esboçada apresenta numerosos outros aspectos. Um deles, aspecto muito debatido (e que não será aqui examinado), é o que diz respeito ao papel sociológico de certas personalidades ímpares. Um outro aspecto é o da complexidade dos fenômenos sociais. Em Física, vemo-nos diante de um objeto que é muito menos complexo; e, a despeito disso, ainda simplificamos artificialmente as questões, através de recurso ao método de isolamento experimental. Não sendo esse método aplicável em Sociologia, defrontamo-nos com dupla complexidade – a complexidade que nasce da impossibilidade do isolamento artificial e a complexidade devida ao fato de a vida social ser um fenômeno natural que pressupõe a vida mental dos indivíduos, isto é, a Psicologia, que, por sua vez, pressupõe a Biologia, que, por seu turno, pressupõe a Física e a Química. O fato de a Sociologia colocar-se no

último degrau dessa hierarquia de ciências patenteia claramente a extrema complexidade dos fatores presentes na vida social. Ainda que houvesse uniformidades sociológicas imutáveis, à semelhança das uniformidades notadas no campo da Física, talvez fôssemos incapazes de identificá-las, devido àquela duplicada complexidade. Ora, se não podemos identificá-las, é de pouco interesse afirmar que, não obstante, elas existem.

5. Inexatidão das Predições

Mostraremos, ao estudar as doutrinas naturalísticas do historicismo, que este se inclina a sublinhar a importância da predição como uma das atribuições da ciência. (A esse propósito concordo com o historicismo, embora não creia que a profecia histórica seja uma das tarefas que tocam às Ciências Sociais) Sem embargo, o historicismo sustenta ser muito difícil a predição social, não apenas em razão da complexidade das estruturas sociais, mas, ainda, pela peculiar complexidade que brota da interconexão entre as predições e os eventos preditos.

É antiga a ideia de que a predição pode exercer influência sobre o evento predito. O Édipo da lenda mata o pai que nunca havia visto resultado direto da profecia que tinha levado o pai a abandoná-lo. Esse o motivo por que sugiro a denominação “efeito de Édipo” para indicar a influência da predição sobre o acontecimento predito (ou, de modo mais geral, para indicar a influência de uma peça de informação sobre a situação a que a mesma informação faz referência), independentemente de essa influência tender a provocar o evento predito ou a impedi-lo.

Os historicistas acentuaram, recentemente, que esse tipo de influência pode mostrar-se relevante para as Ciências Sociais: aumenta a dificuldade de formular previsões exatas e ameaça-lhes a objetividade. Notam eles que absurdas consequências decorreriam da presunção de que as Ciências Sociais venham a desenvolver-se até o ponto de permitir antecipações científicas precisas com respeito a todas as espécies de fatos e eventos sociais, e que essa presunção pode, portanto; ser refutada com base em argumentos puramente lógicos. Em verdade, se esse novo tipo de calendário social fosse elaborado e se tornasse conhecido (não poderia ser conservado em segredo por muito tempo, de vez que qualquer pessoa teria, em princípio, como redescobri-lo), ele certamente provocaria ações que

perturbariam as previsões possibilitadas. Suponhamos fosse previsto, por exemplo, que o valor de certas ações se elevaria durante três dias para, depois, cair. É óbvio que todas as pessoas ligadas ao mercado efetuariam vendas no terceiro dia, levando a uma queda de preço naquele dia e falseando a previsão. Em suma, a ideia de um exato e pormenorizado calendário de eventos sociais é auto-contraditória, e previsões sociais científicas exatas e pormenorizadas são, conseqüentemente, impossíveis.

6. Objetividade e Valoração

Sublinhando as dificuldades da predição em Ciências Sociais, o historicismo, já o vimos, adianta argumentos baseados em uma análise da influência das previsões sobre os eventos previstos. Sem embargo, segundo o historicismo, essa influência pode, em certas circunstâncias, ter importante repercussão sobre o observador previsor. Considerações semelhantes aplicam-se, inclusive, ao campo da Física, onde todas as observações se fundam em uma troca de energia entre o observador e o observado – levando isso, geralmente, ao desprezível grau de incerteza própria das previsões físicas e dando lugar a falar-se em “princípio da indeterminação”. Procede sustentar que essa incerteza se deve a uma interação entre o objeto observado e o sujeito que observa, pois ambos pertencem a idêntico mundo físico de ação e interação. Como assinalou Bohr, há, em outras ciências, especialmente a Biologia e a Psicologia, situações análogas à que se manifesta na Física. Em nenhuma outra situação, entretanto, o fato de cientista e objeto pertencerem ao mesmo mundo se reveste de importância maior do que na esfera das Ciências Sociais, onde tal fato conduz (como foi mostrado) a uma incerteza de previsões que é, por vezes, de grande significado prático.

Defrontamo-nos, em Ciências Sociais, com ampla e complexa interação entre observador e observado, entre sujeito e objeto. A consciência de existirem tendências capazes de produzir um evento futuro e, mais do que isso, a consciência de que a previsão mesma pode exercer influência sobre os acontecimentos previstos é suscetível de provocar repercussões no conteúdo da previsão; e tais repercussões podem chegar a ponto de afetar gravemente a objetividade das previsões e de outros resultados de pesquisa, no campo das Ciências Sociais.

Uma predição é uma ocorrência social que talvez interaja com outras ocorrências sociais e, dentre estas, com a ocorrência que foi prevista. Poderá dar-se, como vimos, que ela ajude este evento a precipitar-se, mas é fácil perceber que talvez o influencie de outras maneiras. Em casos extremos, chegará, talvez, a causar a ocorrência que predisse: quiçá a ocorrência não viesse a concretizar-se, caso não houvesse sido prevista. Em hipótese extrema e oposta, a previsão de um evento levará a que ele seja evitado (de sorte que, abstendo-se, deliberada ou descuidadamente, de prevê-lo, o cientista social o fará aflorar ou ser causa de que ele ocorra). Há, como é claro, muita situação intermediária entre esses dois extremos. A ação de prever algo e a abstenção de fazê-lo podem acarretar toda espécie de consequências.

É claro que, oportunamente, os cientistas sociais se darão conta dessas possibilidades. Um cientista social preverá algo, antecipando que sua previsão provocará a ocorrência do evento; ou negará que certo evento seja de esperar e, dessa forma, impedirá sua ocorrência. Talvez que, em ambas as eventualidades, esteja observando o princípio que parece garantir a objetividade científica: o de dizer a verdade e nada mais que a verdade. Sem embargo, embora ele haja dito a verdade, não poderemos afirmar que tenha sido fiel à objetividade científica, pois, ao fazer previsões (confirmadas por ocorrências posteriores), terá, talvez, encaminhado àquelas ocorrências em termos de preferência pessoal.

O historicista admitirá que o quadro pintado é algo esquemático, mas insistirá em que ele coloca, com nítida evidência, um ponto abordado em quase todas as Ciências Sociais. A interação entre os pronunciamentos dos cientistas e a vida social cria, quase invariavelmente, situações em que temos não apenas de considerar a verdade de tais pronunciamentos, mas também sua efetiva influência sobre desenvolvimentos futuros. Talvez que o cientista social se esteja empenhando em alcançar a verdade, mas sempre estará, ao mesmo tempo, exercendo definida influência sobre a sociedade. O próprio fato de que seus pronunciamentos exercem influência destróielhes a objetividade.

Presumimos, até agora, que o cientista social realmente se esforça por atingir a verdade, e apenas a verdade. O historicista observará, porém, que a situação descrita faz patentes às falhas de nossa presunção. Com efeito, se as predileções e os interesses influem dessa maneira sobre o conteúdo

das teorias e das previsões científicas, torna-se altamente duvidoso que as tendências possam ser identificadas e evitadas. Assim, não nos deve surpreender o fato de, nas Ciências Sociais, haver muito pouco do que poderia lembrar a objetiva e ideal busca da verdade que em Física se patenteia. Cabe esperar que, nas Ciências Sociais, manifestem-se tantas tendências quantas as que se manifestam na vida social; haverá tantas posições quantos são os interesses. É de indagar se esse argumento historicista não conduz à forma extremada de relativismo que sustenta serem a objetividade e o ideal da verdade totalmente incabíveis na esfera das Ciências Sociais, onde só o êxito – êxito político – é decisivo.

Para ilustrar esses argumentos, o historicista assinalará que, sempre que exista uma tendência inerente a um período de desenvolvimento social, será de esperar que existam teorias sociológicas a influenciar esse desenvolvimento. A ciência social atuará, assim, como uma parteira, ajudando a fazer surgir novos períodos históricos; entretanto, em mãos de interesses conservadores, poderá servir igualmente bem para retardar alterações sociais que estejam por ocorrer.

Essa maneira de ver sugere a possibilidade de analisar e explicar as diferenças entre as várias doutrinas sociológicas fazendo alusão, seja a suas ligações com as preferências e interesses dominantes em um particular período histórico (enfoque por vezes denominado “historismo” e que não deve ser confundido com o que chamo “historicismo”), sejam as suas ligações com interesses políticos, econômicos ou de classe (enfoque por vezes posto sob o título de “sociologia do conhecimento”).

7. Holismo

Os historicistas, em sua maioria, acreditam existir uma razão ainda mais profunda para explicar por que os métodos da ciência física não podem ser aplicados às Ciências Sociais. Afirmam que a Sociologia, à semelhança de todas as ciências “biológicas”, isto é, de todas as ciências que lidam com objetos vivos, não deve proceder de maneira atomística, mas segundo o prisma que é, agora, denominado “holístico”. Os objetos da Sociologia, os grupos sociais, nunca hão de ser encarados como simples agregados de pessoas. O grupo social é mais que a mera soma de seus elementos e é também mais do que a simples soma das relações puramente pessoais que,

em dado momento, existem entre quaisquer de seus elementos. Isso é de imediato perceptível até em um grupo simples formado por três pessoas. Um grupo fundado por A e B terá caráter diferente de um grupo constituído pelos mesmos elementos, porém fundado por B e C. Isso ilustra o que se pretende dizer ao afirmar que um grupo tem história própria e que sua estrutura depende, em grande margem, de sua história (ver também a seção 3 acima, onde se aborda a “Novidade”). Um grupo facilmente mantém intacto o caráter próprio quando perdem membros menos importantes. E é concebível que um grupo conserve intacto o seu caráter, ainda que todos os seus elementos tenham sido substituídos por outros. Os membros que ora constituem o grupo talvez houvessem criado um grupo muito diferente, se, em vez de um após outro, se juntarem ao grupo já existente, houvessem optado por fundar grupo novo. As personalidades dos membros exercem funda influência sobre a história e a estrutura do grupo, mas esse fato não impede o grupo de ter história e estrutura próprias, nem impede o grupo de influenciar poderosamente as personalidades de seus membros.

Todos os grupos sociais têm tradições, instituições e ritos próprios. O historicismo aconselha-nos a estudar a história, as tradições e as instituições do grupo, caso desejemos compreendê-lo e explicá-lo tal como agora se apresenta e se quisermos compreender e talvez antecipar seu futuro desenvolvimento.

O caráter holístico dos grupos sociais, o fato de esses grupos nunca se verem inteiramente explicados em termos de mera junção de seus elementos lança luz sobre a distinção que os historicistas fazem entre novidade em Física – envolvendo simplesmente novos arranjos e novas combinações de elementos e fatores que não são novos – e novidade na vida social – que é real e irreduzível à mera novidade de arranjo. Com efeito, se as estruturas sociais de modo geral não podem ser explicadas como combinações de suas partes, ou elementos, claro fica ser impossível explicar, por esse meio, novas estruturas sociais.

De outra parte, insiste o historicismo, as estruturas físicas podem ser explicadas como simples “constelações” ou simples soma de partes e de sua configuração geométrica. Tome-se o exemplo do sistema solar: embora haja interesse em estudar-lhe a história e embora esse estudo possa contribuir para esclarecimento do estado em que hoje se encontra, sabemos

que, em certo sentido, esse estado é independente da história do sistema. A estrutura do sistema, seus movimentos e desenvolvimentos futuros estão inteiramente determinados pela atual constelação de seus elementos. Dadas às posições, massas e momentos relativos desses elementos, em um instante qualquer, os movimentos futuros do sistema estarão perfeitamente determinados. Não se faz necessário saber, além disso, qual dos planetas é mais antigo ou qual deles introduziu-se no sistema vindo do exterior: a história do sistema, talvez interessante, em nada concorre para que lhe compreendamos o comportamento, o mecanismo ou o desenvolvimento futuro. Obvio que, sob este aspecto, uma estrutura física se diferencia amplamente de qualquer estrutura social; esta não poderá ser compreendida e nem ter previsto o seu futuro, ainda que lhe conheçamos pormenorizadamente a “constelação” atual, se não fizermos cuidadoso estudo de sua história.

As considerações acima sugerem fortemente que haja conexão estreita entre o historicismo e a chamada teoria biológica, ou orgânica, das estruturas sociais – teoria que interpreta os grupos sociais pondo-os em analogia com os organismos vivos. Sustenta, com efeito, que o holismo é característico dos fenômenos biológicos em geral e vê o enfoque holístico em termos de indispensabilidade para a consideração de como a história dos vários organismos lhes influencia o comportamento. Os argumentos holísticos do historicismo levam, dessa forma, a sublinhar a similaridade entre os grupos sociais e os organismos, embora não conduzam, obrigatoriamente, a uma aceitação da teoria biológica das estruturas sociais. De modo análogo, a conhecida teoria do espírito de grupo, como veículo das tradições de grupo, conquanto não constitua, por si mesma, parte necessária do argumento historicista, está estreitamente relacionada à concepção holística.

8. Compreensão Intuitiva

Até agora, voltamo-nos principalmente para certos aspectos típicos da vida social, tais como a novidade, a complexidade, a organicidade, o holismo e a maneira como a História se divide em períodos, aspectos que, segundo o historicismo, tornam certos métodos próprios da Física inaplicáveis às Ciências Sociais. Método de abordagem que dê maior

ênfase à História é, portanto, havido como necessário no campo dos estudos sociais. Recomenda a concepção anti-naturalística do historicismo que tentemos compreender intuitivamente a história dos vários grupos sociais e essa concepção conduz, por vezes, a uma doutrina metodológica intimamente associada ao historicismo, embora nem sempre com ele combinada.

Essa doutrina sustenta que o método próprio das Ciências Sociais, em oposição ao método das Ciências Naturais, há de basear-se em uma penetrante compreensão dos fenômenos sociais. Em conexão com essa doutrina, são frequentemente apontados os contrastes e as oposições a seguir referidas. A Física busca explicação causal; a Sociologia, a compreensão do propósito e do significado. Em Física, os eventos são explicados rigorosa e quantitativamente com o auxílio de fórmulas matemáticas; a Sociologia tenta compreender os desenvolvimentos históricos em termos preferentemente qualitativos, como, por exemplo, em termos de tendências e objetivos conflitantes, ou em termos de “caráter nacional” ou de “espírito da época”. Daí por que a Física opera com generalizações indutivas, ao passo que a Sociologia só pode operar com o auxílio da imaginação simpática. Daí também por que a Física pode alcançar uniformidades universalmente válidas e explicar os eventos particulares como instâncias dessas uniformidades, ao passo que a Sociologia há de contentar-se com a compreensão intuitiva de eventos únicos e do papel por eles desempenhados em situações particulares que se dão no seio de específicos conflitos de interesses, de tendências e de orientações.

Proponho distinguir três variantes da doutrina da compreensão intuitiva. A primeira assevera que um evento social é compreendido quando analisado em termos das forças que o provocaram, isto é, quando conhecidos os elementos e grupos envolvidos, seus propósitos ou interesses e o poder de que dispõem. As ações dos indivíduos ou dos grupos são vistas, no caso, como estando de acordo com os objetivos visados – como promotoras dos benefícios reais que possam trazer ou, pelo menos, dos benefícios imaginados. O método da Sociologia é, aqui, encarado como uma reconstrução imaginativa de atividades racionais ou irracionais, orientadas para certos fins.

A segunda variante avança mais. Admite que a mencionada análise necessária, particularmente com respeito à compreensão das ações individuais ou das atividades de grupo, mas assevera que, para haver compreensão da vida social, é preciso mais do que isso. Se desejarmos conhecer a significação de um evento social, de certa ação política, por exemplo, não bastará compreendermos teleologicamente como e por que ocorreu. Além e acima disso, devemos compreender-lhe o sentido, a significação de sua ocorrência. E que se pretende dizer com “sentido” e “significação”? Do ponto de vista do que estou considerando segunda variante, a resposta seria: um evento social não apenas exerce certas influências, não apenas leva, com o tempo, a outros eventos, mas o seu próprio acontecer altera o valor situacional de um amplo âmbito de outros eventos. Cria uma situação nova, exigindo reorientação e re-interpretação de todos os objetos e de todas as ações naquele particular campo. A fim de compreender um evento – a criação, digamos, de um novo exército em certo país –, torna-se necessário analisar intenções, interesses, e assim por diante. Contudo, não poderemos apreender inteiramente o sentido ou significação desse evento sem analisar, a par disso, o seu valor situacional – as forças Militares em outro país que, até o momento, eram suficientes para dar-lhe proteção podem tornar-se inadequadas para esse efeito. Em suma, talvez toda a situação social se haja alterado, até mesmo antes que quaisquer alterações factuais, quer de ordem física ou psicológica, hajam ocorrido; e isso porque a situação pode ter-se modificado muito antes de a modificação vir a ser notada. Assim, para compreender a vida social, importa ir além da mera análise de causas e efeitos factuais, isto é, de motivos, interesses e reações provocados pelas ações: importa enxergar cada evento como desempenhando um papel característico dentro do todo. O evento ganha significação por exercer influência sobre o todo, sendo, pois, sua significação determinada, até certo ponto, pelo todo.

A terceira variante da doutrina da compreensão intuitiva adianta-se ainda mais, aceitando plenamente tudo quanto é defendido pela primeira e pela segunda variantes. Assevera que, para compreender o sentido ou significação de um evento social, requer-se mais do que a análise de sua gênese, de seus efeitos e de seu valor situacional. A par e em acréscimo a tal análise importa examinar tendências históricas objetivas e subjacentes e tendências (como as de crescimento ou declínio de certas tradições ou poderes) prevalentes no período em causa e, bem assim, a contribuição

do evento considerado para o processo histórico através do qual se fazem manifestas aquelas tendências. A compreensão integral do caso Dreyfus, por exemplo, exige, além de uma análise de sua gênese, dos seus efeitos e de seu valor situacional, a percepção do fato de que ele foi manifestação do choque entre duas inclinações históricas, presentes no processo de desenvolvimento da República Francesa, a democrática e a autocrática, a protesista e a reacionária.

Essa terceira variante do método da compreensão intuitiva, dando ênfase a tendências ou propensões históricas, é posição que sugere, até certo ponto, a aplicação da inferência por analogia de um período para outro. Com efeito, embora aceite, sem restrições, que os períodos históricos são intrinsecamente diversos e que nenhum evento poderá efetivamente repetir-se, em diferente período de desenvolvimento social, esta variante admite que tendências análogas possam tornar-se dominantes em períodos diversos e, talvez, muito apartadas um da outra. Tem-se dito que tais similaridades ou analogias patenteiam-se, digamos, entre a Grécia anterior a Alexandre e a Alemanha Meridional antes de Bismarck. O método da compreensão intuitiva sugere, em tais casos, que avaliemos o sentido de certos eventos, comparando-os a eventos análogos, de períodos anteriores, de modo a contarmos com elementos que nos auxiliem a antecipar desenvolvimentos novos – jamais olvidando, porém, que devem ser tidas na devida conta as inevitáveis diferenças entre as duas épocas.

Vemos, pois, que um método capaz de permitir compreensão do sentido dos eventos sociais há de penetrar muito para além da explicação causal. Deve ser de caráter holístico; ter por objetivo a determinação do papel desempenhado pelo evento no seio de uma estrutura complexa – no seio de um todo que abrange não apenas elementos contemporâneos, mas também estágios sucessivos de um desenvolvimento temporal. Talvez isso explique por que a terceira variante do método de compreensão intuitiva tende a descansar sobre a analogia entre um organismo e um grupo, e por que tende a operar com ideias tais como a de alma ou espírito de uma época, fonte e inspiração de todas as tendências ou propensões históricas que desempenham importante papel no determinar o sentido dos eventos sociológicos.

O método da compreensão intuitiva não se acomoda apenas às ideias de holismo. Põe-se em concordância, ainda, com a ênfase que os historicistas

emprestam à novidade, pois a novidade não pode ser causalmente ou racionalmente explicada, mas há de ser intuitivamente apreendida. Mostraremos, ao examinar as doutrinas naturalísticas do historicismo, que há estreita relação entre elas e a nossa “terceira variante” do método de compreensão intuitiva, em razão da ênfase posta em tendências ou “propensões” históricas. (Ver, por exemplo, a seção 16.)

9. Métodos Quantitativos

Dentre as oposições e os contrastes geralmente apontados quando se coloca em pauta a doutrina da compreensão intuitiva, há um que os historicistas costumam realçar: na Física, os eventos são explicados rigorosa e precisamente em termos quantitativos e com recurso a fórmulas matemáticas; a Sociologia, de outra parte, procura compreender o desenvolvimento histórico em termos antes qualitativos, como, por exemplo, em termos de tendências e objetivos conflitantes.

A argumentação contra a aplicabilidade de métodos quantitativos e matemáticos não é, de maneira alguma, exclusiva dos historicistas; em verdade, esses métodos são, por vezes, repudiado! Até mesmo por autores de posição acentuadamente anti-historicista. Contudo, alguns dos mais persuasivos argumentos contra métodos quantitativos e matemáticos explicitam muito bem o ponto de vista que denomino historicismo. Alguns de tais argumentos serão aqui examinados.

Quando consideramos a oposição feita ao uso de métodos quantitativos e matemáticos em Sociologia, logo nos ocorre forte objeção a essa maneira de ver: essa atitude parece colocar-se em conflito com o fato de métodos matemáticos e quantitativos virem sendo usados, com grande êxito, na esfera de algumas das Ciências Sociais. Como, em face disso, negar que sejam aplicáveis?

Contra essa objeção, o ponto de vista que se opõe ao uso de métodos quantitativos e matemáticos pode socorrer-se de alguns argumentos característicos da maneira historicista de pensar.

Estou de acordo, dirá o historicista, com suas observações, mas continua a existir enorme diferença entre os métodos estatísticos das Ciências Sociais e os métodos quantitativo-matemáticos da Física. As Ciências

Sociais nada conhecem de comparável às leis causais matematicamente formuladas que encontramos na Física.

Consideremos, por exemplo, a lei física segundo a qual (para luz de qualquer comprimento de onda), quanto menor a fresta através da qual o raio luminoso passa, tanto maior o ângulo de difração. Uma lei física desse tipo tem a forma: “sob dadas condições, se a magnitude A varia de certa maneira, então a magnitude B variará também de maneira previsível”. Dito de outro modo, uma lei desse gênero exprime a dependência em que se coloca uma quantidade mensurável em relação à outra e indica a maneira como a primeira depende da segunda, fazendo-o em termos quantitativos exatos. A Física tem conseguido êxito no expressar todas as suas leis dessa forma. Para alcançar esse resultado, sua tarefa inicial foi a de traduzir todas as qualidades físicas em termos quantitativos. Teve, por exemplo, de substituir a descrição qualitativa de certa espécie de luz – e.g., uma luz brilhante, amarelo-esverdeada por uma descrição quantitativa: luz de certo comprimento de onda e de certa intensidade. O processo de descrever quantitativamente as qualidades físicas é, evidentemente, um requisito necessário para a formulação quantitativa das leis causais da Física. Estas nos dão meios de explicar por que algo aconteceu. Exemplificando: com base na lei concernente às relações entre a largura de uma fresta e o ângulo de difração, podemos oferecer uma explicação causal para o aumento do ângulo de difração em termos de uma redução da largura da fresta.

A explicação causal, ao ver do historicista, deve ser tentada pelos que se dedicam às Ciências Sociais. Podem estes, por exemplo, buscar uma explicação do imperialismo relacionando-o à expansão industrial. Todavia, se considerarmos esse exemplo, concluiremos, dentro em pouco, ser inútil procurar exprimir leis sociológicas em termos quantitativos. Efetivamente, se tivermos em conta uma formulação tal como “A tendência para a expansão territorial cresce com a intensidade da industrialização” (formulação que é pelo menos inteligível, embora, provavelmente, não constitua uma verdadeira descrição dos fatos, verificaremos, desde logo, carecer de qualquer método capaz de medir a tendência para a expansão ou a intensidade da industrialização).

Resumindo o argumento historicista contra os métodos quantitativo-matemáticos, diremos que toca ao sociólogo oferecer uma explicação causal das transformações sofridas, ao longo da História, por entidades

sociais como os Estados, os sistemas econômicos ou as formas de governo. Como não se conhece maneira de expressar, em termos quantitativos, as qualidades dessas entidades, não há meio de formular leis quantitativas. Assim, as leis causais da ciência social, supondo que haja leis desse gênero, terão caráter muito diverso do caráter das leis físicas, sendo qualitativas e não quantitativas e matemáticas. Se leis sociológicas determinarem o grau de alguma coisa, só o farão em termos vagos, permitindo, quando muito, o traçado de uma escala grosseira.

Aparentemente, as qualidades – sejam físicas ou não-físicas – só podem ser apreendidas pela intuição. Os argumentos aqui empregados podem ser usados, portanto, para reforçar os que foram oferecidos em favor do método da compreensão intuitiva.

10. Essencialismo *versus* Nominalismo

A ênfase dada ao caráter qualitativo dos eventos sociais leva a um outro problema, o do status dos termos que denotam qualidades: é o chamado problema dos universais, questão mais antiga e do maior relevo em Filosofia.

Esse problema, em torno do qual se travou séria batalha durante a Idade Média, tem suas raízes nas doutrinas de Platão e Aristóteles. É geralmente visto como problema puramente metafísico, mas, à semelhança de muitos problemas de caráter metafísico, pode ser reformulado para apresentar-se como um problema de método científico. Aqui só nos preocuparemos com essa feição metodológica, fazendo, à guisa de introdução, um breve esboço da questão metafísica.

Cada ciência emprega termos que são denominados termos universais, como “energia”, “velocidade”, “carbono”, “brancura”, “evolução”, “justiça”, “estado”, “humanidade”. Esses termos se distinguem da espécie de termos que chamamos termos singulares, ou conceitos individuais, como “Alexandre, o Grande”, “Cometa de Halley”, “Primeira Guerra Mundial”. Termos como estes últimos são nomes próprios, rótulos presos, por convenção, às coisas individuais que denotam.

Quanto à natureza dos termos universais, levantou-se longa disputa, por vezes acere disputa, entre duas correntes. Sustentava uma delas que, os universais tão-somente diferem dos nomes próprios por estarem ligados

aos elementos de um conjunto, ou classe, e não a uma coisa singular. O termo universal “branco”, por exemplo, não passa, para essa corrente, de um rótulo aplicado a um conjunto de coisas muito diversas – flocos de neve, toalhas de mesas, cisnes. Tal é a doutrina da corrente nominalista. Opõe-se à doutrina tradicionalmente denominada realista – denominação algo enganadora, como atestado pelo fato de que a teoria “realista” foi também chamada “idealista”. Proponho, por isso mesmo, dar um nome novo a essa doutrina anti-nominalista, chamando-a essencialismo. Os essencialistas negam que o procedimento seja o de reunirmos um grupo de coisas singulares para, em seguida, apor-lhe um rótulo – branco –; ao contrário, chamam uma coisa branca de “branca” porque essa coisa partilha, com outras coisas brancas, de uma propriedade intrínseca, a “brancura”. Essa propriedade, denotada pelo termo universal, é vista como objeto que merece investigação, tanto quanto as próprias coisas individualmente consideradas. (O nome “realismo” deriva da asserção de que os objetos universais – a brancura; por exemplo – “realmente” existem, independentemente das coisas singulares e dos conjuntos e grupos de coisas singulares) Sustenta-se, dessa forma, que os termos universais denotam objetos universais, assim como os termos singulares denotam coisas individuais. Esses objetos universais (que Platão denominava “Pormas”, ou “Ideias”), designados pelos termos universais, recebiam, também, o nome de “essências”.

O essencialismo, entretanto, não apenas crê na existência de universais (isto é, de objetos universais), mas, a par disso, acentua-lhes a importância para a ciência. Os objetos singulares, assinala, apresentam muitos traços acidentais, traços que não se revestem de interesse para a ciência. Exemplificando com as Ciências Sociais: a Economia interessa-se por dinheiro e crédito, mas não se preocupa com as formas particulares que moedas, notas, cheques possam ter. A ciência deve afastar o acidental e penetrar na essência das coisas. A essência, porém, é sempre algo universal.

Estas últimas observações apontam algumas das implicações metodológicas da questão metafísica de que nos estamos ocupando. Contudo, a questão metodológica de que passarei a tratar pode ser examinada sem que entre em pauta a questão metafísica. Será ela localizada segundo outro prisma – prisma que evita o problema da

existência de objetos universais e singulares e das diferenças que entre eles existam. Estudaremos apenas os fins e meios da ciência.

A escola dos pensadores que denominarei essencialistas metodológicos foi fundada por Aristóteles, para quem a ciência há de penetrar na essência das coisas a fim de explicá-las. Os essencialistas metodológicos tendem a formular questões científicas em termos como “Que é a matéria?”, “Que é a força?”, “Que é a justiça?” e acreditam que uma resposta esclarecedora para tais perguntas, resposta que revele o sentido real, ou essencial, desses termos, revelando, assim, a real ou verdadeira natureza das essências por eles denotadas, é, pelo menos, um requisito necessário da pesquisa científica, se não lhe constituir o objetivo principal. Os nominalistas metodológicos, opondo-se a essa posição, colocariam os problemas em termos diversos, indagando “Como se comporta esta porção de matéria?”, “Como se move ela, na presença de outros corpos?” Com efeito, os nominalistas metodológicos sustentam que a tarefa da ciência se resume em descrever a maneira como as coisas se comportam, e sugerem que isto se faça através do introduzir livremente, e sempre que necessário, termos novos; ou que se faça através da redefinição de velhos termos, sempre que este procedimento se mostre de conveniência, esquecendo-se, descuidadosamente, os significados originais. Isso porque encaram as palavras tão-somente como úteis instrumentos de descrição.

Admite-se, de modo geral, que o nominalismo de Cunho metodológico tornou-se vitorioso no campo das Ciências Naturais. A Física, por exemplo, não perquire a essência dos átomos ou da luz, mas vale-se desses termos, com grande liberdade, para o fim de explicar e descrever certas observações físicas; e os emprega, ainda, como denominação de certas importantes e complexas estruturas físicas. O mesmo se dá na esfera da Biologia. Talvez que os filósofos peçam aos biólogos a solução de problemas como “Que é a vida?” ou “Que é a evolução?” e talvez que, em uma ou outra ocasião, os biólogos se inclinem a dar respostas. Não obstante, a Biologia científica preocupa-se, via de regra, com outros problemas e adota métodos descritivos e explicativos muito semelhantes aos consagrados em Física.

Nesses termos, caberia esperar que, no plano das Ciências Sociais, os naturalistas metodológicos se pronunciassem a favor do nominalismo, e os antinaturalistas, a favor do essencialismo. Em verdade, contudo, o

essencialismo domina; e nem parece que encontre oposição muito forte. Adiantou-se, em consequência, que, embora os métodos das Ciências Naturais sejam fundamentalmente nominalistas, as Ciências Sociais devem adotar um essencialismo metodológico. Sustenta-se que a tarefa da ciência social consiste em compreender e explicar entidades sociais como o Estado, a ação econômica, o grupo social, e assim por diante; e que essa tarefa somente será realizada se houver penetração nas essências dessas entidades. Cada entidade sociológica importante pressupõe descrição por termos universais e seria inútil introduzir livremente novos termos, como se tem feito, com tão bons resultados, no campo das Ciências Naturais. A tarefa da ciência social é a de descrever clara e adequadamente aquelas entidades, ou seja, distinguir o essencial do acidental, e isso pede conhecimento das essências. Indagações como “Que é o Estado?”, “Que é um cidadão?” (consideradas problemas básicos por Aristóteles, em sua Política), ou como “Que é crédito?” e “Qual a diferença essencial entre o religioso e o sectário?” (ou entre igreja e seita) não são apenas perfeitamente legítimas, mas, a par disso, constituem precisamente as espécies de questão a que as teorias sociológicas devem dar resposta.

Embora os historicistas possam divergir quanto à atitude assumida em face da questão metafísica e quanto à opinião com respeito à metodologia da ciência natural, é claro que se inclinarão por colocar-se ao lado do essencialismo e contra o nominalismo, na medida em que esteja em pauta a metodologia da ciência social. Em verdade, essa atitude é assumida por quase todos os historicistas que conheço. Vale, porém, indagar se isso se explica apenas por uma tendência anti-naturalística geral do historicismo ou se existem argumentos historicistas específicos, possíveis de invocar em prol do essencialismo metodológico.

É evidente, antes de tudo, que o argumento contrário ao uso de métodos quantitativos, em ciência social, reveste-se de importância para essa questão. O realce dado ao caráter qualitativo dos eventos sociais, a par da ênfase posta na compreensão intuitiva (em oposição ao simples descrever), indica atitude que se aproxima estreitamente do essencialismo.

Não obstante, há outros argumentos, mais típicos do historicismo, que seguem uma diretriz de pensamento já familiar ao leitor. (Digamos, de passagem, tratar-se dos mesmos argumentos que, segundo Aristóteles, conduziram Platão a elaborar a primeira teoria das essências).

O historicismo acentua a importância da mudança. Ora, em cada mudança, pode o historicista sustentar, há de haver algo que se altere. Ainda que nada permaneça imutável, teremos de poder identificar o que se alterou, para termos como falar de mudança. Isso é relativamente fácil no campo da Física. Em Mecânica, por exemplo, todas as mudanças são movimento, isto é, alterações espaço-temporais sofridas por corpos físicos. A Sociologia, entretanto, cujo principal interesse está voltado para as instituições sociais, enfrenta dificuldades maiores, porque estas instituições, após terem sofrido mudança, não são tão fáceis de identificar. Em sentido simplesmente descritivo, não é possível ver uma instituição social antes da transformação como essa mesma instituição após a transformação – talvez que, do ponto de vista descritivo, ela seja inteiramente outra. Uma descrição naturalística das instituições governamentais inglesas, em nossos dias, talvez as desse como inteiramente diversas do que foram há quatro séculos. Todavia, cabe dizer que, na medida da existência de um governo, este é essencialmente o mesmo, ainda que possa ter experimentado considerável transformação. Sua função, na sociedade moderna, é essencialmente análoga à função que, há quatrocentos anos, desempenhava. Embora dificilmente haja conservado qualquer dos traços então apresentados, a identidade essencial da instituição se preservou, permitindo que a vejamos hoje como uma forma alterada do que foi: nas Ciências Sociais, é, impossível falar de mudança ou desenvolvimento sem pressupor uma essência imutável e, em consequência, sem proceder de acordo com o essencialismo metodológico.

É certo, naturalmente, que alguns termos sociológicos, tais como depressão, inflação, deflação, foram originalmente apresentados de maneira puramente nominalista; apesar disso, não conservaram cunho nominalista. Alteradas as condições, logo passamos a ver os cientistas sociais em discordância quanto ao fato de certos fenômenos caracterizarem ou não caracterizarem inflação; assim, no interesse da precisão, torna-se necessário investigar a natureza essencial (ou o sentido essencial) de inflação.

Dessa maneira, cabe dizer, a propósito de qualquer entidade social, que ela “pode, na medida em que se tenha em vista a sua essência, estar presente em qualquer outro lugar e sob qualquer outra forma, e pode, igualmente, alterar-se enquanto permanece a mesma, ou alterar-se de modo diverso daquele em que efetivamente se altera” (Husserl). A extensão das

alterações possíveis não tem limitação a priori. É impossível dizer que espécie de alteração uma entidade social poderá sofrer, permanecendo, apesar disso, a mesma. Fenômenos que, de certo ponto de vista, sejam essencialmente diferentes, serão, sob outro prisma, essencialmente os mesmos.

Dos expostos argumentos historicistas decorre que é impossível uma descrição pura dos desenvolvimentos sociais, ou melhor; uma descrição sociológica jamais poderá ser, simplesmente, uma descrição no sentido nominalista: E, se uma descrição sociológica não pode prescindir de essências, uma teoria do desenvolvimento social terá ainda menos condição de dispensá-las. Quem negaria, com efeito, que problemas tais como o da determinação e explicação dos traços características de um período social, com paralela consideração das tensões nele presentes e de suas tendências e propensões intrínsecas, desafiam todas as tentativas de tratamento por métodos nominalistas?

O essencialismo metodológico pode, nesses termos, basear-se no argumento historicista que levou Platão a seu essencialismo metafísico, ou seja, no argumento heraclitiano de que as coisas mutáveis desafiam uma descrição racional. Consequentemente, a ciência há de supor algo que não se altere, mas permaneça idêntico a si mesmo – a essência. História, isto é, descrição de mudança, e essência, isto é, aquilo que se conserva imutável durante a mudança, aqui aparecem como conceitos correlativos. Essa correlação apresenta, porém, outro aspecto: em certo sentido, a essência também pressupõe alteração e, portanto, história. Com efeito, se o princípio de um algo que permanece idêntico ou imutável, quando a coisa se altera, é sua essência (ou ideia, ou forma, ou natureza, ou substância), então as alterações que a coisa sofre fazem emergir diferentes lados, ou facetas, ou possibilidades da coisa e, portanto, de sua essência. Em tais termos, a essência é interpretada como a soma ou a fonte das potencialidades inerentes à coisa, enquanto as alterações (ou movimentos) surgem como efetivação, ou concretização, de ocultas potencialidades de sua essência. (Essa teoria se deve a Aristóteles.) Segue-se, pois, que uma coisa, isto é, sua essência imutável, só pode ser conhecida através das transformações que sofre. Se, por exemplo, desejarmos certificar-nos de que algo é feito de ouro, teremos de analisar esse algo, ou submetê-lo a testes químicos, alterando-o e, assim, desvelando suas potencialidades ocultas. Analogamente, a essência de um homem – sua personalidade – só pode ser

conhecida na medida em que se patenteie em sua biografia. Aplicando esse princípio à Sociologia, chegaremos à conclusão de que a essência ou real caráter de um grupo social só se desvela e é conhecido através de sua história. Ora, se os grupos sociais só podem ser conhecidos através de sua história, os conceitos usados para descrevê-los terão de ser conceitos históricos. Efetivamente, conceitos sociológicos tais como o de Estado japonês, de Nação italiana, de Raça ariana, dificilmente podem ser entendidos como outra coisa que não conceitos baseados no estudo da História. O mesmo vale para as classes sociais: a burguesia, por exemplo, só pode ser definida por sua história – em termos de classe que alcançou o poder com a Revolução Industrial, que afastou os grandes senhores de terras, que luta contra o proletariado e é por ele combatida, etc.

Talvez que o essencialismo tenha vindo a existir por capacitar-nos a perceber identidade em coisas que se alteram, mas, de seu lado, fornece alguns dos mais poderosos argumentos em favor da doutrina segundo a qual as Ciências Sociais devem acolher o método histórico, ou seja, em favor da doutrina do historicismo.

II. Doutrinas Naturalistas do Historicismo

Conquanto o historicismo seja, fundamentalmente, anti-naturalístico, de maneira alguma se opõe à ideia de que haja um elemento comum nos métodos adotados pela Física e pelas Ciências Sociais. Isso talvez se deva ao fato de que os historicistas, via de regra, acolhem a concepção (por mim integralmente aceita) segundo a qual a Sociologia, à semelhança da Física, é um ramo do conhecimento que pretende ser, a um só tempo, teórico e empírico.

Dando-a como disciplina teórica, é de nossa intenção dizer que a Sociologia deve explicar e prever eventos, valendo-se de teorias e de leis universais (que procura descobrir). Dando-a como disciplina empírica, é de nossa intenção afirmar que se apoia na experiência, que os eventos por ela explicados e previstos são fatos observáveis e que a observação é a base para aceitar ou rejeitar qualquer teoria acaso proposta. Quando falamos do êxito da Física, temos em mente o bem sucedido de suas previsões, e cabe dizer que serem as previsões bem sucedidas equivale à corroboração empírica das leis da Física. Quando contrastamos o relativo êxito da Sociologia deveria também consistir, basicamente, em corroboração de previsões. Daí decorre que certos métodos – previsão apoiada em leis e teste das leis à luz da observação – deveriam ser comuns à Física e à Sociologia.

Subscribo inteiramente essa concepção, a despeito do fato de considerá-la um dos pressupostos básicos do historicismo. Não concordo, porém, com desenvolvimentos maiores dessa maneira de ver, por conduzirem eles a certas ideias que, a seguir, apontarei. À primeira vista, essas ideias parecerão consequências diretas da concepção geral acima esboçada. Na verdade, contudo, envolvem outros pressupostos, quais sejam, as doutrinas anti-naturalísticas do historicismo e, mais especialmente, a doutrina das leis ou propensões históricas.

11. Comparação com a Astronomia

Historicistas modernos muito se impressionaram com o êxito da teoria newtoniana e particularmente com sua capacidade de prever, com grande

antecedência, a posição dos planetas. A possibilidade dessas antecipações a longo termo, afirmam eles, fica assim estabelecida, mostrando que o velho sonho de profetizar o futuro distante não se coloca para além dos limites atingidos pelo espírito humano. As Ciências Sociais devem situar suas ambições a essa mesma altura. Se a Astronomia pode prever eclipses, por que não poderá a Sociologia prever revoluções?

Contudo, insistirá o sociólogo, embora devamos ter as mesmas ambições, nunca deveremos olvidar que as Ciências Sociais não podem esperar e não devem tentar atingir a precisão das previsões astronômicas. Um exato calendário científico de eventos sociais, comparável a, digamos, um almanaque náutico, é, como se demonstrou (nas seções 5 e 6), logicamente impossível. Ainda que revoluções possam ser previstas pelas Ciências Sociais, essas previsões não serão exatas; haverá margem de erro quanto a pormenores e quanto à ocasião.

Admitindo, e até acentuando, as deficiências das previsões sociológicas, no que respeita a pormenores e precisão, os historicistas asseveram que a abrangência e a significação dessas previsões compensariam aquelas deficiências. As deficiências se devem, sobretudo, à complexidade dos eventos sociais, às inter-relações entre eles e ao caráter qualitativo dos termos sociológicos. Todavia, embora a ciência social padeça, por isso mesmo, de fluidez, ocorre que, ao mesmo tempo, seus termos qualitativos lhe propiciam certa riqueza e amplitude de significado. Exemplos de expressões desse gênero são “choque de culturas”, “prosperidade”, “solidariedade”, “urbanização”, “utilidade”. Previsões da espécie referida, isto é, previsões a longo termo, cuja fluidez é compensada pelo alcance e significação, proponho eu sejam chamadas “previsões de largo escopo” ou “antecipações de largo escopo”. Segundo o historicismo, essa a espécie de previsão que a Sociologia deve tentar fazer.

E sem dúvida verdadeiro que essas previsões de largo escopo – antecipações a longo termo, de alcance amplo e um tanto vago – aparecem em algumas ciências. Previsões de largo escopo, relevantes e bem sucedidas, surgem, por exemplo, no campo da Astronomia: previsão de atividade solar, apoiada em leis de periodicidade (e relevante no que tange a variações climáticas), previsões de alterações diárias e periódicas na ionização das camadas superiores da atmosfera (significativa para o setor das comunicações). Previsões dessa espécie lembram as dos eclipses, na

medida em que dizem respeito a eventos postos em um futuro relativamente remoto, mas delas diferem por serem, frequentes vezes, meramente estatísticas e sempre menos exatas no que concerne a pormenores, ocasião e outros elementos. Vemos, pois, que previsões de largo escopo não são irrealizáveis e, se antecipações a longo termo forem possíveis na esfera das Ciências Sociais; é claro que só poderão ser o que denominamos antecipações de largo escopo. De nossa exposição a propósito das doutrinas anti-naturalísticas do historicismo decorre, por outro lado, que previsões a curto prazo, em ciência social, são afetadas por grandes falhas. A falta de exatidão as atinge consideravelmente, pois, em razão da própria natureza, só podem referir-se a minúcias, a traços menores da vida social, de vez que são restritas a breves períodos. Ora, uma previsão de minúcia que é inexata quanto a minúcias torna-se inútil. Assim, se estivermos interessados em previsões no campo social, as antecipações de largo escopo (que são também antecipações a longo termo) serão as que se apresentam, segundo o historicismo, não apenas como as de feição mais fascinante, mas ainda, em verdade, como as únicas antecipações dignas de tentar.

12. Base Observacional

Uma base observacional não experimental para a ciência é, em certo sentido do termo, sempre de caráter “histórico”. Isso ocorre até mesmo com a base observacional da Astronomia. Os fatos em que a Astronomia se apoia estão contidos em registros de observatórios, registros que nos dizem, por exemplo, que em determinada data (hora e segundo), o planeta Mercúrio foi observado pelo sr. Fulano numa certa posição. Em suma, temos, no observatório, um “registro de eventos em ordem cronológica”, ou um apanhado de observações.

Analogamente, a base observacional da Sociologia somente pode surgir sob a forma de um apanhado de eventos, de ocorrências políticas ou sociais. Esse apanhado de ocorrências políticas e de outras ocorrências importantes da vida social é aquilo que habitualmente denominamos “História”. A História, neste estreito sentido, é a base da Sociologia.

Seria ridículo negar a importância que tem a História, nesse estreito sentido, como base empírica da ciência social. Entretanto, uma das

afirmações típicas do historicismo – fortemente associada à negação de que o método experimental seja aplicável às Ciências Sociais – é a de que a História política e social é a única fonte empírica da Sociologia. Assim, o historicista vê a Sociologia como uma disciplina teórica e empírica, tendo por base empírica apenas um apanhado dos fatos da História e tendo por objetivo fazer antecipações, preferivelmente antecipações de largo escopo. Claro que essas antecipações devem ser também de caráter histórico, pois sua submissão ao teste da experiência, sua confirmação ou refutação hão de caber à História futura. Desse modo, o elaborar e o submeter a teste antecipações históricas de largo escopo é, do ponto de vista do historicismo, a tarefa da Sociologia. Em suma, o historicista sustenta que a Sociologia é História teórica.

13. Dinâmica Social

A analogia entre Astronomia e ciência social é suscetível de maior desenvolvimento. A parte da Astronomia para a qual os historicistas geralmente se voltam é a mecânica celeste, que se baseia na dinâmica, teoria dos movimentos determinados pelas forças. Os autores historicistas têm frequentemente insistido em que, de maneira similar, a Sociologia deveria fundamentar-se em uma dinâmica social, teoria do movimento social enquanto determinado por forças sociais (ou históricas).

A estática, sabe o físico, é apenas uma abstração da dinâmica; é, por assim dizer, a teoria do como e do por quê, em certas circunstâncias, nada acontece, ou seja, do por quê não ocorre alteração; e a explicação está em que isso ocorre em razão da igualdade das forças contrapostas. A dinâmica, por seu lado, ocupa-se do caso geral, ou seja, das forças iguais ou desiguais, e poderia ser considerada a teoria do como e do por quê algo acontece. Nesses termos, só a dinâmica nos pode propiciar leis mecânicas efetivas e universalmente válidas – pois a natureza é processo, agita-se, a ponto de certos desenvolvimentos serem de difícil observação.

A analogia entre essa concepção da dinâmica e a concepção historicista da Sociologia é óbvia e dispensa outros comentários. Poderia, entretanto, o historicista pretender que a analogia é mais profunda. Poderia afirmar, por exemplo, que a Sociologia, tal como a concebe o historicismo, aparenta-se com a dinâmica, porque é, no fundo, uma teoria causal, e a explicação

causal é, em tese, explicação do como e do por que certas coisas ocorrem. Uma explicação dessa ordem há de encerrar, sempre, um elemento histórico. Se perguntamos como e por que alguém fraturou a perna, esperamos que nos seja relatada a história do acidente. Mesmo, porém, ao nível do pensamento teórico, e especialmente ao nível das teorias que permitem previsão, faz-se necessária uma análise histórica das causas do evento. Exemplo típico dessa análise histórica e causal é, afirmará o historicista, o problema das origens ou das causas essenciais da guerra.

Em Física, essa análise é conseguida por determinação das forças que interagem, ou seja, pela dinâmica; e o historicista sustenta que procedimento idêntico deve ser tentado em Sociologia. Impõe-se a análise das forças que provocam a transformação social e criam a história humana. A dinâmica ensina como as forças, interagindo, passam a constituir forças novas; e, de maneira inversa, reduzindo as forças a suas componentes, capacitamo-nos a captar as causas fundamentais dos eventos em pauta. De modo análogo, o historicismo exige o reconhecimento da importância básica das forças históricas, sejam espirituais ou materiais, como, por exemplo, ideias religiosas, convicções éticas ou interesses econômicos. Analisar, afastar esse emaranhado de forças e tendências conflitantes e conseguir penetração em suas raízes, atingindo as forças de impulso universal e as leis de transformação social – essa a tarefa das Ciências Sociais, tal como a vê o historicismo. Somente dessa maneira será possível desenvolver uma ciência teórica na qual apoiar aquelas antecipações de largo escopo, cuja confirmação significaria ter a ciência social atingido êxito.

14. Leis Históricas

Já assinalamos que, para o historicista, a Sociologia é História teórica. Para ele, as antecipações científicas devem basear-se em leis e, tratando-se de antecipações históricas, antecipações de transformação social, essas leis hão de ser leis históricas.

Ao mesmo tempo, entretanto, o historicista sustenta que o método de generalização é inaplicável à Ciência Social e que não devemos presumir existam uniformidades de vida social, invariavelmente válidas ao longo do espaço e do tempo, pois que, em geral, elas vigem durante curto período

cultural ou histórico. Assim, as leis sociais – se realmente existem leis sociais – não de ter estrutura algo diversa da que é própria das generalizações comuns, fundadas em uniformidades: As leis sociais teriam de ser “geralmente” válidas. Isso, porém, só pode significar que são aplicáveis ao todo da história humana, cobrindo todos os seus períodos e não apenas alguns deles. Todavia, não podem existir uniformidades sociais válidas para além de períodos particulares. Dessa maneira, as únicas leis sociais universalmente válidas só poderão ser as que ligam períodos sucessivos. Não de ser leis de desenvolvimento histórico determinadoras da transição de um período para outro. Isso é o que os historicistas pretendem dizer ao asseverar que as únicas leis verdadeiras, no campo da Sociologia, são as leis históricas.

15. Profecia Histórica versus Engenharia Social

Tal como dito, essas leis históricas (se possível descobri-las) permitiriam a previsão até mesmo de eventos remotos, embora não proporcionando minuciosa exatidão de pormenores. Assim, a doutrina de que as leis sociológicas são leis históricas (doutrina especialmente presa à ideia de limitada validade das uniformidades sociais) nos traz de volta, independentemente de qualquer tentativa de emular a Astronomia, à concepção das “previsões de largo escopo”. E torna mais concreta essa concepção, pois mostra que as previsões assumem o caráter de profecias históricas.

Aos olhos do historicista, a Sociologia faz-se, desse modo, uma tentativa de resolver o velho problema de prever o futuro. Não tanto o futuro individual, mas o de grupos e o da raça humana. A Sociologia é a ciência das coisas que estão por acontecer, dos desenvolvimentos a ocorrer. Se a tentativa de propiciar-nos antevisão política, cientificamente válida, alcançasse êxito, a Sociologia revelar-se-la de incomparável importância aos olhos dos políticos, especialmente daqueles cuja visão se estendesse para além das exigências do presente, ou seja, para os políticos em condição de captar o sentido do destino histórico. É certo que alguns historicistas contentam-se com predizer apenas os mais próximos estágios da peregrinação humana e, ainda assim, em termos de muita cautela. Todavia, de uma ideia todos partilham – a de que os estudos sociológicos

ajudam a perceber os contornos do futuro político e podem, portanto, constituir-se no mais relevante instrumento de uma política prática de largo alcance.

Do ponto de vista do valor pragmático da ciência, é clara a relevância das previsões científicas. Nem sempre se reconheceu, contudo, que, em ciência, é possível distinguir dois tipos de previsão e, conseqüentemente, duas diferentes formas de ser prático. Podemos prever (a) a aproximação de um tufão, o que se reveste da maior importância prática por permitir que as pessoas disponham de tempo suficiente para abrigar-se; mas podemos também prever (b) que, para resistir a um tufão, o abrigo há de ser construído de certa maneira – por exemplo, com escoras de concreto armado, em seu lado norte.

Essas duas formas de previsão diferem claramente, embora ambas sejam importantes e correspondam à realização de velhos sonhos. No primeiro caso, somos informados de um evento que não podemos impedir. A esse tipo de previsão chamarei “profecia”. Seu valor prático está em nos prevenir quanto ao evento previsto, de sorte a fugirmos a ele ou enfrentá-lo adequadamente preparados (possivelmente graças a auxílio de previsões do segundo tipo).

Em oposição as primeiras, colocam-se as previsões de segundo tipo, (que podem ser denominadas previsões tecnológicas) por constituírem base da Engenharia. São, por assim dizer, construtivas, indicando os caminhos que a nós se abrem, se quisermos alcançar certos resultados.

Na maior parte dos ramos da Física (em quase toda a Física, excluídas a Astronomia e a Meteorologia), fazem-se previsões desse tipo, previsões que, encaradas sob o prisma prático, podem ser consideradas tecnológicas. A distinção entre os dois mencionados tipos de previsão coincide, aproximadamente, com a maior ou menor importância do papel desempenhado pelo experimento projetado – e não pela simples observação paciente – no campo da ciência em pauta. As ciências experimentais típicas permitem previsões tecnológicas, e as que se valem principalmente de observações não experimentais conduzem a profecias.

Não se entenda estar eu pretendendo dizer que todas as ciências ou todas as previsões sejam fundamentalmente práticas – necessariamente de caráter profético ou tecnológico, sem poderem ser qualquer outra coisa. O que pretendo é apenas sublinhar uma distinção entre as duas espécies de

previsão e as ciências que a elas correspondem. Escolhendo os adjetivos “profético” e “tecnológico”, desejo aludir a um traço que as previsões exibem quando olhadas pelo ângulo pragmático; mas o uso que faço dessa terminologia não inclui a intenção de significar que O ponto de vista pragmático seja superior a qualquer outro, nem que o interesse científico se limite a profecias pragmaticamente importantes e a previsões de caráter tecnológico. Se, por exemplo, tivermos em conta a Astronomia, haveremos de admitir que suas descobertas se revestem, principalmente, de interesse teórico, ainda que, do ponto de vista pragmático, não sejam destituídas de valor; mas, como “profecias”, são previsões afins às da Meteorologia, cujo valor, para objetivos práticos, é patente.

Vale notar que essa diferença entre caráter de profecia e caráter de engenharia, atribuível às ciências, não corresponde à diferença entre previsões a curto e longo termo. Conquanto a maior parte das previsões de tipo-engenharia sejam previsões a curto prazo, há também previsões tecnológicas a longo termo, como, digamos, a previsão acerca” do tempo de vida de um motor. As previsões astronômicas podem ser a longo ou breve termo, e as profecias meteorológicas são, em sua maior parte, a termo relativamente curto.

A distinção entre esses dois objetivos práticos – o profético e o tecnológico – e a correspondente diferença de estrutura das teorias científicas envolvidas serão examinadas adiante; mostraremos tratar-se de um dos pontos de maior importância para a análise metodológica em que nos empenhamos. Por ora, basta acentuar que os historicistas – muito coerentemente com o fato de estarem convencidos de que os experimentos sociológicos são inúteis e impossíveis – colocam-se em posição favorável à profecia histórica, profecia a propósito de desenvolvimentos sociais, políticos e institucionais, e colocam-se contra a Engenharia social, entendida como fim prático das Ciências Sociais. A ideia de Engenharia social, de planejamento e criação de instituições, com o possível objetivo de controlar, deter ou acelerar desenvolvimentos sociais, é, aos olhos de alguns historicistas, passível de concretização. Para outros, a tarefa seria quase irrealizável, tarefa que deixa de considerar o fato de o planejamento político, à semelhança de todas as atividades sociais, dever colocar-se sob o domínio de forças históricas.

16. Teoria do Desenvolvimento Histórico

As considerações feitas nos conduzem ao cerne do conjunto de argumentos que propus denominar “historicismo” e justificam a escolha dessa denominação. A ciência social não é mais que história – essa a tese. Não, porém, História no tradicional sentido de crônica de fatos históricos. A espécie de história a que os historicistas querem identificar a Sociologia volta-se não apenas para trás, mas também para a frente, para o futuro: o estudo das forças atuantes e principalmente das leis de desenvolvimento social. Nesses termos, poderia apresentar-se como Teoria histórica ou História teórica, pois as leis históricas foram dadas como as únicas leis sociais universalmente válidas. Hão de ser leis de transformação, de processos, de desenvolvimentos – não pseudo-leis de constâncias ou de uniformidades aparentes. Ao ver dos historicistas, os sociólogos devem tentar conseguir uma ideia geral das grandes propensões, ao longo de cujas linhas as estruturas sociais sofrem mudanças. Além disso, contudo, devem tentar compreender as causas desse processo, a forma de operar das forças responsáveis pela transformação. Devem tentar formular hipóteses acerca das propensões gerais, subjacentes ao desenvolvimento social, e isso para que os homens, deduzindo profecias a partir dessas leis, possam ajustar-se a alterações que se avizinhem.

A noção de sociologia, tal como os historicistas a caracterizam, melhor se esclarece com o auxílio da seguinte distinção que traço entre duas diferentes espécies de prognóstico – e a correlata distinção entre dois tipos de ciência. Em oposição à metodologia historicista, cabe conceber um tipo de metodologia que tenha por finalidade uma ciência social tecnológica. Essa metodologia haveria de conduzir-nos ao estudo de leis gerais da vida social, objetivando identificar os fatos que se erigiriam em indispensável base de trabalho para aqueles que pretendessem reformar instituições sociais. Não há dúvida de que tais fatos existem. Sabemos, por exemplo, que vários sistemas utópicos são impraticáveis simplesmente porque não tomam aqueles fatos na devida conta. A metodologia tecnológica de que nos estamos ocupando se orientaria no sentido de fornecer meios de evitar essas construções não-realistas. Seria anti-historicista, mas, de modo algum, anti-histórica. Valer-se-la da experiência histórica, utilizando-a como importantíssima fonte de informação. Mas, em vez de tentar

descobrir leis de desenvolvimento social, procuraria identificar as várias leis que impõem limitações à criação de instituições sociais e procuraria identificar outras uniformidades (conquanto o historicismo sustente que estas outras não existem).

Tão eficazmente quanto o faz utilizando os contra-argumentos já referidos, o historicista poderia questionar, de outro ângulo, a possibilidade e a utilidade dessa tecnologia social. Admitamos, diria ele, que um engenheiro social haja elaborado o plano de uma nova estrutura social, apoiado na espécie de sociologia que se visualizou. Teremos de supor que esse plano seja, a um tempo, realista e prático, no sentido de que não conflita com fatos conhecidos nem com leis da vida social; e suporemos, ainda, que o plano encontra apoio em outro plano, igualmente praticável, para transformar a sociedade, tal como é hoje, naquela estrutura nova. Ainda que assim seja, os argumentos historicistas poderão mostrar que esse plano não mereceria atenção séria. Continuará a ser um sonho irreal e utópico, porque não levam em conta as leis de desenvolvimento histórico. As revoluções sociais não são provocadas por planos racionais, mas por forças sociais – por conflitos de interesse, digamos. A velha concepção de um rei-filósofo poderoso, que poria em prática planos cuidadosamente estudados, era um conto de fadas, inventado no interesse da aristocracia latifundiária. O equivalente democrático desse conto de fadas é a superstição de que número suficiente de pessoas de boa vontade poderá ser persuadido, por argumentos racionais, a atuar segundo planos. A História mostra que a realidade social é muito diversa. O curso do desenvolvimento histórico nunca é traçado por diretrizes teóricas, ainda que excelentes, embora se conceda que esses esquemas possam exercer alguma influência, a par da influência de muitos outros fatores menos racionais (ou francamente irracionais). Mesmo que esse plano racional coincida com o interesse de grupos poderosos, nunca se concretizará da maneira como foi concebido, ainda que a luta por essa concretização possa tornar-se elemento importante do processo histórico. O resultado efetivo será sempre muito diverso da elaboração racional. Será, sempre, a resultante da momentânea constelação das forças em choque. Além disso, em circunstância alguma poderá o resultado do planejamento racional tornar-se estrutura estável, pois é de esperar que o equilíbrio de forças sofra alteração. A Engenharia Social, independentemente do quanto se vanglorie

de seu realismo e caráter científico, está condenada a permanecer sonho utópico.

Até agora, acrescentaria o historicista, a argumentação se dirigiu contra a possibilidade prática da Engenharia Social apoiada em uma ciência social teórica, e não contra a ideia de ser possível essa mesma ciência. A argumentação, todavia, admite fácil extensão, de sorte a evidenciar a impossibilidade de qualquer ciência social teórica de cunho tecnológico. Vimos que os ensaios de engenharia prática estão fadados ao fracasso, em razão de importantes fatos e leis sociais. E isso implica não apenas que tais ensaios estão destituídos de valor prático, mas também implica serem eles teoreticamente mal fundados, pois descuidam-se das únicas leis sociais realmente relevantes – as leis de desenvolvimento. A ciência que supostamente se põe como base daqueles ensaios deve ter igualmente esquecido as referidas leis, pois, de outra forma, jamais teria oferecido apoio a construções tão privadas de realismo. Cada ciência social que não proclame a impossibilidade de construções sociais racionais está inteiramente cega para os mais importantes fatos da vida social e condenada a ignorar as únicas leis sociais de real validade e verdadeira importância. As ciências sociais que busquem proporcionar apoio para a Engenharia Social não poderão constituir-se, conseqüentemente, em fiéis descrições dos fatos sociais. São impossíveis por si mesmas.

O historicista afirmará que, além dessa crítica decisiva, há outras razões para rejeitar as sociologias tecnológicas. Uma dessas razões, por exemplo, é a de que tais sociologias deixam de lado alguns aspectos do desenvolvimento social, como, digamos, a emergência da novidade. A ideia de que podemos construir racionalmente, com base científica, novas estruturas sociais, implica a ideia de que podemos criar um novo período social, mais ou menos ao longo das linhas planejadas. Entretanto, se o plano estiver alicerçado em uma ciência abrangente dos fatos sociais, não poderá esse plano explicar os traços intrinsecamente novos tão-somente aludindo a uma novidade de disposição (ver seção 3). Sabemos, porém, que um novo período encerrará uma novidade intrínseca própria – afirmação que torna fútil qualquer planejamento que desça a pormenores e torna falsa qualquer ciência em que o planejamento se apoie.

Essas considerações historicistas são aplicáveis a todas as ciências sociais, inclusive a Economia. Conseqüentemente, não cabe esperar da

Economia, no que diz respeito à reforma social, informação valiosa de espécie alguma. Só uma pseudo-Economia pode pretender oferecer base para um planejamento racional. A Economia verdadeiramente científica só pode contribuir para dar a conhecer as forças que impulsionam o desenvolvimento de períodos futuros, mas não pode ajudar-nos a traçar e a colocar em operação um plano pormenorizado para qualquer novo período. O que se aplica a outras ciências sociais aplica-se também à Economia. Seu objetivo último só pode ser o de “explicitar a lei econômica do movimento da sociedade humana” (Marx).

17. Interpretar *versus* Planejar Transformação Social

A concepção historicista de desenvolvimento social não implica fatalismo nem leva, obrigatoriamente, à inação – antes pelo contrário. Os historicistas, em maioria, têm marcada inclinação para o “ativismo” (ver seção 1). Sem reservas, reconhece o historicismo que nossos desejos e ideais, sonhos e raciocínios, temores e conhecimentos, interesses e energia, constituem forças de desenvolvimento da sociedade. Não ensina que algo possa ser criado; apenas prediz que nem os sonhos, nem o que a razão constrói virá à tona de conformidade com planos. Só serão eficazes os planos que se acomodem à corrente principal da História. E isso nos permite saber exatamente qual a espécie de atividade admitida como razoável pelos historicistas: somente aquelas atividades que se ajustam às transformações próximas e as facilitam. Favorecer o parto do social é a única atividade razoável a que podemos dedicar-nos, a única atividade que pode fundar-se em uma antecipação de caráter científico.

Embora nenhuma teoria científica venha, como tal, a estimular diretamente a ação (só poderia desencorajar certas atividades, por despidas de fundamento), é fora de dúvida que, implicitamente, age de maneira positiva sobre quem sinta que deve fazer algo. O historicismo dá essa espécie de estímulo. Inclusive, reserva à razão humana certo papel a desempenhar, pois só o raciocínio científico, a ciência social historicista, nos dirá em que direção se deva orientar uma atividade aceitável para coincidir com a direção das transformações próximas.

A profecia histórica e a interpretação da História tornam-se, de tal forma, a base de qualquer ação social consciente e realista. Em

consequência, a interpretação da História há de constituir-se na principal tarefa do pensamento historicista; e, em verdade, assim ocorreu. Cada ação e cada reflexão historicista objetivam interpretar o passado para ter como predizer o futuro.

Tem o historicismo condição de dar esperança e ânimo àqueles que desejam um mundo melhor? Esperança dessa espécie só pode ser oferecida por um historicista que tenha visão otimista do desenvolvimento social, acreditando que este seja intrinsecamente “bom” ou “racional”, no sentido de que tenda, intrinsecamente, para um estado de coisas melhores e mais razoáveis. Essa concepção equivaleria, entretanto, a crer em milagres sociais e políticos, pois nega à razão humana o poder de fazer emergir um mundo mais razoável. Em verdade, alguns influentes autores de orientação historicista vêm antecipando, em termos otimistas, a chegada de um reino de liberdade, em que os negócios humanos possam ser racionalmente planejados. Ensinam, a par disso, que a transição do reino da necessidade – que a humanidade atualmente suporta – para o reino da liberdade e da razão não pode ocorrer por força da razão, mas – e é surpreendente – só pode ocorrer por imposição de necessidade, como consequência das cegas e inexoráveis leis de desenvolvimento histórico, às quais nos aconselham submissão.

Aos que desejam ver aumentada a influência da razão sobre a vida social, o historicismo recomenda apenas que estudem e interpretem a História, para lhe descobrirem as leis de desenvolvimento. Se a interpretação revelar a proximidade de transformações que atendem aos seus desejos, então tratar-se-á de desejos razoáveis, pois que obedecem à previsão científica. Se ocorrer, porém, que os desenvolvimentos próximos se inclinam em outro sentido, então os desejos de fazer o mundo mais razoável tornam-se inteiramente desarrazoados – e os historicistas os considerarão um sonho utópico. O ativismo só se justifica na medida em que se mantém concorde com as transformações por ocorrer e as enseje.

Já tive oportunidade de mostrar que o método naturalístico, tal como o vê o historicismo, implica uma definida teoria sociológica – a teoria de que a sociedade não se desenvolve nem se altera significativamente. Vemos agora que o método historicista implica uma teoria sociológica estranhamente semelhante – a teoria de que a sociedade se alterará

necessariamente, mas ao longo de trilha predeterminada e inalterável, através de estágios decorrentes de inexorável necessidade.

Nem mesmo quando uma sociedade descobre a lei natural que lhe determina o movimento próprio pode ela saltar fases naturais de sua evolução ou alterar-lhes a ordem, por força de um golpe de pena. Uma coisa, contudo, pode fazer: abreviar e diminuir as dores do parto⁴. Essa formulação, devida a Marx, traduz excelentemente a posição historicista. Embora não proclame real fatalismo, nem recomende inatividade, o historicismo ensina a futilidade de qualquer tentativa de alterar transformações pendentes – trata-se de uma peculiar variedade de fatalismo, sendo, por assim dizer, um fatalismo com respeito às propensões da História. Entende-se que a exortação “ativista” (“os filósofos têm-se limitado a, de várias maneiras, interpretar o mundo; importante, porém, é transformá-lo”⁵) possa despertar muita simpatia entre os historicistas (entendido que “mundo” seja a sociedade humana em desenvolvimento), pois a exortação põe ênfase em transformação. Coloca-se, todavia, em conflito com as mais representativas doutrinas do historicismo, porquanto, como agora nos damos conta, cabe dizer: “o historicista não pode mais do que interpretar o desenvolvimento social e favorecê-lo de múltiplas maneiras; ninguém pode alterá-lo”.

18. Conclusão da Análise

Talvez se julgue que as múltiplas observações registradas me desviam da confessa intenção de esboçar, tão clara e convincentemente quanto possível, as linhas gerais da posição historicista, antes de fazer-lhe a crítica. De fato, procuram aquelas observações mostrar que as inclinações de alguns historicistas no sentido do otimismo e do ativismo são aniquiladas pelo resultado da própria análise historicista. Nisso talvez se veja implícita a restrição de que o historicismo peca por falta de coerência. Caberá a objeção de que não é justo permitir que ironia e crítica estejam presentes na exposição.

Não creio, porém, que fosse justa uma objeção de tal espécie. Minhas observações só podem ser consideradas como críticas negativas por aqueles que são, primeiro, ativistas ou otimistas, e só depois historicistas. (Haverá muitos que estarão nesse caso: aqueles que foram atraídos para o

historicismo devido a sentirem-se inclinados para o otimismo ou para o ativismo.) Entretanto, aos olhos daqueles que são antes de qualquer outra coisa historicistas, minhas observações não de aparecer não como críticas às doutrinas historicistas, mas apenas como críticas às tentativas de relacioná-las ao otimismo ou ao ativismo.

Por certo que nem todas as formas de ativismo são criticadas pelo prisma da incompatibilidade com o historicismo – só merecem tal crítica algumas de suas mais extravagantes formulações. Um historicista puro sustentaria que, posto em confronto com o método naturalístico, o historicismo estimula a atividade, porque dá realce à transformação, ao processo, ao movimento; contudo, ele certamente não sustentaria, de maneira cega, que todas as espécies de atividade são razoáveis sob o prisma científico – muitas atividades possíveis não encontram base na realidade, e o fracasso a que conduzirão pode ser antecipado pela ciência. Tal continuaria aquele historicista, a razão por que ele e outros adeptos da mesma doutrina impõem limitações ao escopo do que admitem como atividade útil e a razão por que se faz necessário dar ênfase a essas limitações para chegar a uma clara análise do historicismo. O mesmo historicista poderia, ainda, afirmar que as duas citações de Marx (feitas na seção anterior) não se contradizem, mas se complementam; que, embora a segunda (e mais antiga), tomada isoladamente, possa parecer um tanto “ativista” demais, seus devidos limites são estabelecidos pela primeira e que, se a segunda agradou ativistas ultra-radicais e os influenciou no sentido de abraçarem o historicismo, a primeira deveria ter-lhes indicado as fronteiras próprias de qualquer atividade, ainda que à custa de fazer desaparecer as simpatias que tivessem pela doutrina.

Dadas essas razões, entendo que minha exposição não envolve injustiça, cingindo-se a trazer esclarecimentos a propósito do ativismo. Da mesma forma, não creio que a observação por mim feita na seção anterior e no sentido de que o otimismo historicista só pode repousar na fé. (uma vez que se nega à razão o papel de fazer emergir um mundo mais razoável) seja uma observação em que se enxergue crítica negativa ao historicismo. Talvez pareça negativa aos que são, antes do mais, otimistas ou racionalistas; o historicista coerente, de seu lado, não verá aquela análise senão como advertência contra o caráter romântico e utópico próprio das formas usuais de otimismo e pessimismo, e também próprio do racionalismo. Insistirá ele em que um historicismo verdadeiramente

científico há de ser independente de tais elementos; e insistirá em que temos de submeter-nos às leis do desenvolvimento, como temos de submeter-nos à lei da gravidade.

O historicista avançará ainda. Acrescentará que a mais razoável atitude é, dessa forma, a de ajustar o sistema de valores adotado para afeiçoá-lo às transformações que se avizinham. Assim agindo, chega-se a uma forma de otimismo que se justifica, pois, do prisma daquele Sistema de valores, cada transformação será, obrigatoriamente, uma transformação para melhor.

Ideias dessa ordem já foram sustentadas por alguns historicistas, passando a constituir coerente (e popular) teoria moral historicista: o moralmente bom é o moralmente progressista, ou seja, o moralmente bom é o que se coloca adiante de seu tempo, conformando-se aos padrões de conduta que serão aceitos em um tempo que virá.

Essa teoria moral historicista, que poderia ser chamada “modernismo ético” ou “futurismo ético” (e cabe também falar em modernismo ou futurismo estético), acomoda-se bem à atitude anti-conservadora do historicismo, e nela podemos ver uma resposta a certas indagações concernentes a valores. (Ver seção 6, a propósito de “objetividade e valoração”) Acima de tudo, a teoria pode ser tida como indicação de que o historicismo – no estudo presente só examinado na medida em que se põe como doutrina metodológica – admite ampliação e desdobramento que dele fariam um completo sistema filosófico. Ou, em outras palavras, parece não improvável que o método historicista haja surgido como parte de uma ampla interpretação filosófica do mundo. Está comprovado, com efeito, que, sob o prisma da História – embora não sob o prisma da lógica – as metodologias são, via de regra, subprodutos de concepções filosóficas. Pretendo examinar as filosofias historicistas em outro contexto. Aqui apenas criticarei as doutrinas metodológicas do historicismo tal como acima apresentadas.

III. Crítica das Doutrinas Anti-Naturalísticas

19. Objetivos Práticos da Crítica

É indispensável indagar, aqui, se o verdadeiro motivo da investigação científica seria o desejo de saber, uma curiosidade apenas teórica, “pura”, ou se devemos entender a ciência como instrumento para a solução de problemas práticos que surgem na luta pela vida. Tomaremos a posição de sustentar que os defensores dos direitos da pesquisa “pura”, ou “básica”, merecem todo apoio na luta que travam contra a acanhada concepção – de novo em moda, infelizmente – segundo a qual a pesquisa científica só se justifica quando assume a figura de um investimento sólido⁷. É de admitir, entretanto, que até mesmo a concepção algo extremada (a que dou minha adesão), segundo a qual a grande significação da ciência está em ser ela uma das maiores aventuras espirituais já vividas pelo homem, até mesmo essa concepção pode combinar-se com um reconhecimento da importância dos problemas práticos e dos testes práticos para o progresso da ciência, quer pura, quer aplicada – a prática é de valor incalculável para a especulação científica, seja atuando como espora, seja atuando como bridade. Não é necessário esposar o pragmatismo para apreciar a frase de Kant:

Ceder a todos os caprichos da curiosidade, levando a paixão pela investigação a avançar até os limites da própria capacidade, eis uma disposição de espírito que não assenta mal à erudição. É a sabedoria, entretanto, que tem o mérito de selecionar, dentre os inúmeros problemas que se apresentam, aqueles cuja solução se reveste de importância para a humanidade”.

A aplicação dessa diretriz às Ciências Biológicas e, principalmente, às Ciências Sociais é clara. A reforma que Pasteur impôs às Ciências Biológicas foi levada a efeito sob o estímulo de problemas eminentemente práticos, em parte ligados à indústria e à agricultura. E, hoje em dia, a pesquisa social se reveste de urgência prática maior do que a reclamada pela pesquisa da cura do câncer. Como diz o professor Hayek, “a análise econômica jamais foi produto de pura curiosidade intelectual acerca do

porquê dos fenômenos sociais, decorrendo, isto sim, do desejo intenso de reconstruir um mundo que nos causa profunda insatisfação”; e algumas ciências sociais (excluída a Economia), que ainda não adotaram essa maneira de ver, mostram, pela escassez dos resultados obtidos, quão urgentemente suas especulações pedem propósitos práticos.

A necessidade de estímulo, proveniente de problemas práticos, faz-se também patente quando nos voltamos para investigações em torno de métodos de pesquisa científica e, mais especialmente, para investigações concernentes aos métodos das ciências sociais generalizadoras, ou ciências sociais teóricas, assunto com que se preocupa o trabalho presente. Os mais frutíferos debates em torno do método são sempre inspirados por certos problemas práticos que o pesquisador vê surgirem; e quase todos os debates relativos ao método e privados daquela inspiração caracterizam-se por uma atmosfera de sutileza fútil que leva a metodologia a desmoralizar-se aos olhos do pesquisador prático. É importante reconhecer que os debates metodológicos de feição prática não são apenas úteis, mas também necessários. No que se refere a desenvolvimento e aperfeiçoamento de método, como também a desenvolvimento e aperfeiçoamento da ciência, só aprendemos por ensaio e erro e precisamos da crítica dos outros para descobrir os nossos erros; essa crítica é o que há de mais importante, pois a introdução de método novo talvez implique uma transformação de caráter fundamental e revolucionário. Essas considerações podem ser ilustradas por exemplos, como o da introdução de métodos matemáticos na Economia ou dos chamados métodos “subjetivos”, ou “psicológicos”, na teoria do valor. Mais recente exemplo é o da combinação dos métodos dessa teoria com métodos estatísticos (‘análise de demanda’). Essa última revolução, no campo do método, foi, em parte, consequência de debates práticos e amplamente críticos, fato de que o apologista do estudo do método pode, certamente, retirar estímulo.

Enfoque prático do estudo das Ciências Sociais e de seu método é o que advogam muitos dos seguidores do historicismo, esperançosos de que poderão transformar a ciência social, graças ao emprego de métodos historicistas, em poderoso instrumento a serviço dos políticos. O reconhecimento da tarefa prática de que se devem incumbir as Ciências Sociais fez surgir algo como uma área comum onde os historicistas e alguns de seus oponentes podem encontrar-se e discutir; e estou pronto a

ocupar posição nessa área comum, a fim de criticar o historicismo, por ser um método pobre, incapaz de propiciar os resultados que promete.

20. Enfoque Tecnológico da Sociologia

Embora, neste estudo, meu propósito seja o de examinar o historicismo, doutrina de método da qual discordo – e não aqueles métodos que, em minha opinião, alcançaram êxito e cujo desenvolvimento amplo e escrupuloso recomendo –, será útil que, inicialmente, me ocupe desses métodos bem sucedidos, de modo a que o leitor conheça minha maneira de ver e fique esclarecido, o ponto de vista em que se funda a crítica por mim feita. Para facilidade, aos métodos referidos chamarei “tecnologia da ação gradual”.

A expressão “tecnologia social” (e, por motivos mais fortes, a expressão “engenharia social” que será introduzida na próxima seção) tende a despertar suspeita e a afastar aqueles a quem lembra os “projetos sociais” dos planejadores coletivistas, ou até mesmo dos “tecnocratas”. Dou-me conta desse perigo e por isso acrescentei a palavra “gradual”, tanto para afastar associações indesejáveis, quanto para expressar a convicção de que a “correção gradual” (nome que, às vezes, lhe dão), combinada com a análise crítica, é o melhor caminho para alcançar resultados práticos, assim no campo das Ciências Sociais, como no das Naturais. Grande parte do desenvolvimento das Ciências Sociais se deveu à crítica feita a propostas de melhoria social, ou, antes, à crítica feita a tentativas de saber se uma particular ação econômica ou política produziria o resultado esperado ou desejado. A essa abordagem que poderia ser denominada clássica, eu me reportava ao fazer alusão ao enfoque tecnológico das Ciências Sociais, ou à tecnologia da ação gradual.

Os problemas tecnológicos, na esfera da ciência social, podem revestir caráter “público” ou “privado”. Pertencem ao segundo grupo as investigações a respeito de negócios ou dos efeitos de melhores condições de trabalho sobre a produtividade. Pertencem ao primeiro grupo as pesquisas relativas ao efeito da reforma do sistema penitenciário ou dos seguros-saúde para todos, ou da estabilização de preços, através de tribunais especializados, ou da introdução de novas taxas de importação, sobre, digamos, a melhor distribuição de renda; e a este grupo se filiam,

ainda, algumas das mais urgentes questões práticas de nossos dias, como a possibilidade de controlar ciclos de comércio ou a questão de saber se o “planejamento” centralizado, no sentido de gerência estatal da produção, é compatível com o democrático e eficaz controle da administração, ou de saber como exportar a democracia para o Oriente Médio.

Dar essa ênfase ao enfoque tecnológico prático não equivale a dizer que devam ser excluídos problemas teóricos eventualmente surgidos a partir da análise de questões práticas. Pelo contrário, um dos pontos para mim principais é o de que a abordagem tecnológica pode mostrar-se frutífera, provocando o aparecimento de relevantes problemas de pura feição teórica. Todavia, além de prestar-nos auxílio na tarefa básica de identificar problemas, a abordagem tecnológica impõe disciplina a nossas inclinações especulativas (inclinações que, especialmente no campo da Sociologia propriamente dita, são suscetíveis de transportar-nos para a região da metafísica); e isso porque nos força, a submeter as teorias a padrões estabelecidos, como sejam os da clareza e da possibilidade de teste prático. O que pretendo ressaltar, quanto ao enfoque tecnológico, se patenteará se eu disser que a Sociologia (e, talvez, as Ciências Sociais, de maneira geral) deve buscar não “um Newton ou um Darwin¹²”, mas um Galileu ou um Pasteur.

O ponto agora acentuado e as anteriores alusões à analogia entre o método das Ciências Sociais e o método das Ciências Naturais darão lugar, talvez, a tanta contestação quanto a nossa escolha de termos como “tecnologia social” e “engenharia social” (e isso, a despeito da importante ressalva que se traduz pela palavra “graduar”). Assim, convirá dizer que compreendo perfeitamente a importância da luta contra o naturalismo metodológico dogmático, ou “cientismo” (para usar palavra do professor Hayek). Sem embargo, não entendo por que deixar de fazer uso dessa analogia, na medida em que se mostra frutífera e embora reconhecendo que foi extremamente mal utilizada e mal entendida por certos grupos. Além disso, dificilmente poderemos oferecer, contra esses naturalistas dogmáticos, argumento mais decisivo do que aquele através do qual se mostra que alguns dos métodos por eles atacados são, fundamentalmente, os mesmos métodos usados nas Ciências Naturais.

Uma objeção possível de formular *prima facie* contra o que denominamos enfoque tecnológico é a de implicar ele a adoção de uma

atitude” ativista”, com respeito à ordem social (ver seção 1), e ser, portanto, responsável pelo preconceito que em nós se manifesta com respeito à concepção “anti-intervencionista”, ou “passiva”: concepção segundo a qual, se estamos insatisfeitos com as existentes condições sociais ou econômicas, é porque não compreendemos como operam e nem compreendemos que uma intervenção ativa só poderia piorar as coisas. Ora, devo admitir que não simpatizo com essa concepção “passiva” e que, inclusive, considero impraticável uma política de anti-intervencionismo universal – insustentável até mesmo quanto a bases lógicas, pois seus defensores são levados a recomendar uma intervenção política para impedir intervenção. Seja como for, a abordagem tecnológica é neutra quanto a esse ponto (como efetivamente deveria ser) e de modo algum incompatível com o anti-intervencionismo. Ao contrário: entendo que o anti-intervencionismo implica a abordagem tecnológica, por asseverar que O intervencionismo torna as coisas piores e afirmar que certas ações políticas não teriam determinados efeitos – a saber, os desejados; e uma tarefa característica de qualquer tecnologia é a de apontar aquilo que não pode ser concretizado.

Convém aprofundar o exame desse ponto. Como demonstrei em outra publicação, cada lei natural pode ser expressa pela afirmação de que determinada coisa não pode acontecer, ou seja, por uma sentença em forma de provérbio: “Você não pode transportar água em uma peneira”. Assim, a lei da conservação da energia pode assumir a forma: “Não é possível construir máquina de movimento perpétuo”; e a da entropia, a forma: “Não é possível construir máquina cem por cento eficiente”. Essa maneira de formular as leis naturais torna-lhes óbvia a significação tecnológica e pode, portanto, ser denominada “forma tecnológica” de uma lei natural. Se, agora, considerarmos o anti-intervencionismo a essa luz, veremos, de imediato, ser possível expressá-lo por via de enunciados como “Não é possível alcançar tais e tais resultados” ou, talvez, “não é possível atingir tais e tais fins sem tais ou quais efeitos concomitantes”. Isso mostra que, no anti-intervencionismo, cabe ver uma doutrina tecnológica típica.

Naturalmente que, no âmbito da ciência social, não é a única dessas doutrinas. Ao contrário a importância de nossa análise está em ela chamar a atenção para uma similaridade realmente fundamental entre as Ciências Naturais e as Ciências Sociais. Penso na existência de leis ou hipóteses sociológicas análogas a leis ou hipóteses das Ciências Naturais. Como

frequentemente se coloca em dúvida a existência de leis ou hipóteses sociológicas (que não as chamadas “leis históricas”), delas darei alguns exemplos:

- “Não é possível criar impostos que onerem a agricultura e, ao mesmo tempo, reduzir o custo de vida”.
- “Não é possível, em uma sociedade industrial, organizar grupos de pressão formados por consumidores, tão eficientemente como é possível organizar grupos de pressão formados por produtores”.
- “Não é possível ter uma sociedade com planejamento centralizado e, ao mesmo tempo, um sistema de preços que desempenhe as principais funções de um sistema de preços competitivos”.
- “Sem inflação não é possível trabalho para todos”.

Outro grupo de exemplos poderia ser escolhido na esfera do poder político:

- “Não é possível introduzir reforma política sem acarretar algumas repercussões indesejáveis do ponto de vista dos fins perseguidos” (acautelemo-nos, portanto).
- “Não é possível introduzir uma reforma política sem intensificar as forças de oposição em grau aproximadamente proporcional ao escopo da reforma” (o que poderia ser visto como corolário tecnológico de “Há sempre interesses ligados ao status quo”).
- “Não é possível fazer uma revolução sem provocar reação”.

A esses exemplos acrescentemos outros dois, que poderíamos denominar, respectivamente, “lei das revoluções segundo Platão” (colhido no oitavo livro da República) e “lei da corrupção segundo Lord Acton”:

- “Não é possível uma revolução alcançar êxito, a não ser que a classe dominante esteja enfraquecida por dissensões internas ou por derrota na guerra”.
- “Não é possível dar poder a um homem sobre outros homens sem que ele se sinta tentado a abusar tentação que aumenta aproximadamente na mesma proporção em que aumenta o poder obtido e a que poucos são capazes de resistir”.

Nada se presume, neste contexto, quanto à força de evidência existente em favor dessas hipóteses, cujas formulações admitem, sem dúvida, grande aperfeiçoamento. Trata-se de simples exemplos da espécie de enunciado que uma tecnologia de ação gradual pode tentar debater e corroborar.

21. Engenharia de Ação Gradual *versus* Engenharia Utópica

Embora caiba fazer objeção a certas associações a que a palavra “engenharia” dá lugar, utilizarei a expressão “Engenharia social gradual” para iludir à aplicação prática dos resultados da tecnologia de ação gradual. A expressão é útil, pois importa dispor de uma forma de indicar o conjunto das atividades sociais privadas e públicas que, a fim de conduzirem a um objetivo ou propósito, usam, conscientemente, de todos os conhecimentos tecnológicos existentes. A Engenharia social de ação gradual semelha-se à Engenharia comum por encarar os fins como algo situado para além do reino da tecnologia. (Quanto a fins, a tecnologia só está apta a dizer se eles são compatíveis entre si e de concretização possível.) Nesse ponto, a Engenharia social afasta-se do historicismo, que entende serem os fins das atividades humanas dependentes de forças históricas e, pois, situados dentro do âmbito por ele abarcado.

Assim como o propósito da Engenharia comum é o de projetar máquinas, aperfeiçoá-las e mantê-las, a tarefa da Engenharia social de ação gradual é a de projetar instituições sociais, reconstruí-las e fazer as já existentes operarem. A expressão “instituição social” é aqui utilizada em sentido muito amplo, incluindo entidades de caráter público privado. Dessa expressão me valerei para aludir seja a uma pequena loja, seja a uma grande empresa de seguros, a uma escola, a um “sistema educacional”, a uma organização policial, a um tribunal ou a uma igreja. Um tecnologista ou engenheiro que acolha o método da ação gradual reconhecerá que apenas algumas instituições sociais brotam por força de um planejamento consciente, enquanto a grande maioria delas tão-somente surge como imprevista consequência de ações humanas. Todavia, independentemente de quanto se deixe impressionar por este importante fato, o tecnologista verá as instituições sociais de um ponto de vista “funcional” ou “instrumental”. Serão, a seus olhos, meios para certos fins ou suscetíveis de

se verem postas ao serviço de certos fins – antes máquinas do que organismos. Não significa isso que o tecnologista ignore as fundamentais diferenças existentes entre instituições e instrumentos físicos. Ao contrário, estudará ele essas diferenças, bem como as similaridades, apresentando os resultados sob a forma de hipóteses. Com efeito, não há dificuldade em formular hipóteses acerca das instituições, dando-lhes feição tecnológica; e isso pode ser visto no seguinte exemplo:

“Não é possível criar instituições inteiramente seguras, ou seja, instituições cujo funcionamento não dependa, grandemente, de pessoas – quando muito, as instituições reduzirão o grau de incerteza ligado ao elemento pessoal, auxiliando aqueles que perseguem os objetivos que a instituição tem em vista e de cuja iniciativa e saber pessoal o êxito da mesma instituição muito depende”. (As instituições assemelham-se às fortalezas: devem ser bem projetadas e bem guarnecidas)

A abordagem típica da Engenharia de ação gradual é essa. Ainda que seus adeptos possam, por vezes, afagar certos ideais que digam respeito à sociedade “como um todo” – o bem-estar geral, talvez não se fiam no método de replanejá-la como um todo. Sejam quais forem os fins em vista, eles procurarão atingi-los através de pequenos ajustamentos e reajustamentos que possibilitem melhoria contínua. Esses fins variarão: acumulação de riqueza ou de poder, em benefício de certos indivíduos ou grupos; distribuição de riqueza e poder; proteção de certos “direitos” de indivíduos ou grupos, e assim por diante. Dessa forma, a Engenharia social pública, ou política, revelará as mais diversas tendências, totalitárias e liberais. (Exemplos de programas liberais de longo alcance, através de reforma gradual, foram dados por W. Lippmann, sob o título “The Agenda of Liberalism”.) Quem aceita a Engenharia da ação gradual sabe, tal como Sócrates, o quão pouco sabe. Sabe que só errando aprendemos. E, assim, caminhará passo a passo, comparando cuidadosamente os resultados esperados aos conseguidos, sempre alerta para as inevitáveis consequências indesejáveis de qualquer reforma; e não se empenhará em reformas cuja complexidade e alcance torne-lhe impossível distinguir as causas dos efeitos e avaliar, exatamente, o que está fazendo.

Esse “remendar por partes” não se coaduna com o temperamento político de muitos dos “ativistas”. O programa que estes propõem e que

também é de “Engenharia social” pode receber o nome de “holista” ou de “Engenharia utópica”.

A Engenharia social holista, ou utópica, ao contrário da Engenharia social de ação gradual, nunca é de caráter “privado”, sempre de caráter “público”. Pretende a remodelação de “toda a sociedade”, segundo as linhas de um definido plano ou de uma definida diretriz; pretende “conquistar as posições-chave” e ampliar “o poder do Estado (...) até que Estado e sociedade quase se identifiquem”; e pretende, a par disso, controlar, a partir dessas “posições-chave”, as forças históricas que moldam o futuro da sociedade em desenvolvimento – ou detendo esse movimento ou antecipando seu curso e a ele adaptando a sociedade.

Talvez caiba indagar se há diferença fundamental entre as abordagens holista e da ação gradual, aqui descritas, de vez que não estabelecemos limites ao alcance dessa última. Tal como a entendemos, a abordagem da ação gradual abrangeria, por exemplo, uma reforma constitucional; e nem excluiríamos a possibilidade de uma série de reformas paulatinas, inspiradas por uma tendência geral, como seja, exemplificativamente, a tendência no sentido de mais equitativa distribuição de rendas. Dessa maneira, os métodos de ação gradual podem levar a alterações do que geralmente se denomina “estrutura social de classes”, Haverá distinção, cabe perguntar, entre essas mais ambiciosas espécies de Engenharia de ação gradual e a abordagem holista ou utópica? E talvez que essa questão se torne ainda mais pertinente se considerarmos que, ao tentar avaliar as prováveis consequências de uma proposta reforma, o tecnologista da ação gradual haverá de fazer o quanto possa para estimar os efeitos que terá sobre o “todo” social qualquer das medidas a adotar.

Respondendo a essa questão, não tentarei traçar uma perfeita linha de fronteira entre os dois métodos, mas procurarei dar realce aos diferentes pontos de vista segundo os quais o holista e o tecnologista da ação gradual encaram a tarefa de reformar a sociedade. Os holistas rejeitam a ação gradual, por considerá-la demasiado tímida. Na prática, entretanto, esquecem essa rejeição, pois a prática sempre os leva a uma aplicação fortuita e canhestra, mas decidida e ambiciosa daquilo que é, em essência, o método da ação gradual – destituído de seu caráter cauteloso e autocrítico. A razão está em que, na prática, o método holista se revela de aplicação impossível; quanto mais amplas as transformações holistas

buscadas, tanto maiores as repercussões indesejadas e inesperadas, forçando o utilizador do método a recorrer ao expediente de uma improvisação em termos de ação gradual. Em verdade, esse expediente mais comumente se impõe quando está em causa um planejamento centralizado ou coletivista, do que na hipótese de tratar-se de modesta e cuidadosa intervenção, segundo a diretriz da ação gradual; e, repetidas vezes, leva o adepto da Engenharia utopista a fazer coisas que não pretendia fazer, ou seja, leva ao conhecido fenômeno do planejamento não planejado. Assim, na prática, a diferença entre a Engenharia utopista e o método da ação gradual vem a ser uma diferença não tanto de escala e escopo, mas de cautela e preparação para inevitáveis surpresas. Procederia, também, dizer que, na prática, os dois métodos diferem sob outros aspectos que não os de escala e escopo – contrariamente ao que seria de esperar se comparássemos as duas doutrinas concernentes a quais sejam os métodos adequados de reforma social racional. Em face dessas duas doutrinas, sustento que uma é verdadeira, ao passo que a outra é falsa e suscetível de conduzir a erros que são, a um só tempo, evitáveis e graves. Em face dos dois métodos, sustento que um deles é possível, enquanto o outro simplesmente não existe, é impossível.

Uma das diferenças entre a abordagem utópica, ou holista, e a abordagem que recomenda ação gradual será, então, a seguinte: enquanto o adepto do método da ação gradual pode enfrentar o problema de espírito aberto, quanto ao escopo da reforma, o holista não tem condição de fazer o mesmo, pois antecipadamente deliberou que uma reconstrução completa é possível e necessária. São de grande alcance as consequências desse fato. Por ele, o utopista é levado a ter preconceito contra certas hipóteses sociológicas que põem limites ao controle institucional, a ter preconceito contra, por exemplo, a hipótese já mencionada nesta seção e relativa à incerteza que advém do elemento pessoal, do “fator humano”. Rejeitando, a priori, hipóteses desse gênero, a abordagem utópica viola os princípios do método científico. De outra parte, problemas ligados à incerteza que deriva do fator humano forçam o utopista – quer ele queira, quer não a tentar controlar esse fator humano através de meios institucionais e a ampliar seu programa, de modo a abraçar não apenas a transformação da sociedade, segundo os planos estabelecidos, mas também a transformação do homem. “O problema político é, portanto, o de organizar os impulsos humanos de maneira tal que suas energias se orientem para corretos pontos estratégicos

e deem a desejada direção a todo o processo de desenvolvimento”. Parece escapar ao utopista o fato de esse programa acarretar a admissão de falhas, antes mesmo de ser posto em ação. Com efeito, em vez de pretender que se construa uma sociedade nova, onde homens e mulheres encontrem lugar adequado, pretende que “moldemos” esses homens e essas mulheres para que se acomodem e afeiçoem à sociedade nova. Isso afasta, de maneira clara, qualquer possibilidade de apreciar o êxito ou o insucesso da sociedade nova. De fato, a respeito daqueles que não apreciam viver nela, tão-somente se dirá que ainda não estão aptos a nela viver, que seus “impulsos humanos” requerem “melhor organização”. Nesses termos, sem a possibilidade de testes, desaparece a possibilidade de afirmar que um método “científico” esteja sendo utilizado. A abordagem holista é incompatível com uma atitude verdadeiramente científica.

A Engenharia utópica não se coloca entre os principais temas do presente estudo, mas há duas razões para considerá-la, a par do historicismo, nas três próximas seções. Em primeiro lugar, porque sob a denominação de planejamento coletivista (ou centralizado), essa Engenharia utópica é uma doutrina muito em moda, – e dela a “Engenharia de ação gradual” (ou “tecnologia da ação por partes”) deve ser nitidamente distinguida. Em segundo lugar, porque o utopismo não apenas se assemelha ao historicismo, em sua hostilidade para com a abordagem da ação gradual, mas frequentes vezes juntam suas forças às da ideologia historicista.

22. A Profana Aliança com o Utopismo

A existência de oposição entre os métodos que denominei “tecnologia da ação por partes” e “historicismo” foi claramente reconhecida por Mill. Há “duas espécies de investigação social”, escreveu ele:

“Na primeira espécie, a questão proposta é a de saber (...) por exemplo, qual seria o efeito de (...) introduzir o sufrágio universal no presente estágio da sociedade (...) Mas há, também, uma segunda espécie de investigação (...) Nesta, (...) a questão é a de saber não qual seria o efeito de determinada causa, em certo estágio da sociedade, mas a de saber quais as causas que, de modo geral, (...) produziram estágios da sociedade”.

Considerando que os “estágios da sociedade”, a que se refere Mill, correspondem exatamente ao que chamei “períodos históricos”, é claro que a distinção por ele traçada entre as “duas espécies de investigações sociológicas” põe-se em correspondência com a distinção por mim feita entre a abordagem própria da tecnologia da ação gradual e a própria do historicismo; mais evidente se tornará essa correspondência se acompanharmos a descrição que Mill nos proporciona da “segunda espécie de investigação sociológica”, espécie que reputa (sob influência de Com te) superior à primeira e que faz uso do por ele denominado “método histórico”.

Como já mencionado (seções 1, 17 e 18), historicismo não se opõe a “ativismo”. Cabe, aliás, ver na Sociologia historicista, um tipo de Sociologia que ajuda (como diz Marx) a “abreviar e reduzir a intensidade das dores do parto” de um novo período histórico. E, em verdade, na descrição que Mill faz do que seja o método histórico, encontramos essa ideia expressa de maneira que é notavelmente similar à de Marx:

“O método agora caracterizado é aquele por via do qual (...) as leis (...) do progresso social não de ser buscadas. Com sua ajuda, conseguiremos, de ora por diante, não apenas divisar longínquos horizontes da história futura da raça humana, como também determinar os meios artificiais a serem usados (...) para acelerar o progresso natural, na medida em que isso seja benéfico (...) Essas diretrizes práticas, fundadas no mais avançado ramo da Sociologia especulativa, constituiriam a mais nobre e frutífera parte da Arte Política”.

Tal como a passagem transcrita deixa claro, não é tanto o fato de ser uma tecnologia, mas o fato de ser uma tecnologia de ação gradual que marca a diferença entre o enfoque por mim proposto e o proposto pelo historicismo. Na medida em que o historicismo é tecnológico, o enfoque por ele adotado não é o da ação gradual, mas o “holista”.

A abordagem de Mill revela-se claramente holista quando explica o que pretende dizer com “estágio da sociedade” (ou período histórico): “O que se denomina estágio da sociedade – escreve ele –, é o estágio simultâneo de todos os mais importantes fatos ou fenômenos sociais”. Exemplos desses fatos são, inter alia: “O estágio da indústria, da riqueza e de sua distribuição”; a “divisão da sociedade em classes e as relações dessas

classes entre si; as crenças comuns que professam (...) ; a forma de governo e o mais significativo de suas leis e costumes”. Resumindo, Mill caracteriza os estágios da sociedade nos termos seguintes: “Os estágios da sociedade são como (...) as diferentes idades de uma estrutura física; traduzem as condições não de um ou de alguns órgãos ou funções, mas do organismo em sua totalidade”.

É esse holismo que mais radicalmente distingue o historicismo da tecnologia da ação gradual e que torna possível sua aliança com certos tipos de Engenharia social, holista ou utópica.

Trata-se de aliança algo estranha, pois, como vimos (seção 15), chocam-se claramente a abordagem própria do historicista e a própria do engenheiro social ou do tecnologista – se por Engenharia social entendermos a criação de instituições sociais segundo planos estabelecidos. Do ponto de vista do historicismo, a abordagem historicista é tão profundamente oposta a qualquer tipo de Engenharia social quanto é oposta à abordagem do meteorologista à do mágico provocador de chuvas; por isso mesmo, a Engenharia social (ainda quando adota a abordagem da ação gradual) tem sido atacada pelos historicistas e considerada utópica. Apesar disso, vemos o historicismo aliar-se, muitas vezes, a ideias típicas da Engenharia social, holista ou utópica, tais como a ideia de “diretrizes para uma nova ordem” ou de “planejamento centralizado”.

Platão e Marx são dois exemplos representativos dessa aliança. Platão, pessimista, entendeu que toda – ou quase toda – mudança é decadência; essa, para ele, a lei do desenvolvimento histórico. Fiel a essa ideia, sua diretriz utópica procura impedir a mudança de qualquer tipo, sendo o que hoje denominaríamos estática. Marx, de outra parte, era otimista e, possivelmente (à semelhança de Spencer), adepto da teoria moral historicista. Nesses termos, sua diretriz utópica orientava-se no sentido de uma sociedade em desenvolvimento ou “dinâmica”, e não no de uma sociedade estagnada. Predisse ele e esforçou-se por favorecer um desenvolvimento que culminasse na Utopia ideal, desconhedora de coerção política ou econômica: desaparecido o Estado, cada pessoa prestaria livre cooperação, na medida de suas capacidades, e teria satisfeitas todas as suas necessidades.

O mais forte elemento presente na aliança que se estabelece entre o historicismo e o utopismo é, sem dúvida, o enfoque holista, comum a

ambos. O historicismo interessa-se pelo desenvolvimento não de aspectos da vida social, mas da “sociedade como um todo”; e, de maneira análoga, a Engenharia utópica é holista. Uma e outra dessas orientações olvidam o importante fato de que “todos”, nesse sentido, jamais podem constituir objetos de investigação científica. Ambas essas orientações se mostram insatisfeitas com os “remendos parciais” e “com os êxitos em meio à confusão”: preferem recorrer a métodos mais radicais. Ambos, o historicista e o utopista parecem impressionar-se e, por vezes, perturbar-se profundamente, com o espetáculo de uma circunstância social em alteração (espetáculo que é frequentemente assustador e, vez por outra, descrito como “colapso social”). Em razão disso, ambos tentam racionalizar a alteração, um profetizando o curso do desenvolvimento social e o outro insistindo em que a transformação deveria ser estrita e completamente controlada e, mesmo, que deveria ser impedida por completo. O controle há de ser total, pois de qualquer porção da vida social que a ele fuja podem surgir perigosas forças, provocadoras de imprevistas alterações.

Outro elo de ligação entre o historicismo e o utopismo está em ambos acreditarem que seus propósitos ou finalidades não constituem questão de escolha ou de decisão moral, mas são suscetíveis de se verem cientificamente descobertos no âmbito de um ou outro daqueles campos de investigação. (Sob esse aspecto, apartam-se tanto do engenheiro e tecnologista da ação gradual quanto do engenheiro comum) O historicista e o utopista entendem poder descobrir quais sejam os verdadeiros propósitos ou objetivos da “sociedade”, através, por exemplo, da determinação de suas tendências históricas ou por meio do diagnóstico das “necessidades da época”. Dessa maneira, inclinam-se a adotar uma teoria moral historicista (ver seção 18). Não por acaso, a maioria dos autores que advogam o “planejamento” utopista nos diz que planejar é simplesmente inevitável, dada à direção em que a História caminha; que se impõe planejar, queiramos ou não.

Tocados pela inspiração historicista, esses autores censuram os seus oponentes, dizendo-os mentalmente em atraso, e acreditam que a tarefa mais importante a desempenhar é a de “romper os velhos hábitos de pensamento e encontrar novas chaves para a compreensão de um mundo que se transforma”. Asseveram que as tendências da transformação social “não poderão ser eficazmente influenciadas ou alteradas” enquanto não abandonarmos a abordagem da ação gradual ou o espírito de “alcançar

êxito em meio à confusão”. Cabe, entretanto, colocar em dúvida que essa nova “reflexão em torno do nível de planejamento” seja tão nova quanto pretende, pois, aparentemente, o holismo foi característico de antiquíssima forma de pensamento, inaugurada por Platão. Pessoalmente, creio procedente entender que a maneira holista de pensar (a propósito da “sociedade” ou a propósito da “natureza”), longe de corresponder a um alto nível ou a um último estágio do evoluir do pensamento, é típica do estágio pré-científico.

23. Crítica ao Holismo

Tendo deixado clara minha inclinação pessoal, tendo esboçado o ponto de vista em que fundamento a minha crítica, tendo apontado a oposição entre a ação gradual, de um lado, e historicismo e utopismo, de outro lado, passarei agora a ocupar-me do que, para mim, constitui a tarefa mais importante – passarei ao exame das doutrinas historicistas. Principio com uma breve crítica do holismo, e isso porque essa concepção transformou-se em uma das mais significativas facetas da teoria a ser contraditada.

Na recente literatura holista, há uma ambiguidade fundamental no emprego da palavra “todo”. É usada para denotar (a) a totalidade das propriedades ou dos aspectos de uma coisa e, especialmente, a totalidade das relações que unem suas partes constitutivas; e (b) especiais aspectos ou propriedades da coisa em tela, a saber, aqueles que a fazem apresentar-se como estrutura organizada e não como “simples amontoados”. Os todos, no sentido (b), foram objeto de estudo científico, especialmente por parte a chamada escola gestáltica da Psicologia; e, sem dúvida, inexistiu razão para que nos furtemos a estudar aspectos como o das regularidades de estrutura (a simetria, por exemplo) que se manifestam em certas coisas, como sejam organismos, campos elétricos ou máquinas. De coisas que possuem estruturas desse gênero pode-se dizer, em termos de Gestalt, serem mais que agregados – “mais do que a simples soma de suas partes”.

Qualquer dos exemplos dados pela teoria da Gestalt pode ser usado para mostrar que os todos, no sentido (b), são muito diferentes dos todos, no sentido (a). Se, com os teóricos da Gestalt, considerarmos que a melodia é mais do que a mera conjunção ou sequência de sons musicais isolados, será um dos aspectos de tal sequência de sons que estaremos selecionando para

exame. É um aspecto que se distingue claramente de outros aspectos, como o do tom absoluto do primeiro daqueles sons ou da média de sua intensidade absoluta. Há aspectos gestálticos ainda mais abstratos que o da melodia, como, por exemplo, o do ritmo dessa melodia, pois, focalizando o ritmo, deixamos de lado até mesmo o tom relativo que é importante quando em pauta a melodia. Sendo de tal maneira seletivo, o estudo de uma Gestalt e o de qualquer todo, no sentido (b), é claramente distinto do estudo de uma totalidade, isto é, de um todo no sentido (a).

Não se deve, pois, invocar o fato de os todos, no sentido (b), poderem ser estudados cientificamente para justificar a afirmativa, inteiramente diversa, de que os todos, no sentido (a), também podem ser objeto do mesmo tipo de estudo. Esta última afirmativa há de ser repelida. Pretendendo estudar uma coisa, somos levados a concentrar-nos em alguns de seus aspectos. Não nos é possível observar ou descrever uma porção integral do mundo ou uma integral porção da natureza; em verdade, nem o menor dos todos pode ser descrito como todo, pois qualquer descrição é necessariamente seletiva³⁴. Até mesmo procede dizer que os todos, no sentido (a), jamais se podem tornar o objeto de uma atividade qualquer, seja ou não de caráter científico. Se tomarmos um organismo e o mudarmos de lugar, estaremos a tratá-lo como corpo físico e a esquecer muitos outros aspectos que apresenta. Se o matarmos, teremos destruído algumas – jamais todas – as propriedades que apresenta. Com efeito, ainda que o esmaguemos ou queimemos, não haverá destruição do conjunto de suas propriedades e do conjunto das relações entre suas partes.

Sem embargo, o fato de os todos – no sentido de totalidades não poderem constituir-se em objeto de estudo científico ou de qualquer outra atividade, como sejam o controle ou a reconstrução, parece ter escapado aos holistas, mesmo àqueles que admitem ser a ciência, via de regra, seletiva³⁵. Não duvidam da possibilidade de a ciência apreender os todos sociais (no sentido de totalidade), porque se apoiam no precedente representado pelo gestaltismo. Acreditam que a diferença entre a abordagem da Gestalt e um tratamento dos todos sociais, no sentido (a), abrangendo a “estrutura de todos os eventos históricos e sociais de uma época” é “demasiado intrincada para ser compreendida a um primeiro lance de olhos”; e, dessa forma, “só pode ser gradualmente abrangida após longa reflexão que anote, compare e combinem todos os elementos”. Em suma, os holistas não se dão conta de que a percepção Gestalt simplesmente nada

tem a ver com os todos no sentido (a), de que qualquer conhecimento, seja intuitivo ou discursivo, há de ser conhecimento de aspectos abstratos e que jamais poderemos apreender “a concreta estrutura da realidade social em si mesma”. Desdenhando este ponto, insistem em que a atenção dedicada às “minúcias” há de ser complementada por um método “sintético”, ou “de integração”, que tenha por objetivo reconstruir o “processo integral”; e asseveram que a “Sociologia continuará a ignorar a questão essencial, enquanto os especialistas se recusarem a ver como um todo os problemas que enfrentam”. Esse método holista está destinado a permanecer, obrigatoriamente, como programa. Jamais foi apontado um só exemplo de descrição científica de uma situação social concreta, integral. E não poderá ser apontado, pois, nesses casos, sempre será fácil indicar aspectos que tenham sido olvidados e aspectos que talvez sejam da maior importância em um ou outro contexto.

Os holistas, entretanto, não apenas planejam estudar a sociedade em seu todo, através de um método impossível, mas planejam, ainda, controlar e reconstruir nossa sociedade “como um todo”. Profetizam que “o poder do Estado tende a crescer até que o Estado quase chegue a confundir-se com a sociedade”. O que se expressa nesse trecho é claro: é a intuição totalitária. Além de veicular essa intuição, que mais significa a profecia? O termo “sociedade” abrange, como é evidente, todas as relações sociais, inclusive as pessoais – as da mãe e seu filho, assim como, as do funcionário de promoção social com uma e outro. Por múltiplas razões, é impossível controlar todas ou “quase” todas essas relações; se não por outro motivo, pelo fato de que cada novo controle de relações sociais faz surgir um novo conjunto de relações sociais a serem controladas. Em suma, a impossibilidade é uma impossibilidade lógica. (A tentativa conduz a uma regressão infinita; e o mesmo ocorre na tentativa de estudar o todo da sociedade – que teria de incluir o estudo precedente.) Não há como duvidar, porém, de que os utopistas planejam, precisamente, atingir o impossível, pois nos dizem, entre outras coisas, que sempre será factível “moldar a relação pessoal de maneira mais realista⁴²”. (Ninguém contesta, naturalmente, que os todos, no sentido (b), possam ser moldados ou controlados e até mesmo criados, em oposição ao que se dá com respeito aos todos no sentido (a); podemos, por exemplo, criar melodias, mas isso nada tem a ver com os sonhos utopistas de controle total)

Baste isso quanto ao utopismo. No que concerne ao historicismo, a posição é igualmente sem esperanças. Os holistas historicistas asseveram, com frequência e por implicação, que o método histórico é adequado para o tratamento dos todos no sentido de totalidades. Essa asserção apoia-se, contudo, em um mal-entendido. Resulta de combinar a correta crença, segundo a qual a História – contrariamente ao que acontece com as ciências teóricas – se interessa por eventos individuais e por individuais personalidades, antes que por leis gerais abstratas, com a errada crença de que os indivíduos “concretos”, pelos quais a História se interessa, podem ser identificados aos todos “concretos”, no sentido (a). Isso não é possível, pois a História, à semelhança de qualquer outra espécie de investigação, só pode manipular selecionados aspectos do objeto pelo qual se interessa. É errado acreditar que possa haver uma história no sentido holista, uma história dos “estágios da: sociedade”, que representem “o todo do organismo social” ou “todos os eventos sociais e históricos de uma época”. Essa ideia decorre de uma intuitiva concepção da história da humanidade como vasta e global corrente de desenvolvimento. Entretanto, história dessa espécie não pode ser feita. Cada história escrita é história de certo e limitado aspecto desse desenvolvimento “global” e é sempre história muito incompleta, até mesmo com relação ao particular e incompleto aspecto selecionado.

As tendências holísticas do utopismo e do historicismo unem-se no seguinte e característico enunciado:

“Nunca tivemos de estabelecer e dirigir o inteiro sistema da natureza tão completamente como nos sentimos hoje forçados a fazer com nossa sociedade e, portanto, jamais nos sentimos compelidos a penetrar na história e na estrutura dos mundos individuais da natureza. A humanidade vem tendendo (...) a regular o todo de sua vida social, embora jamais haja tentado proceder à criação de uma segunda natureza (...)”.

Esse trecho ilustra a errônea crença de que, se desejarmos, como holistas, tratar “globalmente o inteiro sistema da natureza”, será de conveniência adotar um método histórico. Ora, as Ciências Naturais, como a Geologia, que adotaram esse método, estão longe de aprender o “inteiro sistema” de seu objeto. Aquele trecho ilustra, ainda, a incorreta concepção de que é possível “criar” ou “dirigir” ou “regular” ou “estabelecer” todos,

no sentido (a). Que “nunca tivemos de estabelecer e dirigir o inteiro sistema da natureza” é certamente uma afirmação verdadeira, simplesmente porque não podemos nem mesmo estabelecer e dirigir um único aspecto do aparato físico em sua totalidade. Coisas desse gênero não podem ser feitas. São sonhos utópicos ou, talvez, mal-entendidos. Dizer-nos que hoje somos forçados a fazer algo que é logicamente impossível – a saber, organizar e dirigir o sistema inteiro da sociedade e regular o todo da vida social – corresponde apenas a uma típica tentativa de ameaçar-nos com “forças históricas” e “desenvolvimentos iminentes” que tornam inevitável o planejamento utópico.

De passagem, notemos que o enunciado referido é interessante como reconhecimento do significativo fato de que não existe analogia física da Engenharia holística ou da respectiva “ciência”.

A busca de analogia entre a ciência natural e a ciência social é, portanto, indubitavelmente conveniente para esclarecimento da questão aqui discutida. Esse o status lógico do holismo, a rocha sobre a qual somos convidados a erigir um mundo novo.

Cabe acrescentar uma observação crítica a propósito dos todos no sentido (b), aos quais reconheci condição científica. Sem alterar coisa alguma do que disse, desejo assinalar que raramente se reconhece a trivialidade e a fluidez do enunciado segundo o qual o todo é mais do que a soma de suas partes. Até mesmo três maçãs em uma bandeja são mais do que “mera soma”, pois que existem certas relações entre elas (a maior pode estar ou não estar no meio das outras duas, e assim por diante): relações que não decorrem do fato de haver três maçãs e que admitem exame científico. A muito divulgada oposição entre a abordagem “atomística” e a abordagem gestáltica é também destituída de base, pelo menos no que respeita à Física atômica, pois esta não se limita a “somar” as partículas elementares, mas estuda sistemas de partículas de um ponto de vista indubitavelmente correlacionado aos todos, no sentido (b).

Aparentemente, o que a maioria dos teorizadores da Gestalt pretende asseverar é a existência de duas espécies de coisas: “amontoados”, nos quais se encontra uma ordem ou simetria ou uma regularidade ou um sistema. Assim, uma sentença tal como “Organismos são todos” reduz-se à trivialidade segundo a qual, em um organismo, podemos discernir alguma ordem. Além disso, um “amontoadado”, via de regra, também apresenta um

aspecto gestáltico, tanto quanto o repetidamente citado exemplo de um campo elétrico. (Considere-se a forma regular de acordo com a qual a pressão cresce no interior de um amontoado de pedras). Dessa maneira, a distinção não é apenas trivial, mas extremamente fluida; e não se aplica a diferentes espécies de coisas, mas tão-somente a diversificados aspectos das mesmas coisas.

24. Teoria Holística de Experimentos Sociais

O pensamento holístico é particularmente pernicioso no que se refere à influência que exerce sobre a teoria historicista dos experimentos sociais (exposta acima, na seção 2). Embora o tecnologista da ação gradual possa estar de acordo com a visão historicista, asseveradora de que os experimentos em larga escala ou os experimentos sociais holísticos, caso possíveis, são extremamente inadequados para fins científicos, esse tecnologista negará, enfaticamente, o pressuposto, comum ao historicismo e ao utopismo, de que os experimentos sociais, para se mostrarem realistas, hão de revestir o caráter de tentativas utopistas de remodelar o todo da sociedade.

Convém dar início à nossa crítica examinando uma óbvia objeção ao programa utopista, a saber, a de que não dispomos do conhecimento experimental necessário para essa tarefa. Os projetos do engenheiro físico baseiam-se em uma tecnologia experimental; os princípios sobre os quais suas atividades se apoiam são corroborados por experimentos práticos. Entretanto, os projetos holísticos do engenheiro social não encontram base em uma experiência prática semelhante. Assim, a alegada analogia entre Engenharia física e Engenharia social holística não se mantém; o planejamento holístico é corretamente qualificado de “utopista”, pois a base científica de seus projetos simplesmente não existe.

Diante dessa crítica, o engenheiro utopista admitirá, talvez, a necessidade de experiência prática e de uma tecnologia experimental. Mas afirmará que jamais adquiriremos conhecimento a respeito desses assuntos se nos negarmos a fazer experimentos sociais ou, o que a seu ver equivale ao mesmo, se nos afastarmos de uma Engenharia holística. Teremos de começar, sustentará ele, usando o conhecimento que possuímos, seja ele grande ou reduzido. Se hoje sabemos alguma coisa a respeito do projeto de

aeronaves, é tão-somente porque um pioneiro, que não tinha esse conhecimento, ousou projetar uma aeronave e experimentá-la. Dessa forma, o utopista pode chegar a sustentar que o método holístico por ele advogado nada mais é que o método experimental, aplicado à sociedade. Sustentará ele, em comum com o historicista, que os experimentos em escala reduzida, tais como um experimento de socialismo, levado a efeito em uma fábrica, em uma vila ou em um distrito, não serão concludentes; esses isolados “experimentos tipo Robinson Crusoe” nada nos podem dizer acerca da moderna vida social, na “Grande Sociedade”. Chegam a merecer a denominação pejorativa de “utópicos” – no sentido (marxista) em que esse termo implica o desprezo de tendências históricas. (A implicação, no caso, seria a de que a tendência, no sentido de uma crescente interdependência da vida social, não está sendo devidamente considerada.)

Vemos, pois, que utopismo e historicismo concordam quanto à concepção de que um experimento social (se possível) só terá validade quando realizado em escala holística. Esse preconceito, amplamente cultivado, envolve a crença de que raramente temos como levar a efeito “experimentos planejados” no campo social e de que, para avaliar os resultados de “experimentos casuais”, até agora realizados naquele campo, temos de voltar-nos para a História.

Tenho duas objeções a levantar contra essa concepção: (a) não leva em consideração os experimentos graduais, que são básicos para o conhecimento social, pré-científico e científico; (b) esquece que os experimentos holísticos não trazem contribuição muito significativa para o nosso conhecimento experimental – e que só podem ser chamados “experimentos” se dermos ao termo o sentido de ação cujo resultado é incerto, não o sentido que o termo adquire quando usado para denotar um meio de aquisição de conhecimento, através da comparação de resultados esperados com resultados obtidos.

No que respeita a (a), cabe assinalar que a visão holística dos experimentos sociais deixa inexplicado o fato de que dispomos de boa dose de conhecimento experimental acerca da vida social. Há uma considerável diferença entre um homem de negócios (ou um político, ou um general, ou um administrador) experimentado e um inexperiente. A diferença está na experiência social – experiência que não se ganha apenas através da observação, mas também por meio de reflexo em torno do que foi

observado e graças aos esforços despendidos para alcançar algum objetivo prático. Pode-se admitir que o conhecimento assim adquirido é, de hábito, um conhecimento pré-científico e, pois, mais parecido com o conhecimento resultante de observação causal do que com o conhecimento resultante de experimentos científicos meticulosamente planejados. Mas aí não há motivo para negar que o conhecimento em questão se assenta em experimentos, e não apenas em simples observações. Uma pessoa que instala uma nova loja está conduzindo um experimento social; até mesmo aqueles que se põem num fila, à porta dos teatros, adquirem conhecimento tecnológico experimental – um conhecimento que poderá ser usado mais tarde, fazendo a reserva antecipada das entradas, o que é, de novo; um experimento social. E não se deve olvidar que os experimentos práticos ensinaram a compradores e vendedores a lição nisto resumida: os preços tendem a baixar quando cresce a quantidade disponível do produto, e tendem a subir quando cresce a demanda.

Exemplos de experimentos graduais, em uma escala algo maior, seriam a decisão de um monopolista alterar o preço de seu produto; a introdução de um novo tipo de seguro-saúde ou seguro-emprego, por uma empresa de seguros pública ou privada; ou a introdução de um novo imposto sobre vendas ou de uma diretriz para combater abusos econômicos. Todos esses experimentos são realizados com vistas a alcançar objetivos antes práticos do que científicos. Mais ainda, experimentos têm sido levados a efeito por algumas grandes empresas com deliberado propósito de alcançar maior conhecimento do mercado (naturalmente, para, no futuro, aumentar os lucros) e não com o objetivo de imediato aumento de lucros. A situação é muito similar à que se apresenta na Engenharia e à da utilização de métodos pré-científicos, por força dos quais cresce nosso conhecimento tecnológico em questões como a da construção de navios ou da arte de navegação. Parece não haver motivo para deixar de aperfeiçoar esses métodos e, ulteriormente, substituí-los por uma tecnologia de caráter científico mais acentuado, ou seja, substituí-los por uma abordagem mais sistemática, que observe a mesma tendência e que se baseie tanto no pensamento crítico quanto em experimentos.

Segundo essa concepção de avanço gradual, não há divisão clara entre abordagens experimentais pré-científicas e científicas, embora a aplicação mais e mais consciente de métodos científicos, isto é, de métodos críticos, se revista de grande importância. Cabe dizer que ambas as abordagens

recorrem, fundamentalmente, ao método da tentativa e erro. Tentamos – isto é, não nos limitamos a registrar uma observação, mas esforçamo-nos por solver alguns problemas mais ou menos práticos e definidos. E só avançamos se estivermos preparados para aprender com nossos erros: reconhecê-los e utilizá-los criticamente, em vez de neles dogmaticamente perseverar. Conquanto essa análise possa parecer trivial, descreve, segundo creio, o método de todas as ciências empíricas. Esse método assume caráter mais e mais científico, quanto mais livre e conscientemente estivermos preparados para fazer tentativas e quanto mais criticamente observarmos os erros em que sempre incidimos. Essa fórmula abrange não apenas o método de experimento, mas também a relação entre a teoria e o experimento. Todas as teorias são tentativas; são hipóteses provisórias postas à prova para verificar se produzem resultados; e cada corroboração experimental é simplesmente o resultado de testes levados a efeito com espírito crítico, em tentativa de verificar onde falham nossas teorias.

Para o tecnologista ou o engenheiro da ação gradual, essas concepções significam que, se ele desejar introduzir métodos científicos no estudo da sociedade e da política, o que antes de tudo se impõe é a adoção de uma atitude crítica e a compreensão de que não apenas a tentativa, mas os erros são necessários. Deve ele aprender não apenas a esperar erros, mas a conscientemente tentar identificá-los. Todos nós temos uma propensão não-científica para julgar-nos sempre certos, e essa propensão parece particularmente comum entre os políticos profissionais e amadores. Sem embargo, a única maneira de aplicar algo que se assemelhe a método científico em política é admitir o pressuposto de que não pode haver ação política destituída de inconveniências, que não envolva consequências indesejáveis. Buscar essas falhas encontra-las, expô-las, analisá-las e aprender com elas, isto é o que deve fazer o político científico, assim como o cientista político. Método científico em política significa que a grande arte de nos convencermos de que não cometemos erros, de ignorar esses erros, de escondê-los e de culpar outros por eles há de ser substituída pela arte ainda mais elevada de aceitar a responsabilidade por aqueles erros, tentando aprender com eles e aplicando esse conhecimento para evitá-los no futuro.

Voltemo-nos, agora, para o ponto (b), para a crítica da concepção segundo a qual podemos aprender a partir de experimentos holísticos, ou, mais precisamente, a partir de medidas adotadas em uma escala que se

aproxima do sonho holístico (pois os experimentos holísticos, no sentido radical de que remodelam “o todo da sociedade”, são logicamente impossíveis, como demonstrei na seção precedente). O ponto principal que desejo acentuar é muito simples. Há grande dificuldade para sermos críticos de nossos próprios erros, mas deve ser quase impossível persistirmos em uma atitude política com relação a ações nossas que têm reflexos sobre as vidas de muitas pessoas. Dito em outras palavras, é extremamente penoso aprender a partir de erros graves.

Duas razões justificam essa afirmativa e são, a um tempo, técnicas e morais. Uma vez que muitas coisas são feitas simultaneamente, é impossível saber qual particular medida seja responsável por quaisquer dos resultados, ou melhor, se atribuirmos certo resultado a certa iniciativa, só podemos fazê-lo com base em conhecimento teórico previamente adquirido, e não com base no experimento holístico em causa. Esse experimento não nos ajuda a atribuir particulares resultados a particulares iniciativas; tudo quanto podemos fazer é atribuir o “resultado global” ao experimento; e o que isso signifique é certamente difícil de avaliar. É pouco de esperar que se mostrem bem sucedidos os esforços tendentes a permitir um enunciado crítico esclarecedor e independente a propósito desses resultados. E as possibilidades de que tais esforços se façam são desprezíveis; ao contrário, cabe esperar que a livre discussão acerca do plano holístico e de suas consequências não seja tolerada. A razão está em que cada tentativa de planejar, em larga escala, corresponde a uma ação causadora de considerável inconveniência para muitas pessoas, por um considerável período de tempo – para dizê-lo brandamente. Nesses termos, sempre haverá uma tendência de oposição ao plano e de restrições a ele. A muitas de tais queixas o engenheiro utopista há de mostrar-se surdo, se quiser conseguir alguma coisa; em verdade, parte de sua tarefa consiste em afastar objeções desarrazoadas. Com isso, ele invariavelmente afastará, também, as críticas razoáveis. E o mero fato de que as expressões de insatisfação terão de ser afastadas reduz à insignificância a mais entusiástica expressão de satisfação. Dessa maneira, torna-se difícil apreciar os fatos, isto é, as repercussões do plano sobre o cidadão; e, sem tais fatos, a crítica científica torna-se impossível.

A dificuldade de combinar o planejamento holístico e os métodos científicos é ainda mais profunda do que até agora indicado. O planejador holístico esquece o fato de ser fácil centralizar o poder, mas impossível

centralizar todo aquele conhecimento que está distribuído por muitos intelectos individuais e cuja centralização seria necessária para a sábia manipulação do poder centralizado. Esse fato apresenta consequências de largo alcance. Incapaz de avaliar o que se encontra nos intelectos de tantos indivíduos, o planejador holístico tentará simplificar os problemas, eliminando diferenças individuais: tentará controlar e padronizar interesses e crenças por meio da educação e da propaganda. Essa tentativa de exercer poder sobre as inteligências destrói a última possibilidade de verificar o que as pessoas realmente pensam, pois é nitidamente incompatível com a livre expressão do pensamento, especialmente do pensamento crítico. Em última instância, destrói o conhecimento; e quanto mais se ganhe em poder, mais se perderá em conhecimento. (Descobre-se, dessa maneira, que o poder político e o conhecimento social revelam-se “complementares”, no sentido que Bohr empresta ao termo. Talvez que se encontre aí a única ilustração clara desse termo fugidio, mas em moda)

Todas essas observações restringem-se ao problema do método científico. Tacitamente admitem o monumental pressuposto de que não devemos questionar a fundamental benevolência do engenheiro planejador utopista, que se investe de uma autoridade pelo menos próxima de poderes ditatoriais. Tawney conclui uma apreciação a respeito de Lutero e seu tempo com as seguintes palavras:

“Cética, no que diz respeito à existência de unicórnios e salamandras (as mitológicas salamandras capazes de viver no fogo), a época de Maquiavel e de Henrique VIII encontrou alimento para a sua credulidade na adoração do monstro raro que foi o Príncipe temente a Deus”.

Substituam-se, nesse texto, as palavras “unicórnios” e “salamandras” por “Príncipe temente a Deus”; substituam-se os dois nomes citados por alguns de seus equivalentes mais óbvios, da época moderna, e a frase “Príncipe temente a Deus” por “benevolente autoridade planejadora” e teremos uma descrição da credulidade de nosso próprio tempo. Aqui não nos levantaremos contra essa credulidade; cabe, entretanto; observar que, admitida à ilimitada e invariável benevolência dos planejadores cheios de poder, nossa análise mostra, ser impossível para eles verificarem se os resultados de suas iniciativas correspondem a suas boas intenções.

Não acredito que ao método da ação gradual caiba fazer crítica semelhante. Esse método pode ser utilizado antes para identificar os maiores e mais prementes males da sociedade e contra eles lutar, do que para identificar e lutar em prol de algum bem último (como os holistas se inclinam a propor). Contudo, sistemática luta contra erros bem definidos, contra concretas formas de injustiça ou exploração, contra o evitável sofrimento que decorre, por exemplo, da pobreza ou do desemprego, essa luta é coisa muito diversa da tentativa de transformar em realidade um remoto e ideal plano de sociedade. O êxito ou a falha torna-se de percepção mais fácil, e não há razão para que esse método deixe de conduzir-nos ao acúmulo do poder e à supressão da crítica. A par disso, a luta contra males concretos e concretos perigos mais facilmente conseguirão o apoio de uma grande maioria do que a luta em prol do estabelecimento de uma utopia, não importa quão ideal ela se afigure aos planejadores. Talvez que isso explique o fato de, em países democráticos, que se defendem contra a agressão, ser possível conseguir apoio suficiente para medidas necessárias e de alto alcance (talvez com o caráter de planejamento holístico) sem supressão da crítica pública, ao passo que, em países empenhados em preparar-se para uma guerra agressiva ou nela envolvidos a crítica pública, via de regra, é suprimida, para que se possa conseguir o apoio geral, apresentando a agressão como uma defesa.

Podemos retomar, agora, ao exame da afirmação do utopista segundo a qual o método por ele adotado é o verdadeiro método experimental, aplicado ao campo da Sociologia. Essa afirmação é, penso eu, anulada por nossa crítica. E o ponto pode ser ilustrado, ainda, por uma analogia entre a Engenharia física e a Engenharia holística. Cabe admitir que as máquinas, como coisas materiais, podem ser planejadas por meio de plantas e diagramas, como também pode ser assim planejada toda uma fábrica destinada a produzir tais máquinas. Entretanto, isto só é possível porque, de antemão, foram levados a efeito experimentos de ação gradual. Cada máquina é o resultado de muitíssimos pequenos aperfeiçoamentos. Cada modelo há de ser “desenvolvido” através do recurso ao método de tentativa e erro, através de incontáveis pequenos ajustamentos. O mesmo se diga quanto ao planejamento de uma fábrica. O plano, aparentemente holístico, só leva a resultados porque, de antemão, já cometemos todas as espécies de pequenos erros; de outra forma, haveria motivo para esperar que tal espécie de planejamento levasse a erros sérios.

Assim, a analogia entre Engenharia física e Engenharia social, se examinada mais detidamente, volta-se contra o holista e fala em favor do engenheiro social, adepto da ação gradual. A expressão “Engenharia social”, que alude a essa analogia, foi usurpada pelo utopista sem o menor direito.

Concluo, dessa forma, minhas observações críticas a propósito do utopismo. Passarei, agora, a atacar seu aliado, o historicismo. Entendo já haver dado suficiente resposta à posição historicista no que ela se refere a experimentos sociais; só não examinei o argumento de que os experimentos sociais são inúteis, porque impossível reproduzi-los em condições precisamente semelhantes. Passarei a considerar esse argumento.

25. A Variabilidade das Condições Experimentais

O historicista sustenta que método experimental é inaplicável às Ciências Sociais porque não podemos reproduzir, no campo da sociedade, condições experimentais de acordo com o que desejamos. Isso nos aproxima do cerne da posição historicista. Admito que a asseveração encerre algo de válido: sem dúvida, aponta para diferenças que existem entre os métodos físico e sociológico. Sem embargo, afirmo que a posição historicista assenta-se em grosseiro mal-entendido do que sejam os métodos experimentais da Física.

Consideremos, inicialmente, esses métodos. Cada um dos físicos experimentais sabe que podem ocorrer coisas muito diversas sob condições que são, nas aparências, precisamente similares. Dois fios, à primeira vista, apresentam-se como exatamente iguais, mas substituir um pelo outro, num equipamento elétrico, pode conduzir a uma diferença muito apreciável. Uma inspeção mais pormenorizada (através de microscópio, digamos) mostrará, talvez, que os fios não se assemelhavam tanto quanto parecia. Frequentes vezes, entretanto, é, em verdade, muito difícil apontar diferença nas condições de dois experimentos que produzem resultados diversos. Longa pesquisa, tanto experimental como teórica, far-se-á talvez necessária para podermos determinar qual a espécie de similaridade é relevante e qual o grau de similaridade que deve estar em causa. Talvez que essa pesquisa deva ser realizada antes de termos como assegurar condições similares aos experimentos em que estamos empenhados, e mesmo antes

de sabermos o que, no caso, signifique falar em “condições similares”. Contudo, o método experimental é aplicado correntemente.

Assim, cabe dizer: saber o que devemos considerar “condições similares” depende da espécie de experimento em pauta, e tão-somente pode ser explicitado pelo uso de experimentos. É impossível decidir, a priori, com respeito a uma similaridade ou diferença observada, por sensível que se mostre, se ela será ou não será relevante para o propósito de reproduzir o experimento. Devemos permitir, portanto, que o método experimental opere por si mesmo. Considerações exatamente análogas cabem a propósito do debatidíssimo problema de isolar artificialmente os experimentos de influências perturbadoras. Claro está ser impossível isolar um aparelho de todas as influências; por exemplo, não podemos saber, a priori, se a influência da posição dos planetas ou da lua, sobre um experimento físico, é considerável ou desprezível. Que tipo de isolamento artificial se faz necessário, se algum isolamento se fizer necessário, é algo que só se patenteará com o resultado dos experimentos, ou que será determinado a partir de teorias que, por sua vez, são submetidas a teste através de experimentos.

À luz do exposto, perde força o argumento historicista segundo o qual os experimentos sociais são fatalmente afetados pela variabilidade das condições da sociedade e, especialmente, pelas transformações decorrentes do desenvolvimento histórico. As diferenças mais claras com as quais o historicista tanto se preocupa, ou seja, as diferenças entre as condições prevalentes em períodos históricos diversos, não criam qualquer dificuldade especial para as Ciências Sociais. É de admitir que, se formos subitamente transportados para outro período histórico, verificaremos, provavelmente, que se frustram muitas de nossas expectativas sociais, expectativas que se baseavam em experimentos graduais feitos na sociedade em que vivemos. Em outras palavras, os experimentos podem conduzir a resultados inesperados. Contudo, serão os experimentos que nos levarão a descobrir a transformação ocorrida nas condições sociais; os experimentos é que nos ensinarão que as condições sociais variam com os períodos históricos, assim como os experimentos ensinaram o físico que a temperatura de ebulição da água pode variar com a posição geográfica. Dito de outro modo, a doutrina da existência de diferenças entre períodos históricos, longe de tornar impossíveis os experimentos sociais, não passa de uma expressão do pressuposto de que, se nos transportarmos para outro

período, poderemos continuar a realizar experimentos graduais, mas com resultados surpreendentes ou desanimadores. Em verdade, se alguma coisa sabemos acerca de diferentes atitudes, em diferentes períodos históricos, isso se deve a experimentos que se realizam em nossa imaginação. Os historiadores encontram dificuldade na interpretação de certos registros, ou descobrem fatos evidenciadores de que historiadores precedentes interpretaram mal um documento, e essas dificuldades e interpretações históricas são a única prova da espécie de transformação histórica a que o historicista pretende aludir. Contudo, não há mais que discrepâncias entre os resultados esperados e os efetivos resultados de nossos experimentos mentais. São desapontamentos e surpresas desse gênero que, através do método de ensaio e erro, levaram a aperfeiçoamentos de nossa capacidade de entender condições sociais que nos são estranhas. O que, no caso de interpretação histórica, alcançamos por meio de experimentos mentais foi alcançado pelos antropologistas em trabalho prático de campo. Esses modernos investigadores, que obtiveram êxito no ajustar suas expectativas a condições talvez não menos remotas do que as da idade da pedra, devem o êxito conseguido a experimentos graduais.

Alguns historicistas colocam em dúvida a possibilidade do bom êxito desses ajustamentos; e chegam a defender a doutrina da futilidade dos experimentos sociais, argumentando que, se transportados a períodos históricos remotos, muitíssimos de nossos experimentos sociais fracassariam. Asseveram que seríamos incapazes de ajustar nossos hábitos e pensamentos e, especialmente, nossos hábitos de analisar eventos sociais, àquelas perturbadoras condições. A mim parece que esses temores constituem parte da histeria historicista – obsessão com a importância da transformação social. Devo admitir, porém, que seria difícil afastar aqueles receios com argumentos a priori. Afinal de contas, a capacidade de ajustar-se a um novo ambiente varia de pessoa para pessoa, e não haveria razão para supor que um historicista (defensor dessas concepções pessimistas) tivesse como acomodar, com êxito, seu espírito a transformações do ambiente social. A par disso, a questão depende do caráter do ambiente novo. A possibilidade de que um investigador social seja devorado antes de conseguir adaptar-se, através do recurso à tentativa e ao erro, a hábitos canibais é uma possibilidade que não pode ser excluída; como também não cabe excluir a possibilidade de que, em uma sociedade “planejada”, suas investigações o levem a um campo de concentração. Observações análogas

cabem no campo da Física. Muitos são os pontos do mundo onde prevalecem condições físicas que só oferecem ao físico pouca oportunidade de sobrevivência ou de ajustamentos a essas condições, através da tentativa e da eliminação dos erros.

Em resumo, não parece existir base para a plausível asserção historicista, segundo a qual a variabilidade das condições históricas torna o método experimental inaplicável aos problemas da sociedade; não parece existir base para a afirmação de que, em tal ponto, o estudo da sociedade é algo fundamentalmente diverso do estudo da natureza. Coisa muito diferente é admitirmos que, na prática, o cientista social tem, frequentemente, grande dificuldade para escolher e para fazer variar, à sua vontade, as condições experimentais. O físico se encontra em uma posição melhor, embora também ele, por vezes, enfrente dificuldades semelhantes. São, por exemplo, muito restritas as possibilidades de realizar experimentos em campos gravitacionais variáveis ou em condições extremas de temperatura. Não esqueçamos, porém, que muitas possibilidades hoje ao alcance do físico inexistiam há algum tempo, não em virtude de dificuldades de ordem física, mas de dificuldades de ordem social, isto é, porque não havia disposição de correr o risco de destinar verbas para a pesquisa. É fato, apesar de tudo, que muitas investigações físicas podem ser hoje realizadas em condições quase ideais, ao passo que o cientista social se encontra em posição diversa. Muitos dos experimentos que ele desejaria concretizar permanecerão, por longo tempo, como sonhos, conquanto não sejam de caráter utópico, mas tenham o caráter de ação gradual. Na prática, o cientista social deve fiar-se, muito amiúde, em experimentos mentalmente levados a efeito; e numa análise de medidas políticas feitas sob condições e modo que, de um ponto de vista científico, muito deixam a desejar.

26. Estão as Generalizações Confinadas a Períodos?

O fato de haver examinado o problema dos experimentos sociais antes de examinar, com alguma extensão, a questão das leis ou teorias ou hipóteses ou “generalizações” sociológicas não significa entender eu que observações e experimentos, de uma ou de outra maneira, antecedem logicamente as teorias. Ao contrário, entendo que as teorias precedem as observações e os experimentos, no sentido de que estes últimos só

adquirem significação com respeito a problemas teóricos. A par disso, é preciso que exista uma indagação antes de podermos esperar que a observação ou o experimento nos ajude, sob uma forma qualquer, a dar uma resposta. Dito em termos do método do ensaio e erro, o ensaio há de vir antes do erro; e, como vimos (na seção 24), a teoria ou a hipótese, que sempre é provisória, faz parte da tentativa, ao passo que a observação e o experimento nos auxiliam a afastar teorias, mostrando em que pontos apresentam falhas. Não creio, portanto, no “método da generalização”, isto é, na concepção segundo a qual a ciência parte de observações, das quais deriva suas teorias, por meio de recurso ao processo da generalização, ou da indução. Entendo, ao contrário, que o papel da observação e do experimento é o papel mais modesto de auxiliar-nos a submeter a teste às teorias e a afastar aquelas que não resistem aos testes. Importa, contudo, admitir que esse processo de rejeição não apenas faz uma verificação das especulações teóricas, mas também estimula novas tentativas – e, com frequência, a errar de novo e a ver surgir nova refutação, por força de observações novas e de novos experimentos.

Na presente seção, criticarei a afirmação historicista (ver seção 1) nos termos da qual, em Ciências Sociais, a validade de todas as generalizações ou, pelo menos, das mais importantes generalizações, se confina ao concreto período histórico em que foram feitas as observações relevantes. Criticarei essa afirmativa, sem examinar previamente a questão de saber se é defensável o chamado “método da generalização”, e a despeito de minha convicção de que não o é. Penso, com efeito, que a citada afirmativa historicista pode ser refutada sem a necessidade de mostrar que o método é ilegítimo. Assim, cabe deixar para mais adiante o exame da maneira como vejo esse método e como vejo as relações entre teorias e experimentos. Retomarei o assunto na seção 28.

Começo a crítica à já referida afirmação historicista admitindo que as maiorias das pessoas, vivas em certo período histórico, se inclinam por acolher a errônea crença de que as regularidades por elas observadas são leis universais da vida social, válida para todas as sociedades. Com efeito, só chegamos a notar que participamos de tal crença quando, em um país estrangeiro, verificamos não serem nossos hábitos relativos à alimentação ou à forma de saudar tão aceitáveis quanto havíamos ingenuamente presumido. Inferência óbvia é a de que muitas outras generalizações, conscientes ou não, sejam da mesma espécie, embora permaneçam

incontestadas porque não podemos nos transportar para outros períodos históricos. (Essa inferência foi retirada, exemplificativamente, por Hesíodo⁵⁴) Em outras palavras, procede admitir que haja inúmeras regularidades, em nossa vida social, apenas características de nosso particular período histórico – e que tendemos a esquecer essa limitação. Assim, especialmente em épocas de rápida mudança social, aprendemos, para tristeza nossa, que nos apoiamos em leis de validade já desaparecida.

Se as asseverações do historicista não se estendessem para além desse ponto, só poderíamos acusá-lo de insistir em uma questão trivial. Infelizmente, porém, ele vai adiante. Insiste em que a situação cria dificuldades que não ocorrem nas Ciências Naturais e, mais especificamente, que, em contraste com o próprio das Ciências Naturais, nas Ciências Sociais jamais deveremos presumir haver descoberto uma lei verdadeiramente universal, pois jamais poderemos saber se ela foi válida no passado (nossos registros serão, provavelmente, insuficientes) ou se será sempre válida no futuro.

Opondo-me a essas afirmações, não admitirei que a situação descrita seja, sob qualquer aspecto, peculiar às Ciências Sociais ou que dê lugar a dificuldades particulares. Ao contrário, é óbvio que uma transformação do ambiente físico poderá gerar experiências análogas àquelas que são geradas por uma transformação de nosso ambiente social ou histórico. Haverá uma regularidade mais óbvia e notada do que a sucessão de dias e noites? Não obstante, ela se rompe ao cruzarmos o círculo polar. Será talvez algo difícil comparar experiências físicas e sociais, mas penso que a mencionada quebra de regularidade é tão significativa quanto qualquer outra possível de ocorrer no campo social. Tomando outro exemplo, é difícil dizer que o contexto histórico e social de Creta há três mil anos e nos dias iniciais do presente século, difiram mais do que os contextos físicos ou geográficos de Creta e da Groenlândia. Súbita e inesperada mudança de um para outro desses ambientes físicos produziria, imagino eu, resultados mais contundentes do que a mudança correspondente de um para outro daqueles ambientes sociais.

Parece claro, no meu entender, que o historicista superestima a significação das diferenças mais ou menos espetacular entre vários períodos históricos, subestimando as possibilidades da habilidade científica. É verdade que as leis descobertas por Kepler só valem nos

sistemas planetários, mas essa validade não se restringe ao sistema solar em que ele viveu e que ele pôde observar. Newton não teve necessidade de recolher-se em um canto do universo em que pudesse observar corpos em movimento, libertos da ação da força gravitacional e da ação de outras forças, para compreender a importância da lei da inércia. De outra parte, essa lei não perde sua significação no sistema solar, mesmo que nenhum corpo do sistema se mova de acordo com o que nela se estabelece. Analogamente, não parece haver razão que nos impeça de formular teorias sociológicas que sejam de relevância para todos os períodos sociais. As marcantes diferenças entre os períodos não são indício de que tais leis não possam ser encontradas – assim como as diferenças entre Creta e Groenlândia não são indícios de que inexistam leis físicas aplicáveis às duas regiões. Ao contrário, essas diferenças, pelo menos em alguns casos, têm caráter superficial (como o das diferenças nos hábitos, na maneira de saudar os conhecidos, nos rituais, e assim por diante), e o mesmo parece acontecer com as regularidades que são vistas como típicas de um dado período histórico ou de uma dada sociedade (e que alguns sociólogos denominam, hoje, *principia media*).

O historicista pode retrucar, afirmando que as diferenças de ordem social são mais profundas que as diferenças de ordem física, pois quando a sociedade se altera, o homem também se altera, e isso representa uma alteração de todas as regularidades, já que todas as regularidades sociais dependem da natureza do homem, encarado como átomo da sociedade. Minha resposta é esta: os átomos físicos também mudam com o ambiente (por exemplo, sob a ação de campos eletromagnéticos, e assim por diante), não em oposição às leis da Física, mas em consonância com elas. Acresce que as significações das alegadas alterações da natureza humanas são dúbias e de difícil avaliação.

Examinemos, agora, a ideia historicista de que não podemos, em Ciências Sociais, supor haver descoberto uma lei verdadeiramente universal – pois não estamos habilitados a saber se a validade da lei se estende para outros períodos, diversos daquele período em que essa validade foi estabelecida. Esse ponto pode ser aceito, mas apenas na medida em que também se aplica ao caso das Ciências Naturais. Nas Ciências Naturais, não podemos, é claro, ter certeza sobre se as leis são, de fato, universalmente válidas, ou se vigem apenas em um dado período (digamos: no período em que se dá a expansão do universo) ou em dada

região (digamos: em uma região em que os campos gravitacionais sejam comparativamente fracos). Apesar da impossibilidade de assegurar a validade universal das leis naturais, não às formulamos acrescentando condições restritivas que indiquem serem as leis legítimas apenas durante o período em que sua legitimidade foi observada ou, talvez, apenas durante “o presente período cosmológico”. Adicionar uma condição desse gênero não seria cautela cientificamente louvável, mas indício de incompreensão dos procedimentos científicos. Com efeito, um importante postulado de método científico nos convida a buscar leis de ilimitado âmbito de validade. Se admitirmos leis que são passíveis de alteração, a alteração nunca poderá ser explanada por intermédio de leis. Admitir que as leis se alteram é admitir que a alteração tem caráter miraculoso. Isso representaria o fim do progresso científico, pois não haveria razão para rever nossas teorias, mesmo diante de observações discrepantes: a hipótese ad hoc de que as leis teriam sofrido alteração estaria em condições de tudo “explicar”.

Os argumentos arrolados valem para as Ciências Sociais, tanto quanto valem para as Ciências Naturais.

Encerro, dessa maneira, minha crítica de certas doutrinas anti-naturalísticas fundamentais do historicismo. Antes de examinar algumas outras doutrinas anti-naturalísticas, menos básicas, voltar-me-ei para uma doutrina naturalística – a saber, a de que devemos procurar leis relativas ao desenvolvimento histórico.

IV. Crítica das Doutrinas Naturalísticas

27. Há uma Lei da Evolução? Leis e Tendências

As doutrinas do historicismo que denominei “naturalísticas” têm muito em comum com as doutrinas anti-naturalísticas. Exemplificativamente, elas estão sob a influência do pensamento holístico e nascem de inadequada interpretação atribuída ao papel dos métodos empregados pelas Ciências Naturais. Uma vez que as doutrinas representam esforço mal orientado de imitação desses métodos, elas podem ser descritas como doutrinas “cientísticas” (para adotar a terminologia de Hayek). São típicas do historicismo, exatamente como as doutrinas anti-naturalísticas – mas talvez se revistam de importância maior. Mais especificamente, a crença de que compete às Ciências Sociais exhibir, em toda sua nudez, a lei da evolução da sociedade, com o propósito de determinar-lhe o futuro (ideia já examinada nas seções 14 a 17, acima), poderia ser dada, possivelmente, como a doutrina historicista por excelência. Com efeito, essa concepção de uma sociedade que se move através de sucessivos períodos é a concepção que gera, de um lado, o contraste entre um mundo social em mutação e um mundo físico imutável; de outro lado, é a mesma concepção que gera a crença naturalística (e científica) em “leis naturais de sucessão” – crença que podia reclamar apoio das previsões a longo prazo, próprias da Astronomia, nos tempos de Comte e Mill, e reclamar apoio do darwinismo, em dias mais recentes. Na verdade, a voga do historicismo pode ser vista como simples reflexo da voga do evolucionismo – uma filosofia que deve sua influência, em grande parte, ao choque violento entre uma brilhante hipótese científica, relativa à história de várias espécies de animais e plantas que vivem na Terra, e uma antiga teoria metafísica que, por sinal, fazia parte de uma crença religiosa bem-estabelecida.

A chamada hipótese evolutiva é uma explicação de numerosas observações biológicas e paleontológicas (e.g., de certas similaridades entre vários gêneros e várias espécies), feita com base no pressuposto de uma ancestralidade comum de formas relacionadas. Essa hipótese não tem o status de lei universal, embora algumas leis universais da natureza, como as leis de hereditariedade, segregação e mutação, acompanhem a hipótese,

na explicação em que se traduz. A hipótese tem, melhor dizendo, o caráter de um enunciado histórico particular (singular, ou específico). (Tem, a rigor, o mesmo status do enunciado histórico “Charles Darwin e Francis Galton possuíam um mesmo ancestral” – ambos eram netos de uma dada pessoa.) O fato de a hipótese evolutiva não ser uma lei natural universal, mas um enunciado histórico particular (ou, mais precisamente, um enunciado histórico singular) acerca dos antepassados de vários animais e de várias plantas terrestres, vê-se frequentemente obscurecido pelo fato de o termo “hipótese” ser usualmente utilizado para caracterizar o status de leis universais da natureza. Não olvidemos, porém, que o termo também é empregado, com frequência, em sentido diverso. Exemplificando, seria perfeitamente correto descrever como hipótese um diagnóstico médico, embora essa hipótese tenha caráter histórico e singular, e não caráter de lei universal. Dito de outra maneira: o fato de que todas as leis da natureza são hipóteses não deve contribuir para que olvidemos que nem todas as hipóteses são leis – e que, em particular, as hipóteses históricas são, em geral, enunciados singulares (não universais) a respeito de um evento individualizado ou de um grupo de eventos individualizados.

Existe uma lei de evolução? Pode haver uma lei científica no sentido pretendido por T. H. Huxley quando ele escreveu: “(...) deve ser apenas meio filósofo aquele que (...) duvida de a ciência, mais cedo ou mais tarde, (...) vir a englobar a lei da evolução das formas orgânicas – a ordem invariável da grande cadeia de causas e efeitos (...) cujos elos são todas as formas orgânicas, passadas e presentes (...)”?

Creio que a resposta a essa pergunta deve ser “Não” e que a busca da lei da ordem invariável, na evolução, está impossibilitada de ver-se abrangida pelo escopo do método científico, seja em Biologia, seja em Sociologia. As razões que sustentam minha crença são muito simples. A evolução da vida na Terra (como a evolução da sociedade humana) é um processo histórico peculiar. Esse processo – podemos admiti-lo tem lugar em consonância com todos os tipos de leis causais, como, digamos, as leis da mecânica, da Química, da hereditariedade e da segregação, da seleção natural, e assim por diante. Sua descrição, entretanto, não é uma lei, mas apenas um enunciado histórico singular. As leis universais fazem afirmações a propósito de alguma ordem invariável, como sugere Huxley, ou seja, fazem afirmações a propósito de todos os processos de determinado tipo. Não há razão, é claro, que nos impeça, a partir de um caso particular único, de

formular uma lei universal; também não há razão para supor que não possamos, se tivermos sorte, atingir uma verdade. Contudo, é óbvio que qualquer lei – seja qual for o modo que conduziu à sua formulação – deve ser submetida a testes, perante novos casos, antes de ver-se admitida no reino da ciência. Mas não podemos esperar submeter a testes uma hipótese universal, como não podemos encontrar uma lei natural aceitável, se nos confinamos à observação de um processo peculiar e único. A observação de um processo peculiar e único também não pode ajudar-nos a prever seu futuro desenvolvimento. A mais meticulosa observação de uma lagarta em desenvolvimento não nos ajuda a prever sua transformação em borboleta. Nosso argumento, aplicado à história da sociedade humana (e esse é o prisma que importa considerar aqui), foi apresentado por H. A. L. Fisher, nos termos seguintes:

“O homem (...) vislumbrou, na História, uma trama, um ritmo, um padrão predeterminado (...) (Quanto a mim) só vejo uma emergência após outra (...), apenas um grande fato com respeito ao qual, por ser ele único, não há generalizações (...)”.

De que modo contornar essa objeção? Em linhas gerais, há duas posições que podem ser adotadas pelos que acreditam em uma lei de evolução. É possível (a) negar a nossa asserção de que o processo evolutivo é único; ou (b) afirmar que no processo evolutivo, mesmo sendo ele peculiar e único, nós podemos discernir uma tendência, uma orientação, uma direção ou um sentido, e que podemos formular uma hipótese relativa a essa tendência, submetendo-a a testes por meio da experiência futura. As duas posições, (a) e (b), não são mutuamente excludentes.

A posição (a) remonta a uma ideia de grande antiguidade – a ideia de que o ciclo da vida (nascimento, infância, juventude, maturidade, velhice e morte) se aplica não apenas aos animais e plantas, individualmente considerados, mas também a sociedades, raças e, talvez, “ao mundo como um todo”. Essa ideia foi utilizada por Platão, quando interpretou o declínio e morte das cidades-estado, da Grécia, e do império persa. Também foi utilizada, de maneira análoga, por Maquiavel, Vico, Spengler e, mais recentemente, por Toynbee, no seu impressionante *A Study of History*. Sob o prisma dessa doutrina, a História se repete, e as leis do ciclo-vital das civilizações, por exemplo, podem ser estudadas exatamente como estudamos o ciclo-vital de certas espécies animais. Uma consequência

dessa doutrina (consequência que seus criadores não desejariam, por certo, ver formulada) é a de que nossa objeção, assentada na unicidade do processo evolutivo, ou histórico, perde sua força. Não pretendo negar (e estou certo de que o professor Fisher, na passagem citada acima, também não pretendeu negar) que a História pode, algumas vezes, repetir-se, sob certos prismas. Não desejo insinuar, a par disso, que o traçado de paralelos – como o paralelo entre o surgimento das tiranias na Grécia antiga e nos tempos modernos – deixe de ter significado para o estudioso da sociologia do poder político. Todavia, é claro que todos esses casos de repetição envolvem circunstâncias amplamente diversas, que podem exercer notáveis influências sobre desenvolvimentos futuros. Não há, pois, razão válida para esperar que uma aparente repetição de um dado desenvolvimento histórico se mantenha em paralelo com o seu protótipo. Observe-se, entretanto, que, aceita uma lei de ciclos-vitais repetitivos (decorrente de crença a que se chega por especulações analógicas ou, talvez, por adesão às ideias platônicas), estamos em condições de obter confirmações históricas para essa lei em praticamente todos os cantos. Na verdade, porém, aí está, simplesmente, um dos muitos casos de teorias metafísicas aparentemente confirmadas pelos fatos – fatos que, sob melhor análise, se revelam selecionados à luz das próprias teorias que, supostamente, devem submeter a teste.

Passando para a posição (b), ou seja, para a crença de que é possível discernir (e extrapolar) a tendência ou a direção de um movimento evolutivo, cabe mencionar, em primeiro lugar, que essa crença influenciou e tem sido empregada para apoiar algumas das hipóteses relativas a ciclos que caracterizam a posição (a). O professor Toynbee, por exemplo, formula, para apoiar a posição (a), as seguintes idéias, que são típicas da posição (b):

“As civilizações não “são condições estáticas da sociedade, mas movimentos dinâmicos, de tipo evolutivo. Elas não apenas estão impossibilitadas de permanecer imutáveis, como estão impossibilitadas de inverter a direção de seu movimento sem destruir suas próprias leis de evolução (...)”.

Aí se acham praticamente todos os elementos usualmente encontrados em formulações da posição (b): a ideia de uma dinâmica social (que se opõe a uma estática social); os movimentos evolutivos das sociedades (sob

a influência de forças sociais); e a ideia de direções, ou sentidos (e, naturalmente, de trajetórias e de velocidades) de tais movimentos sentidos que, segundo se afirma, não podem ser invertidos sem ruptura das leis de movimento. Os termos sublinhados foram todos tomados de empréstimo da Física, e sua adoção na Sociologia levou a uma série considerável de mal-entendidos. Mal-entendidos de espantosa crueza, mas típicos do mau emprego científico de exemplos retirados da Astronomia e da Física. É certo que tais mal-entendidos tiveram pequeno reflexo fora dos círculos historicistas. Em Economia, por exemplo, o uso do termo “dinâmica” (cf. o emprego muito em voga da expressão “macrodinâmica”) não levanta objeções, fato admitido até mesmo por aqueles a quem o termo não agrada. Mas esse uso também deriva da tentativa de Comte no sentido de aplicar à Sociologia a distinção, própria da Física, entre estática e dinâmica – e não há dúvida de que um grosseiro mal-entendido orientou essa tentativa. Com efeito, o tipo de sociedade que o sociólogo denomina “estática” é justamente o análogo dos sistemas físicos que a Física denomina “dinâmicos” (embora “estacionários”). Exemplo esclarecedor é o do sistema solar. É o protótipo do sistema dinâmico, no entender da Física; sendo, porém, repetitivo (ou seja, “estacionário”) e uma vez que não cresce nem se desenvolve, uma vez que não apresenta alterações estruturais (descontadas as alterações que não estão no âmbito da dinâmica celeste e que podem, portanto, ser negligenciadas no presente contexto), o sistema solar corresponde, indubitavelmente, aos sistemas sociais que o sociólogo denominaria “estáticos”. O ponto em tela é de considerável importância quando se cogita das afirmações do historicismo, na medida em que o êxito das previsões a longo prazo, na Astronomia, depende desse caráter repetitivo (e, no sentido do sociólogo, estático) do sistema solar – depende, em outras palavras, do fato de que é possível, no caso, negligenciar quaisquer sintomas de um desenvolvimento histórico. É errôneo, pois, supor que estas previsões dinâmicas, a longo prazo, relativas a um sistema estacionário, estabeleçam a possibilidade de se formularem profecias históricas de (larga escala, relativas a sistemas sociais não-estacionários).

Mal-entendidos similares decorrem da aplicação, à sociedade, dos demais termos acima arrolados, próprios da Física. Essa aplicação é, com frequência, anódina. Não há mal, por exemplo, em descrever alterações da organização social ou dos métodos de produção, entendendo que sejam movimentos. Deve ficar claro, entretanto, que estamos utilizando metáforas

– e, aliás, metáforas não muito felizes. Com efeito, se, na Física, falamos de movimento de um corpo (ou de um sistema de corpos), não pretendemos afirmar que o corpo em questão (ou o sistema de corpos em tela) sofra qualquer alteração interna, ou estrutural; afirmamos apenas que o corpo (ou o sistema de corpos) altera sua posição, relativamente a algum sistema de coordenadas, arbitrariamente escolhido. Em oposição, o sociólogo, quando se vale da expressão “movimento da sociedade”, pretende aludir a alguma alteração estrutural, ou interna. O sociólogo admitirá, por conseguinte, que um movimento da sociedade deve ser explicado por meio de forças; o físico, por seu turno, admite que apenas as alterações de movimento – e não os próprios movimentos – necessitam ser assim explicadas. As ideias de velocidade de um movimento social, de trajetória ou de direção desse movimento social, também não provocam dificuldades, contanto que utilizadas simplesmente com o objetivo de despertar uma impressão intuitiva; se utilizadas com finalidades científicas, aquelas ideias se transformam em jargão cientístico ou, falando mais precisamente, em jargão holístico. É certo que qualquer alteração de um fator mensurável (e.g., o crescimento da população) pode ser representado graficamente, exatamente como a trajetória de um corpo em movimento. Mas é claro que um diagrama desse gênero não retrata o que as pessoas entendem por movimento da sociedade – considerando que uma população estacionária pode sofrer uma radical convulsão social. Podemos, naturalmente, combinar um número qualquer de tais diagramas, formando uma representação única, multidimensional. Mas esse diagrama composto não pode ser visto como algo que representa a trajetória do movimento da sociedade; ele não acrescenta informações novas, que se adicionariam às informações prestadas pelos diagramas isolados; ele não representa qualquer movimento da “sociedade global”, mas apenas alterações ocorridas em partes selecionadas. A noção de movimento da própria sociedade – a ideia de que a sociedade, exatamente como um corpo físico, pode mover-se, como um todo, ao longo de determinada trajetória, em certo sentido – não passa de confusão holística.

A esperança de que se venha, algum dia, a descobrir as “leis do movimento da sociedade”, exatamente como Newton descobriu as leis de movimento dos corpos físicos, é apenas fruto de todos os mal-entendidos já citados. Como não há movimento da sociedade, em qualquer sentido

similar ou análogo ao movimento dos corpos físicos, inexitem as leis desse movimento.

Entretanto – dir-se-ia –, não se pode questionar a existência de tendências na alteração social: qualquer especialista em estatística está em condições de calcular essas tendências. Não seriam tais tendências comparáveis às leis da inércia, formuladas por Newton? A resposta é esta: tendências existem, ou melhor e mais precisamente, a hipótese de que existam tendências é, som frequência, um útil artifício estatístico. Mas tendências não são leis. Um enunciado que assevera a existência de uma tendência é um enunciado existencial, não um enunciado universal. (Uma lei universal, por outro lado, não assevera existência; ao contrário, como foi visto no final da seção 20, a lei afirma a impossibilidade de alguma coisa) Um enunciado em que se afirma a existência de uma tendência, em certo local em determinado momento, é um enunciado histórico singular, não uma lei universal. O significado prático desta situação lógica é apreciável: embora possamos basear previsões científicas em leis, não estamos em condições de baseá-las em existência de tendências – fato sobejamente conhecido por todos os especialistas em estatística. Uma tendência (e tomemos, mais uma vez, a título de exemplo, o crescimento da população) que se manteve ao longo de séculos ou milênios pode perfeitamente alterar-se em algumas décadas – e até em prazos ainda mais curtos.

É importante frisar que leis e tendências são coisas radicalmente diversas. Não há dúvida de que o hábito de confundir leis e tendências, associado à observação intuitiva de tendências (como, digamos, á do progresso tecnológico), inspirou as doutrinas nucleares do evolucionismo e do historicismo – as doutrinas que sustentam o caráter inexorável das leis biológicas da evolução e o caráter irreversível das leis de movimento social. As mesmas confusões e intuições inspiraram Comte, quando formulou a doutrina das leis de sucessão – uma doutrina que ainda hoje é muito influente.

É verdade que existe uma interpretação razoável para a distinção (estabelecida por Comte e por Mill) entre leis de coexistência, supostamente colocadas em correspondência com a estática, e leis de sucessão, postas em correspondência com a dinâmica. A interpretação razoável faria a distinção assentar-se no conceito de tempo: distinção entre

leis que não envolvem esse conceito e leis que requerem o conceito (como, digamos, as leis que aludem à velocidade). Mas isso não é exatamente o que Comte devia ter em mente e nem o que os seus sucessores imaginavam. Ao falar das leis de sucessão, Comte pensava em leis que determinariam a sucessão de uma série “dinâmica” de fenômenos, dispondo-os na ordem em que os percebemos. É importante, porém, notar que não existem leis “dinâmicas” de sucessão, nos termos em que Comte as concebeu. Elas certamente não existem na dinâmica. (Insisto: na dinâmica.) No mundo natural, a aproximação mais razoável – que Comte teria tido em mente, ao que tudo indica seriam periodicidades como as estações do ano, as fases da lua, a repetição dos eclipses ou, talvez, as oscilações de um pêndulo. Essas periodicidades – que, na Física, seriam descritas como dinâmicas (ainda que estacionárias) – é que Comte consideraria “estáticas”, e não “dinâmicas”, em sua terminologia. De uma forma ou de outra, não merecem ser chamadas leis – já que dependem de condições especiais, vigentes no sistema solar (ver a próxima seção). Prefiro denominá-las “quase-leis de sucessão”.

O ponto importante é este: embora caiba admitir que qualquer sucessão real de fenômenos se manifeste em consonância com leis da natureza; releva compreender que praticamente nenhuma sequência de digamos, três ou mais eventos concretos, causalmente associados, se manifesta segundo uma só lei natural. Se o vento balança uma árvore e a maçã de Newton cai ao solo, ninguém negará que esses acontecimentos possam ser descritos em termos de leis causais. Mas não existe uma única lei, como a da gravidade, nem mesmo um conjunto único e bem definido de leis, capaz de descrever a sucessão real, ou concreta, de eventos causalmente associados; ao lado da gravidade, seria preciso considerar as leis que explicam a pressão do vento; o movimento dos galhos das árvores; a tensão que se observa no talo que prende a maçã à árvore; o que precede processos químicos provocados pelo choque, etc. É simplesmente errônea a suposição de que uma sequência ou sucessão de eventos (desconsiderados exemplos especiais, como o do movimento pendular ou o do movimento do sistema solar) possa ser explicada por meio de uma única lei ou por qualquer conjunto definido de leis. Não existem leis de sucessão nem leis de evolução.

Não obstante, Comte e Mill viram as suas leis históricas de sucessão em termos de leis que determinariam uma sequência de eventos históricos, que

se apresentariam na ordem de sua ocorrência real. É o que se depreende da maneira pela qual Mill fala de um método que

“consiste em tentar descobrir, através de estudo e análise de fatos gerais da História, (...) a lei do progresso; lei que, uma vez determinada, deve (...) possibilitar a previsão de eventos futuros, exatamente como, na Álgebra, a partir de uns poucos termos de uma série infinita, é possível identificar o principio de formação e prever o restante da série, obtendo tantos de seus termos quantos nos aprouver”.

Mill critica esse procedimento; sua crítica, porém (ver início da seção 28), não atinge a possibilidade de determinar leis de sucessão análogas às leis que governam a formação das sequências matemáticas – embora ele assevere que “a ordem de sucessão (...) que se apresenta na História” talvez não tenha a mesma “rígida uniformidade” que é típica da sequência matemática.

Já vimos que não há leis que determinem a sucessão de uma tal série “dinâmica” de acontecimentos. De outra parte, podem existir tendências que tenham esse caráter “dinâmico”; entre elas, digamos, a do crescimento da população. Cabe presumir, pois, que Mill haja pensado em tendências desse tipo, quando se referiu às “leis de sucessão”. Essa hipótese é confirmada pelo próprio Mill, pois ele descreve a sua lei histórica do progresso como uma tendência. Discutindo a “lei”, manifesta sua “crença... de que a tendência geral, desconsiderando exceções ocasionais e temporárias, é e continuará sendo a de melhora – uma tendência em direção a um estado melhor e mais feliz. Esse (...) é (...) um teorema da ciência” (especificamente, da ciência social). O fato de Mill ter discutido, com seriedade, a questão de saber se “os fenômenos da sociedade humana” giram “em órbita” ou se movem, progressivamente, em uma “trajetória”, revela que não contornou a confusão fundamental entre leis e tendências, e que permaneceu no âmbito da ideia holística de que a sociedade pode, como um todo, “mover-se” (assim como se move, digamos, um planeta).

A fim de evitar mal-entendidos, quero deixar claro que, a meu ver, Comte e Mill muito contribuíram para a filosofia e a metodologia da ciência. Penso, especialmente, na ênfase dada por Comte às leis e à previsão científica, assim como na crítica que dirigiu à teoria essencialista da causalidade; e penso, ainda, em quanto Comte e Mill defenderam a

doutrina da unidade do método científico. Não obstante, creio que a doutrina das leis históricas de sucessão, por ambos advogada, não é muito mais do que uma coleção de metáforas inadequadas.

28. O Método da Redução. Explicação Causal. Previsão e Profecia

A crítica que fiz, combatendo a doutrina das leis históricas de sucessão, ainda está, sob um importante prisma, inconclusa. Tentei mostrar que as “direções”, ou “tendências”, que os historiadores vislumbram na sucessão de eventos que é a História, não são leis; se chegam a ser alguma coisa, são orientações, diretrizes gerais. A par disso, mostrei por que uma tendência – diversamente do que acontece com uma lei – não deve, em geral, ser utilizada como base para fazer previsões de caráter científico.

Para essa crítica, Mill e Comte (e apenas eles, entre os historicistas, segundo creio) poderiam oferecer um contra-argumento. Mill admitiria, talvez, haver certa confusão entre leis e tendências; mas assinalaria que ele próprio criticou aqueles que confundem “uma uniformidade na sucessão histórica” e uma verdadeira lei da natureza, sublinhando, com o devido cuidado, que essa uniformidade “só pode ser uma lei empírica” (embora a expressão se torne, algumas vezes, ambígua), não passível de considerar-se segura antes de ver-se reduzida – “através do acordo entre o que se deduz a priori e a evidência histórica” – a uma verdadeira lei da natureza. Mill assinalaria, ainda, que ele próprio formulou a “imperativa regra segundo a qual nenhuma generalização da História deve ser levada para a ciência social, a menos que para isso haja razões suficientes” – ou seja, a menos que a generalização possa ser deduzida de algumas verdadeiras leis naturais, independentemente estabelecidas. (As leis que Mill devia ter em mente eram as leis da “natureza humana”, isto é, as leis da Psicologia.) A esse procedimento de reduzir generalizações históricas (ou de outros tipos) a algum conjunto de leis de maior generalidade, Mill denominou de “método dedutivo inverso”, afirmando tratar-se do único método correto para a História e a Sociologia.

Estou preparado para admitir que Mill tem alguma razão, que seu contra-argumento é dotado de alguma força. De fato, se podemos reduzir uma tendência a um conjunto de leis, temos justificativa para usar a tendência

(assim como usamos as leis) na condição de base para revisões. Essa redução, ou dedução inversa, daria um largo passo para cobrir o hiato entre as leis e as tendências. A força do contra-argumento de Mill é realçada pelo fato de o método da “dedução inversa” ser uma descrição apropriada (conquanto imprecisa) de um procedimento adotado não só nas Ciências Sociais, mas em todas as ciências – e adotado, aliás, muito mais amplamente do que o próprio Mill poderia supor.

Apesar do que acabo de admitir, creio que minha crítica é procedente e que não se pode defender a confusão de leis com tendências, uma confusão fundamental no historicismo. Para esclarecer meu ponto de vista, cabe uma cuidadosa análise do método da redução, ou da dedução inversa.

A ciência, podemos dizer, enfrenta, em qualquer momento de seu desenvolvimento, vários problemas. Não pode principiar com observações ou com a “reunião de dados” – como desejam alguns estudiosos do método. Antes de colher dados, deve ter sido despertado nosso interesse por dados de certa espécie: o problema sempre se manifesta em primeiro lugar. O problema, por seu turno, pode colocar-se em função de necessidades práticas ou em função de crenças científicas e pré-científicas que, por alguma razão, exigem revisões.

Um problema científico surge, via de regra, por força da necessidade de explicar alguma coisa. Acompanhando o que Mill escreveu, distinguiremos dois casos principais: a explicação de um evento singular, ou individual, específico, e a explicação de alguma regularidade, ou lei. Eis de que modo Mill formula a questão:

Diz-se que um fato individual está explicado quando se revela sua causa, ou seja, quando são enunciadas as leis (...) de que sua ocorrência é um caso particular. Um incêndio está explicado quando se revela que foi provocado por fagulha que caiu numa porção de material combustível. De maneira semelhante, uma lei (...) se diz explicada se outra lei ou outras leis são apresentadas, de que a lei em pauta é um caso especial, deduzível das outras”.

O caso da explicação de uma lei corresponde ao caso de “dedução inversa” e adquire, pois, especial relevância neste contexto.

A explanação que Mill oferece para a explicação (ou melhor: para a explicação causal) é, em linhas gerais, perfeitamente aceitável. Entretanto, não é suficientemente precisa, para inúmeros propósitos. Essa falta de

precisão tem importante papel na discussão em que estamos empenhados. Reformularei, pois, a questão, ressaltando o ponto de divergência entre eu e Mill.

Sugiro que dar uma explicação causal de certo evento específico equivale a deduzir um enunciado em que se descreve o evento, a partir de duas espécies de premissas: algumas leis universais e alguns enunciados singulares ou específicos, que podemos chamar condições iniciais específicas. Exemplicativamente, podemos dizer que temos uma explicação causal do rompimento de um fio (de certo material) se descobrimos que esse fio só poderia suportar um peso de um quilo, mas que um peso de dois quilos foi nele pendurado. Analisando essa explicação causal, notamos, que dois tipos de elementos se acham envolvidos:

(1) Algumas hipóteses que assumem o caráter de leis universais da natureza. No presente exemplo, algo como: “Para cada fio de determinada estrutura s (fixada pelo material de que ele é feito, pela espessura, etc.), há um peso característico p tal que o fio se rompe quando nele se pendura um peso maior do que p ”; e “Para cada fio com estrutura s_1 , o peso característico é de um quilo”.

(2) Alguns enunciados específicos (singulares) – as condições iniciais – relativas ao particular evento em pauta. No presente exemplo, teríamos dois enunciados: “Este é um fio de estrutura s_1 ” e “o peso pendurado neste fio era um peso de dois quilos”.

Há, portanto, dois constituintes diversos, dois diferentes tipos de enunciados que, juntos, conduzem a uma explicação causal completa: (1) Enunciados universais, que têm o caráter de leis naturais; e (2) enunciados específicos, chamados “condições iniciais”, que dizem respeito ao caso especial em tela. Ora, das leis universais (1) é possível deduzir, com o auxílio das condições iniciais (2), o seguinte enunciado específico: “Este fio se romperá”. Essa conclusão (3) pode ser denominada *pro gnose* específica. As condições iniciais (ou, mais precisamente, a situação por elas descrita) são consideradas, habitualmente, como a causa do evento em pauta; e a *prognose* (ou antes, o evento por ela descrito) é considerado, em geral, como o efeito. Dizemos, por exemplo, que penduram um peso de dois quilos em um fio, que só poderia suportar peso de um quilo, é a causa (do rompimento do fio); e que o rompimento do fio é o efeito.

Explicação causal desse gênero será aceitável, naturalmente, sob o prisma científico, apenas quando as leis universais em tela se achem corroboradas, após testes adequados, e quando haja evidência independente para a causa, ou seja, para as condições iniciais.

Antes de passar à análise de explicações causais de regularidades, ou de leis, cabe notar que vários pontos defluem da análise das explicações de eventos singulares. Um desses pontos é o de que jamais estamos em condições de falar em causa e efeito de maneira absoluta; precisamos dizer, em vez disso, que um dado evento é causa de outro – o efeito – com respeito à determinada lei universal. Em geral, porém, essas leis são tão triviais (como ocorre, aliás, no exemplo dado acima) que delas não tomamos conhecimento, aplicando-as sem delas cogitar explicitamente. Outro ponto a ressaltar, é o de que o uso de uma teoria para prever algum evento específico não passa de outro aspecto de seu uso para explicar esse mesmo evento. Uma vez que as teorias são submetidas a testes mediante comparação de eventos previstos com eventos realmente observados, nossa análise também revela de que maneira as teorias são submetidas a testes. Saber se empregamos uma teoria para prever, explicar ou realizar testes é algo que depende de nossos interesses – depende de saber quais são os enunciados que encaramos como dados ou como não-problemáticos e quais são os enunciados que consideramos como necessitados de melhor análise e teste. (Ver a seção 29)

A explicação causal de uma regularidade, descrita por intermédio de uma lei universal, difere um pouco da explicação causal de eventos singulares. A um primeiro olhar, pode parecer que as situações se assemelham e que a lei em questão deve ser deduzida de (1) certas leis mais gerais, e (2) certas condições especiais, que correspondem às condições iniciais, mas que não são singulares, referindo-se, em vez disso, a certa espécie de situação. Todavia, não é isso que acontece. As condições especiais (2) devem ser explicitamente formuladas quando se apresenta a lei que desejamos explicar; de outro modo, essa lei simplesmente viria a contraditar (1). (Tomemos um exemplo: Se desejamos explicar, com a ajuda da teoria de Newton, a lei segundo a qual todos os planetas se movem em órbitas elípticas, então é preciso, preliminarmente, deixar explícitas, na formulação dessa lei, as condições que assegurem sua legitimidade. Isso pode ser feito, digamos, desta maneira: Se um grupo de planetas, suficientemente afastados uns dos outros de modo a tornar

negligenciável a atração mútua, se movem em torno de um sol muito mais pesado do que qualquer deles, então cada planeta descreve, aproximadamente, uma elipse, estando o sol num dos focos da elipse.) Em outras palavras, a formulação da lei que procuramos explicar deve incorporar todas as condições de sua validade, pois, do contrário, não é possível asseverá-la universalmente (Ou incondicionalmente, como diz Mill). Consequentemente, a explicação causal de uma regularidade consiste na dedução de uma lei (contendo as condições sob as quais a afirmada regularidade se manifesta), partindo de um conjunto de leis mais gerais, independentemente submetidas a testes e confirmadas.

Comparando nossa explicação causal com a de Mill, notamos que não diferem muito, na medida em que damos atenção à redução de leis a outras leis mais gerais – ou seja, no que concerne à explicação causal de regularidades. Todavia, Mill não estabelece distinção clara, na discussão da explicação causal de eventos singulares, entre (1) leis universais, e (2) condições iniciais específicas. Isso se prende, em boa parte, ao modo não muito claro de Mill valer-se do termo “causa” que ora abrange eventos singulares, ora abrange leis universais. Veremos, em seguida, como essa falta de clareza afeta a explicação ou a redução das tendências.

Não se põe em dúvida a possibilidade de ser logicamente possível reduzir ou explicar tendências. Admitamos, por exemplo, ter verificado que todos os planetas se aproximam progressivamente do sol. O sistema solar seria, portanto, um sistema dinâmico, no sentido de Comte; teria um desenvolvimento ou uma história, marcando-se por uma tendência definida. A tendência poderia ser facilmente explicada em termos de física newtoniana, através do pressuposto (para o qual seria possível apontar outra evidência, independente) de que o espaço interplanetário está ocupado por matéria que oferece resistência um gás, por exemplo. Esse pressuposto se constituiria em nova condição inicial específica, a ser acrescentada às condições iniciais costumeiras e definidoras das posições e dos momentos dos planetas, em um dado instante. Na medida em que a nova condição inicial persista, manifestar-se-á uma transformação, ou tendência sistemática. Se admitirmos, a par disso, que a transformação seja ampla, ela terá marcada influência sistemática sobre a biologia e a história das várias espécies que habitam a Terra e, inclusive, sobre a história humana. Mostra-se, dessa maneira, como poderíamos explicar, em princípio, certas tendências evolucionistas e históricas, e até mesmo

“tendências gerais”, ou seja, tendências que perduram ao longo do desenvolvimento que se esteja considerando. É óbvio que tais tendências são análogas às quase-leis de sucessão (periodicidades sazonais, etc.) mencionadas na seção anterior, apenas com a diferença de que têm caráter “dinâmico”. Corresponderiam, conseqüentemente, e de maneira ainda mais acentuada do que as próprias das quase-leis “estáticas”, à vaga ideia que tinham Comte e Mill a propósito de leis evolucionistas ou históricas de sucessão. Ora, se houver razão para admitir a persistência das condições iniciais relevantes, poderemos, é claro, admitir que essas tendências ou “quase-leis dinâmicas” também persistirão; haverá, portanto, meio de usá-las, como leis, para servir de base a previsões.

Pouca dúvida há quanto ao fato de essas tendências explicadas (como é possível chamá-las), ou tendências que se encontram a ponto de ser explicadas, desempenharem papel significativo no campo da moderna teoria evolucionista. A par da circunstância de que numerosas dessas tendências dizem respeito à evolução de certas formas biológicas tais como a das conchas de moluscos e a dos rinocerontes, existe, aparentemente, uma tendência geral, no sentido de crescente número e crescente variedade de formas biológicas se difundirem em crescente variedade de condições ambientais, tendência geral que se torna explicável em termos de leis biológicas (associadas a condições iniciais que fixam certos pressupostos concernentes ao meio ambiente terrestre em que estejam os organismos e que, combinadas com as leis, implicam, por exemplo, a ação do importante mecanismo denominado “seleção natural”).

Talvez se imagine que o conjunto dessas observações se volta contra nós e fala em prol de Mill e do historicismo. Não é, porém, o caso. As tendências explicadas existem, efetivamente, mas o perdurarem depende da conservação de certas condições iniciais específicas (as quais, de sua parte, serão, algumas vezes, tendências).

Ora, Mill e os historicistas que o acompanham esquecem a dependência em que estão as tendências, relativamente às condições iniciais. Operam com as tendências como se elas fossem, à semelhança de leis, incondicionais. O fato de confundirem as leis com as tendências leva-os a acreditar em tendências incondicionais (e, conseqüentemente, gerais); ou, como diríamos, “tendências absolutas” – leva-os a acreditar, por exemplo, em uma tendência histórica geral para o progresso, “tendência no sentido

de um Estado melhor e mais feliz”. Se chegam a admitir a possibilidade de o que veem como tendências “reduzir-se” a leis, acreditam que tais tendências possam ser derivadas imediata e exclusivamente de leis universais, tais como as leis da Psicologia (ou, talvez, do materialismo dialético, etc.).

Tal é, poderíamos dizer, o erro central em que incide o historicismo: suas “leis de desenvolvimento” apresentam-se como tendências absolutas, tendências que, à semelhança do que acontece com as leis, independem de condições iniciais e nos levam, irresistivelmente, em dada direção, para o futuro. Constituem a base das profecias incondicionais, em oposição às previsões científicas e condicionais.

Que dizer, entretanto, quanto àqueles para os quais as mencionadas tendências dependem de condições e que tentam determinar essas condições e explicitá-las? Respondo dizendo que nada tenho contra eles. Eu os apoio: não pode haver dúvida quanto ao fato de aquelas tendências se manifestarem. Defrontamo-nos, conseqüentemente, com a difícil tarefa de explicá-las da melhor maneira possível, ou seja, de determinar, tão precisamente quanto pudermos, as condições sob as quais persistirão. (Ver seção 32.)

Importante é ressaltar que as mencionadas condições são facilmente olvidadas. Há, por exemplo, uma tendência para a “acumulação de meios de produção” (como diz Marx). Dificilmente esperaremos, porém, que ela persista dentro de uma população que decresça rapidamente, e esse decréscimo talvez esteja na dependência de condições extra-econômicas, como, digamos, de invenções ou do direto impacto fisiológico (e talvez bioquímico) de uma zona industrial. Há, sem dúvida, a possibilidade da atuação de um número enorme de condições; e, para termos como examinar essas possibilidades, quando buscamos as verdadeiras condições de uma tendência, teremos sempre de tentar imaginar condições sob as quais a tendência em pauta desapareceria. Isso, contudo, é exatamente o que o historicista está impedido de fazer. Ele acredita firmemente em sua tendência favorita e não pode sequer pensar em condições sob as quais essa tendência deixaria de existir. A miséria do historicismo, seria cabível dizer, é uma pobreza de imaginação. O historicista critica repetidamente os que se mostram incapazes de conceber uma transformação nos pequenos mundos em que vivem; todavia, parece que o próprio historicista padece de

uma deficiência de imaginação, pois se mostra incapaz de conceber uma transformação nas condições de transformação.

29. Unidade de Método

Sugeri, na seção anterior, que os métodos dedutivos ali analisados são de largo uso e importância – muito mais do que Mill, por exemplo, chegou a imaginar. A sugestão será agora aprofundada, de forma que se lance alguma luz sobre a disputa que travam naturalismo e antinaturalismo. Na presente seção, proporei uma doutrina de unidade de método, ou seja, a doutrina de que todas as ciências teóricas ou generalizadoras se valem de um só método, sejam elas Ciências Naturais ou Ciências Sociais. (Adiarei o problema de exame das Ciências Históricas até a seção 31) Ao mesmo tempo, algumas das doutrinas do historicismo ainda não suficientemente examinadas serão abordadas agora, encarando-se problemas como os da generalização, do essencialismo, do papel desempenhado pela compreensão intuitiva, da inexatidão de previsões, da complexidade e da aplicação de métodos quantitativos.

Não pretendo afirmar que inexistam diferenças entre os métodos das ciências teóricas relativas à natureza e à sociedade; essas diferenças são claras e se manifestam até mesmo entre as diferentes Ciências Naturais, bem como entre as diferentes Ciências Sociais. (Comparemos, p. ex., a análise de mercados competitivos e de línguas românticas.) Concorro, porém, com Mill e Comte – e com muitos outros autores, entre os quais C. Menger – em que os métodos usados nos dois campos são fundamentalmente o mesmo (embora possa divergir desses autores quanto àquilo que deva ser considerado método). Os métodos consistem sempre em oferecer explicações causais dedutivas e em submetê-las a testes (por meio de previsões). A isso tem-se dado, por vezes, o nome de método hipotético-dedutivo ou, mais frequentemente, o nome de método da hipótese, porque não nos dá certeza absoluta quanto a qualquer dos enunciados científicos que submete a teste. Ao contrário, esses enunciados conservam sempre o caráter de hipóteses provisórias, ainda quando esse caráter deixe de ser óbvio, após terem sido elas submetidas a grande número de severos testes.

Em razão desse caráter provisório, as hipóteses foram consideradas, pela maioria dos estudiosos do método, como provisórias, no sentido de que serão, afinal, substituídas por teorias comprovadas (ou, pelo menos, por teorias que se demonstre serem “altamente prováveis”, no sentido fixado por algum tipo de cálculo de probabilidades). Entendo que essa concepção é errônea e conduz a uma série de dificuldades inteiramente dispensáveis. Todavia, esse problema é aqui de importância relativamente reduzida. Relevante é compreender que, em ciência, estamos continuamente preocupados com explicações, previsões e testes, e que o método de submeter hipóteses a testes é sempre o mesmo (ver a seção anterior). Das hipóteses a serem submetidas a teste – por exemplo, uma lei universal – associadas a enunciados outros que, para o propósito agora em causa, não são havidos como problemáticos – por exemplo, algumas condições iniciais –, deduzimos uma prognose. Em seguida, e sempre que possível, confrontamos essa prognose com os resultados de observações experimentais ou outras. A concordância é havida como corroboração da hipótese, embora não como comprovação definitiva dessa hipótese; clara discordância é considerada como refutação, ou como falseamento da hipótese.

Nos termos dessa análise, não há maior diferença entre explicação, previsão e teste. A diferença não é de estrutura lógica, mas, antes, de ênfase; depende daquilo que consideramos ser nosso problema e do que não consideramos como tal. Se não temos como problema o formular uma prognose e consideramos que o problema é o de estabelecer condições iniciais ou leis universais (ou ambas), a partir das quais possamos deduzir dada “prognose”, então estaremos buscando uma explicação (e a “prognose” dada torna-se nosso “explicandum”). Se considerarmos dadas (e não como algo a ser buscado) as leis e as condições iniciais e nos limitarmos a usá-las para deduzir a prognose, assim conseguindo alguma informação nova, estaremos tentando fazer uma previsão. (Tal o caso quando aplicamos nossos resultados científicos.) Se considerarmos problemática uma das premissas (uma lei universal ou uma condição inicial), considerando, ao mesmo tempo, a prognose como algo a ser posto em comparação com os resultados da experiência, estaremos falando de teste da premissa problemática.

O resultado dos testes é a seleção das hipóteses que resistiram a esses testes, ou a eliminação das hipóteses que a eles não resistiram e que serão,

consequentemente, rejeitadas. É importante compreender o que deflui dessa concepção. Os pontos de relevo são os seguintes: todos os testes podem ser entendidos como tentativas de afastar as teorias falsas, de identificar os pontos fracos de uma teoria, de modo a rejeitá-la quando falseada pelos testes. Essa maneira de ver é por vezes tida como paradoxal: nosso objetivo, afirma-se, é o de formular teorias, e não o de eliminar teorias falsas. Entretanto, exatamente porque nosso objetivo é o de formular teorias tão perfeitas quanto possível, devemos submetê-las a testes tão severo quanto possível, ou seja, devemos tentar identificar erros que nelas se contenham, devemos tentar falseá-las. Somente no caso de não podermos falseá-las, a despeito dos maiores esforços que façamos em tal sentido, poderemos dizer que resistiram a testes severos. Essa a razão por que a descoberta de exemplos confirmadores de uma teoria muito pouco significa, se não tivermos tentado e falhado no procurar descobrir refutações. Com efeito, se não formos críticos, sempre encontraremos aquilo que desejarmos: buscaremos e encontraremos confirmações, e não procuraremos nem veremos o que possa mostrar-se ameaçador para as teorias que nos agradam. Em tais termos, é extremamente fácil conseguir o que pareça avassaladora evidência em favor de uma teoria que, se criticamente encarada, teria sido objeto de refutação. Para colocar em operação o método da escolha por eliminação, assegurando que somente sobrevivam as teorias mais aptas, devemos fazer com que essas teorias lutem pela vida, em condições difíceis.

Esse, em linhas gerais, o método de todas as ciências que se apoiam na experiência. Que dizer, entretanto, acerca do método por meio do qual chegamos a teorias ou hipóteses? Que dizer acerca das generalizações indutivas? E do modo como passamos da observação para a teoria? A essa indagação (e às doutrinas examinadas na seção 1, na medida em que não foram abordadas na seção 26) darei duas respostas: (a) creio que jamais fazemos generalizações indutivas no sentido de partir de observações e delas procurar derivar teorias.

Creio que o preconceito segundo o qual procedemos dessa maneira equivale a uma espécie de ilusão ótica e que, em fase alguma do desenvolvimento científico, deixamos de contar com algo da natureza de uma teoria, como seja, uma hipótese ou uma concepção antecipada ou um problema – frequentemente de feição tecnológica – que, de certa forma, orienta nossas observações e nos ajuda a escolher, dentre os inúmeros

objetos de observação, aqueles que podem revestir-se de interesse. Ora, assim sendo, então o método da eliminação – que se confunde com o de tentativa e erro, examinado na seção 24 pode sempre ser aplicado. Entendo, porém, que para a presente seção torna-se desnecessário insistir nesse ponto. Com efeito, cabe dizer (b) que é irrelevante, do ponto de vista da ciência, saber se formulamos nossas teorias lançando-nos a conclusões injustificadas ou simplesmente encontrando-as (quer dizer, por “intuição”), ou ainda com recurso a algum processo indutivo. A indagação “Como chegou você a essa teoria?” relaciona-se, por assim dizer, a uma questão inteiramente privada, que se opõe à indagação “Como procedeu você para submeter a teste essa teoria?”, que é a única indagação cientificamente relevante. O método de teste, descrito neste trabalho, é fértil: conduz a novas observações e a um recíproco dar e tomar, entre teoria e observação.

Ora, tudo isso, julgo eu, não é verdadeiro apenas com respeito às Ciências Naturais, mas também com respeito às Ciências Sociais. Nas Ciências Sociais, é ainda mais óbvio do que nas Ciências Naturais não podermos nós ver e observar os objetos antes de havermos refletido a propósito deles. Isso porque a maioria dos objetos da ciência social, se não todos eles, é constituída por objetos abstratos; são construções teoréticas. (Mesmo “guerra” ou “exército” são conceitos abstratos, por estranho que isso possa parecer. Concretos são os muitos que morrem, ou os homens e mulheres que usam farda, etc.) Esses objetos, essas construções teoréticas de que nos valem para interpretar a experiência são o resultado da elaboração de certos modelos (especialmente de instituições), elaborações que têm o propósito de explicar certas experiências – método teorético usual nas Ciências Naturais (onde elaboramos modelos de átomos, moléculas, sólidos, líquidos, etc.). É parte do método da explicação através de recurso à redução, ou dedução a partir de hipóteses. Muito frequentemente não nos damos conta do fato de estarmos operando com hipóteses ou teorias, e por essa razão tomamos nossos modelos teoréticos como coisas concretas. Trata-se de uma espécie de erro constantemente repetido. O fato de os modelos serem, muitas vezes, usados dessa maneira, explica – e, ao mesmo tempo, destrói – as doutrinas do essencialismo metodológico (ver seção 10). Explica-as porque o modelo é de caráter abstrato, ou teorético, e assim somos levados a imaginar que o vemos confundido com os eventos observáveis, ou colocado por detrás deles, como uma espécie de fantasma ou de essência permanente. Destrói-as

porque a tarefa da teoria social é a de formular e analisar cuidadosamente os modelos sociológicos, em termos descritivos ou nominalistas, ou seja, em termos de indivíduos, de suas atitudes, expectativas, relações, e assim por diante – um postulado que podemos denominar “individualismo metodológico”.

A unidade dos métodos das Ciências, Naturais e Sociais pode ser exemplificada e defendida por meio de uma análise de dois trechos, que figuram em *Scientism and the Study of Society*, do professor Hayek.

Na primeira dessas passagens, o professor Hayek escreve:

“O físico, desejoso de compreender os problemas das Ciências Sociais através de recurso a uma analogia com seu próprio campo de estudos, terá de imaginar um mundo em que ele conheça, por observação direta, o interior dos átomos e em que a ele não se ofereça a possibilidade de realizar experimentos com grandes porções de matéria, nem a oportunidade de observar mais do que as interações de um número relativamente reduzido de átomos, durante um período limitado. A partir do conhecimento que obtivesse de diferentes tipos de átomo, o físico poderia construir modelos das várias maneiras segundo as quais estes átomos se combinariam para formar unidades maiores, e levaria esses modelos a reproduzirem, mais e mais fielmente, todas as características dos poucos exemplos em que ele teria tido condição de observar a ocorrência de fenômenos mais complexos. As leis do macrocosmos que ele poderia derivar desse conhecimento do microcosmos conservariam sempre o caráter de “dedutivas”, em razão desse limitado conhecimento dos dados da situação complexa, tais leis dificilmente o habilitariam a prever o exato resultado de uma particular situação; e nunca poderia ele comprová-las através de experimentos controlados – embora pudessem as leis ser refutadas por meio da observação de eventos que, segundo a teoria, seriam impossíveis”.

Admito que a primeira sentença desse trecho assinala certas diferenças entre a ciência social e a ciência física. Contudo, o restante do trecho, entendo eu, fala em favor de uma completa unidade de método. Se essa passagem é, como não duvido que seja, uma correta descrição do método da ciência social, direi que ela atesta diferir esse método tão-somente

daquela forma de interpretar o método da ciência natural que já anteriormente rejeitamos. Tenho em mente, de maneira especial, a interpretação “indutivista”, segundo a qual, no campo das Ciências Naturais, procedemos sistematicamente da observação para a teoria através de recurso a algum método de generalização, e comprovamos e até mesmo, talvez, demonstramos as teorias utilizando algum método de indução. Tenho aqui defendido uma concepção muito diferente, que interpreta o método científico como dedutivo, seletivo por meio do falseamento, etc. Essa descrição do método da ciência natural concorda perfeitamente com a descrição que o professor Hayek nos dá do método da ciência social. (Tenho todas as razões para acreditar que minha interpretação do que sejam os métodos da ciência não foi influenciada por qualquer conhecimento dos métodos das Ciências Sociais, pois quando a desenvolvi só tinha em mente as Ciências Naturais⁹⁴ e quase nada sabia a propósito das Ciências Sociais)

As diferenças a que se faz alusão na primeira sentença da passagem transcrita não são tão acentuadas quanto à primeira vista parecem. É indiscutivelmente certo que temos conhecimento mais direto do “interior do átomo humano” do que do interior dos átomos físicos; mas tal conhecimento é intuitivo. Em outras palavras, certamente usamos o conhecimento que temos de nós mesmos para elaborar hipóteses acerca de outras pessoas ou acerca de todos os homens. Contudo, essas hipóteses hão de ser submetidas a testes, hão de ser expostas ao método da seleção por eliminação. (A intuição impede algumas pessoas de sequer imaginarem que alguém possa não gostar de chocolate.) O físico, em verdade, não é auxiliado por essa observação direta quando elabora hipóteses acerca de átomos; não obstante, vale-se, com frequência, de algum tipo de imaginação ou intuição compreensiva que pode facilmente levá-lo a sentir-se intimamente relacionado até mesmo com o “íntimo dos átomos” – até mesmo com seus caprichos e preconceitos. Essa intuição, entretanto, é questão privada. A ciência só se interessa pelas hipóteses que tais intuições possam haver inspirado, e tão-somente quando essas hipóteses se mostrem ricas em consequências e suscetíveis de submissão a testes apropriados. (Com respeito à outra diferença, mencionada na primeira sentença do professor Hayek, isto é, com respeito à dificuldade de realizar experimentos, ver seção 24)

Essas poucas observações indicam também a maneira segundo a qual deve ser criticada a doutrina historicista apresentada na seção 8, ou seja, a doutrina de que a ciência social deve empregar o método da compreensão intuitiva.

Na segunda passagem, o professor Hayek, referindo-se a fenômenos sociais, diz:

“(...) Nosso conhecimento acerca do princípio que produz esses fenômenos raramente – ou nunca – nos habilitará a antecipar o preciso resultado de uma situação concreta. Embora possamos explicar o princípio com base no qual certos fenômenos se produzem, e possamos, com base nesse conhecimento, excluir a possibilidade de certos resultados, e.g., de certos eventos ocorrerem simultaneamente, tal conhecimento será, em certo sentido, tão-somente negativo, isto é, só nos capacitará a afastar determinados resultados, mas não nos dará meio de reduzir a série de possibilidades a tal ponto que somente uma permaneça”.

Esse trecho, longe de pintar-nos uma situação peculiar às Ciências Sociais, descreve, de maneira perfeita, o caráter das leis naturais que, sem dúvida, nunca possibilitam mais do que excluir certas possibilidades. (“Não se pode carregar água numa peneira”; ver seção 20.) De maneira particular, o enunciado segundo o qual, via de regra, não poderemos “antecipar o preciso resultado de uma situação concreta” coloca o problema da inexatidão da previsão (ver seção 5). Sustento que exatamente o mesmo se poderia dizer a propósito do mundo físico. Em geral, é apenas com o recurso ao isolamento experimental artificial que se abre, para nós, a possibilidade de prever eventos físicos. (O sistema solar é um caso excepcional – caso de isolamento natural, mas não artificial; uma vez que seu isolamento seja rompido pela intrusão de um corpo estranho, de tamanho apreciável, seria possível que todas as nossas antecipações, com respeito ao sistema, viessem a falhar.) Estamos longe de ter condição de antecipar, até mesmo no campo da Física, as exatas consequências de uma situação concreta, como, por exemplo, a de uma tempestade ou de um incêndio.

Cabe acrescentar uma breve observação a propósito da questão da complexidade (ver seção 4). Não há dúvida de que a complexidade torna extremamente difícil a análise de qualquer situação social concreta. O

mesmo vale, entretanto, para qualquer concreta situação física. O disseminado preconceito de que as situações sociais são mais complexas do que as do mundo físico nasce, aparentemente, de duas fontes. Uma delas é a de que nos inclinamos a comparar o que não deve ser comparado – pretendendo referir-me a situações sociais concretas, de um lado, e a situações físicas experimentais, artificialmente criadas, de outro lado. (Essas últimas poderiam ser comparadas com uma situação social artificialmente criada, tal como a de gente em uma prisão ou em uma comunidade experimental.) A outra fonte confunde-se com a velha crença de que a descrição de uma situação social há de envolver os estados mentais e talvez até mesmo os estados físicos de todas as pessoas em causa (ou talvez há de ser reduzível a tais estados). Essa crença não se justifica; é muito menos justificada do que a impossível exigência de que a descrição de uma reação química concreta envolva a dos estados atômicos e subatômicos de todas as partículas elementares em tela (embora a Química possa, em verdade, reduzir-se à Física). A crença mostra, ainda, resquícios da concepção popular segundo a qual as entidades sociais, como sejam, instituições ou associações, correspondem a entidades naturais concretas, como as multidões, antes que a modelos abstratos, elaborados para interpretação de algumas relações seletas e abstratas entre indivíduos.

Sem embargo, há boas razões para crer não apenas que a Ciência Social seja menos complexa do que a Física, mas também para acreditar que as situações sociais concretas sejam, de modo genérico, menos complexas do que as situações físicas concretas. Com efeito, na maioria das situações sociais, se não em todas essas situações, está presente um elemento de racionalidade. É reconhecidamente raro que os seres humanos ajam de maneira inteiramente racional (isto é, como agiriam se fizessem o melhor uso de todas as informações disponíveis para atingir os fins que se tenham proposto), mas agem, apesar de tudo, mais ou menos racionalmente; e isso torna possível elaborar modelos relativamente simples de suas ações e interações, e empregar esses modelos em termos de aproximação.

Entendo que essa última observação aponta para uma sensível diferença existente entre a Ciência Natural e a Ciência Social – talvez, para a mais importante diferença entre seus métodos, pois as demais diferenças relevantes, ou seja, dificuldades particulares na condução de experimentos (ver fim da seção 24) e no aplicar métodos quantitativos (ver adiante) são diferenças de grau e não de espécie. Quero referir-me à possibilidade de

adotar, em Ciências Sociais, o que poderia ser denominado método da construção lógica ou racional ou, quiçá, “método zero”. Usando essa expressão, pretendo indicar um método de construção de modelo que se apoia no pressuposto de completa racionalidade (e talvez também no pressuposto de posse de informações completas) por parte das pessoas em causa; e admito haja como avaliar o quanto se desvie o efetivo comportamento do comportamento-modelo, fazendo com que este desempenhe o papel como que de uma coordenada zero. Exemplo de emprego desse método seria a comparação entre um comportamento real (sob a influência, digamos, de preconceitos tradicionais, etc.) e o comportamento-modelo a esperar com base na “pura lógica de escolha”, nos termos em que a traduzem as equações da Economia. Dessa maneira pode ser interpretado, por exemplo, o interessante trabalho “Money Illusion”, de Marschak. Tentativa de aplicar o método zero a um campo diferente foi feita por P. Sargent Florence, que estabeleceu cotejo entre a “lógica da operação em larga escala” e o “ilogismo da operação real” na indústria.

De passagem, eu gostaria de assinalar que nem o princípio do individualismo metodológico, nem o princípio do método zero de construção de modelos racionais implicam, segundo creio, consagração de um método psicológico. Ao contrário, parece-me que esses princípios podem combinar-se com a concepção de que as Ciências Sociais são relativamente independentes de pressupostos psicológicos e de que procede ver a Psicologia não como a base de todas as Ciências Sociais, mas como uma dentre as outras Ciências Sociais.

Concluindo esta seção, devo mencionar o que entendo ser uma outra diferença importante entre os métodos de algumas das ciências teóricas da natureza e da sociedade. Refiro-me a dificuldades específicas, ligadas à aplicação de métodos quantitativos e, em especial, de métodos de medida. Algumas dessas dificuldades podem ser e têm sido contornadas através de recurso a métodos estatísticos – no campo da análise de demanda, por exemplo. E essas dificuldades terão de ser vencidas se, digamos, algumas das equações de economia matemática vierem a proporcionar base a aplicações meramente qualitativas, pois, sem tal medida, frequentemente não saberíamos se algumas influências balanceadoras estão ou não estão excedendo um efeito calculado em termos apenas qualitativos. Assim sendo, considerações de ordem tão-somente qualitativa poderão, por vezes,

decepcionar-nos, decepcionar-nos a ponto de ser procedente, citando o Professor Frisch, “dizer que, quando um homem tenta empurrar um bote, o bote é impelido para trás, em virtude da pressão exercida por seus pés”. Não cabe duvidar de que esse ponto envolve dificuldades fundamentais. Em Física, por exemplo, os parâmetros das equações admitem redução a um pequeno número de constantes naturais – redução feita com êxito em muitos casos importantes. O mesmo não ocorre em Economia, onde os parâmetros são, nos casos mais importantes, variáveis que rapidamente se alteram. Isso restringe claramente a significação, a possibilidade de interpretação e a testabilidade de nossas medidas.

30. Ciências Teoréticas e Históricas

A tese de unidade de método científico – que, acima, defendi no campo das ciências teoréticas – pode ser ampliada, com certas limitações, para estender-se até mesmo ao campo das Ciências Históricas. E é possível fazê-lo sem afastar a distinção fundamental entre ciências teoréticas e Ciências Históricas (entre, por exemplo, Sociologia ou teoria econômica ou teoria política, de um lado, e História social, econômica e política, de outro), distinção que tem sido reiterada e enfaticamente reafirmada pelos melhores historiadores. Trata-se da distinção entre o interesse por leis universais e o interesse por fatos particulares. Pretendo defender o ponto de vista – que os historicistas frequentemente consideram ultrapassado – segundo o qual a História se caracteriza por seu interesse pelos eventos reais, singulares ou específicos, e não pelas generalizações ou leis.

Esse ponto de vista é perfeitamente compatível com a análise do método científico e, em especial, das explicações – causais, de que nos ocupamos nas seções precedentes. A situação é simplesmente esta: enquanto as ciências teoréticas se interessam principalmente por descobrir e submeter a teste leis universais, as Ciências Históricas admitem todas as espécies de leis históricas e se interessam principalmente por descobrir e submeter a testes enunciados singulares. Exemplificando: dado em particular “explicandum” – um acontecimento singular –, as Ciências Históricas põem-se à busca de condições iniciais singulares que (associadas a todas as espécies de leis universais, talvez de reduzido interesse) expliquem o “explicandum”. Ou submetem a teste determinada hipótese, usando-a, em”

combinação com outros enunciados singulares, como condição inicial e deduzindo dessas condições iniciais (outra vez com o auxílio de todas as leis universais de reduzido interesse) uma nova “prognose”, capaz de descrever um evento ocorrido em passado remoto e suscetível de ver-se confrontado com a evidência empírica – talvez documentos, inscrições, etc.

No sentido desta análise, toda explicação causal de um acontecimento singular pode ser considerada histórica, pois a “causa” sempre se enuncia sob a forma de condições iniciais singulares. E isso está inteiramente de acordo com a concepção popular segundo a qual explicar causalmente uma coisa é explicar como e por que ocorreu, ou seja, contar-lhe a “história”. Só no campo da História, entretanto, é que realmente nos interessamos pela explicação causal de um acontecimento singular. Nas ciências teóricas, as explicações causais são, via de regra, meios para um fim diferente – submeter a teste leis universais.

Se as considerações expendidas são corretas, está algo deslocado o acentuado interesse por questões relativas à origem demonstrado por alguns historicistas e evolucionistas que rejeitam a ultrapassada História e querem vê-la transformada em uma ciência teórica. Questões relativas à origem são questões acerca de “como e por quê”. Teoreticamente são pouco importantes e, via de regra, só têm específico interesse histórico.

Contra a análise que ofereço da explicação histórica, pode levantar-se a objeção de que a História faz efetivo uso de leis universais, em oposição à enfática declaração de tantos historiadores, segundo os quais a História não tem qualquer interesse por leis tais. A isso cabe responder que só relativamente a alguma lei universal é que um evento singular se põe como causa de outro evento singular – que é seu efeito. As leis universais podem, entretanto, revestir-se de tal trivialidade, fazer de tal modo parte de nosso saber comum que não temos por que mencioná-las, e delas raramente nos damos conta. Quando dizemos que a causa da morte de Giordano Bruno foi o fato de ter sido queimado, não há por que fazer menção da lei universal de que morrem todas as coisas vivas que venham a ser expostas a calor intenso. Ao formularmos a explicação causal, essa lei está implicitamente pressuposta.

Dentre as teorias que o historiador político dá por admitidas, encontram-se, por certo, “algumas teorias sociológicas – a da sociologia do poder, por exemplo. Ocorre, entretanto, que dessas teorias o historiador se vale, via de

regra, sem delas se dar conta. Usa-as, em geral, não como leis universais que o ajudem a submeter a teste hipóteses específicas, mas como algo embutido na própria terminologia de que se vale. Ao falar de governos, de nações, de exércitos, utiliza, em geral de maneira inconsciente, os “modelos” que lhe são oferecidos pela análise sociológica científica ou pré-científica (ver seção anterior).

As Ciências Históricas, observemos, não assumem atitude diferente com respeito às leis universais. Sempre que deparamos com uma concreta aplicação da ciência a um problema singular ou específico, deparamos com uma situação semelhante à descrita. O químico prático, por exemplo, desejando analisar certo composto – fragmento de uma rocha, digamos – dificilmente põe em pauta uma lei universal. Em vez disso, aplica, possivelmente sem muita reflexão, algumas técnicas rotineiras que, do ponto de vista lógico, são testes de hipóteses singulares, como a de que “este composto contém enxofre”. O interesse do químico é principalmente de feição histórica – descrição de um conjunto de eventos específicos ou de um corpo físico individualizado.

Creio que essa análise lança luz sobre algumas conhecidas controvérsias que dividem os estudiosos dos métodos da História. Um grupo de historicistas assevera que a História não se limita a enumerar fatos, mas busca apresentá-los sob alguma forma de conexão causal e, por isso mesmo, há de estar interessada na formulação de leis históricas, pois causalidade significa, fundamentalmente, determinação por força de lei. Um segundo grupo, no qual também se incluem historicistas, sustenta que, mesmo os eventos “únicos”, eventos que só ocorrem uma vez e nada encerram de “geral”, podem ser causa de outros eventos, e que é para esse tipo de causação que se volta o interesse da História. Já temos como perceber que ambos os grupos estão parcialmente certos e parcialmente equivocados. A lei universal e os acontecimentos específicos são, ambos, elementos necessários de qualquer explicação causal, mas, fora do campo das ciências teóricas, as leis universais despertam, em geral, pouco interesse.

Isso nos conduz à questão do caráter único dos eventos históricos. Na medida em que estejamos preocupados com a explicação histórica de eventos típicos, haveremos de vê-los necessariamente como típicos, haveremos de vê-los como necessariamente pertencentes a espécies ou

classes de eventos. Somente assim, com efeito, será aplicável o método dedutivo de explicação causal. A História, entretanto, se interessa não apenas pela explicação de eventos específicos, mas ainda pela descrição de um específico evento como tal. Uma das mais importantes tarefas da História é, sem dúvida, a de descrever, em sua peculiaridade ou exclusividade, ocorrências de interesse – incluindo aspectos que não procurará explicar causalmente, como, por exemplo, a “acidental” concorrência de eventos sem relação causal. Essas duas tarefas da História, a de desvelar os encadeamentos causais e a de descrever a “acidentalidade” com que as teias causais se entrelaçam, são ambas necessárias e se complementam reciprocamente – em certa ocasião, um acontecimento será encarado como típico, isto é, encarado do ponto de vista de uma explicação causal; em outra oportunidade, será enxergado como único.

Essas considerações aplicam-se ao problema da novidade, examinado na seção 3. A distinção ali feita entre “originalidade de disposição” e “novidade intrínseca” tem correspondência com a distinção que ora se faz entre o ponto de vista da explicação causal e o da apreciação do caráter único. Na medida em que a novidade admite análise e predição racionais, não pode ser “intrínseca”. Isso afasta a doutrina historicista que sustenta dever a Ciência Social aplicar-se ao problema de predizer a ocorrência de acontecimentos intrinsecamente novos afirmação, cabe dizer, que, em última instância, se apoia em uma insuficiente análise do que sejam a predição e a explicação causal.

31. A Lógica Situacional em História. Interpretação Histórica

Isso será tudo? Nada haverá de aproveitável no clamor historicista em prol de uma reforma da História – em prol de uma Sociologia que desempenhe o papel de história teórica ou de teoria do desenvolvimento histórico? (Ver seções 12 e 16.) Nada haverá de aproveitável na concepção historicista de “período”, de “espírito” ou “estilo” da época, de tendências históricas irresistíveis, de movimentos que se apossam da mente dos homens e que se manifestam como uma avalanche, impelindo esses homens, em vez de serem por eles impelidos? Ninguém, que haja lido, por exemplo, em Guerra e Paz, as especulações de Tolstoi – historicista, sem

dúvida, mas enunciando candidamente seus motivos – a propósito do movimento dos homens do Oeste em direção ao Leste e o contra movimento dos russos em direção a Oeste, poderá negar que o historicismo corresponde a uma real necessidade. Antes de podermos esperar ver-nos livres do historicismo, haveremos de satisfazer essa necessidade, dando-lhe resposta melhor que a historicista.

O historicismo de Tolstoi é uma reação contra o método de escrever História que, implicitamente, aceita a verdade do princípio de liderança, método que atribui muito – atribui demasiado, se Tolstoi está certo, e indubitavelmente está –ao grande homem, ao líder. Tolstoi procura demonstrar – e consegue, segundo creio – que foi reduzida a influência das ações e das decisões de Napoleão, de Alexandre, de Kutuzov e outros grandes chefes de 1812, em face do que poderíamos chamar a lógica dos acontecimentos. Tolstoi assinala corretamente a esquecida, mas relevante importância das decisões e ações dos incontáveis desconhecidos que participaram das batalhas, que incendiaram Moscou e que inventaram o método partisan de lutar.

Acredita, porém, que lhe é possível enxergar, nesses eventos, alguma espécie de determinação histórica – destino, leis históricas, um plano. Em sua versão do historicismo, combina o individualismo e o coletivismo metodológico, isto é, personifica uma combinação típica – típica de seu tempo, e receio que também do nosso – de elementos democrático-individualistas e coletivista-nacionalistas.

Esse exemplo nos lembra de que há, no historicismo, alguns elementos mercedores de consideração; é ele uma reação contra o método ingênuo de interpretar a história política apenas em termos do relato de ações dos grandes tiranos e dos grandes generais. O historicista percebe, corretamente, que deve existir algo melhor que esse método. E é tal percepção que o leva à ideia de “espíritos”, – de uma época, de uma nação, de um exército –, pela qual tanto se deixa seduzir.

Ora, não sinto a menor simpatia por esses “espíritos” – nem por seus protótipos idealistas, nem por suas encarnações dialéticas e materialistas – e tenho toda a simpatia por aqueles que os repudiam. E, sem embargo, sinto que, quando menos, apontam a existência de uma lacuna, indicam um vazio que toca à Sociologia preencher com algo mais aceitável – como seja, por exemplo, a análise de problemas que surgem no bojo de uma

tradição. Há terreno para uma pormenorizada análise da lógica das situações. Historiadores categorizados têm recorrido, mais ou menos inconscientemente, a essa concepção – e assim procede Tolstoi, ao dizer-nos que não foi uma decisão, mas a “necessidade” o que levou o exército russo a abandonar Moscou sem luta e a retirar-se para local onde poderia encontrar provisões. Além dessa lógica da situação ou, talvez, como parte dela, faz-se necessário algo como uma análise dos movimentos sociais. Necessitamos de estudos, fundamentados no individualismo metodológico, que focalizem as instituições sociais através das quais as ideias possam disseminar-se e empolgar os homens, de estudos que tomem por tema a maneira de criar tradições novas, a maneira como as tradições agem e deixam de agir. Em outras palavras, os atuais modelos individualistas e institucionais de entidades coletivas, como as nações ou os governos ou os mercados, hão de ser suplementados por modelos de situações políticas e de movimentos sociais, como os que se traduzem no progresso industrial e científico. (Esboço de uma análise do progresso, elaborado nos termos desse esquema, será encontrado na seção seguinte.) Esses modelos poderão ser utilizados pelos historiadores, em parte à semelhança de como utilizam modelos outros e, em parte, para fins de explicação e, neste caso, em combinação com leis universais a que recorram. Isso, entretanto, ainda não bastaria; não chegaria a dar atendimento a todas as necessidades reais que o historicismo procura ter em conta.

Se considerarmos as Ciências Históricas à luz da comparação que traçamos entre elas e as ciências teóricas, perceberemos que o fato de se desinteressarem por leis universais as coloca em posição difícil. E isso porque, no campo da ciência teórica, as leis atuam, entre outras coisas, como centros de interesse aos quais são referidas as observações, ou como pontos de vista a partir dos quais as observações são feitas. No campo da História, as leis universais, geralmente de caráter trivial e só inconscientemente usadas, não têm como desempenhar a mesma função. Esta há de ser desempenhada por alguma outra coisa, pois, indubitavelmente, não pode haver história sem haver um ponto de vista; à semelhança das Ciências Naturais, a História tem de ser seletiva, sob pena de se ver avassalada por uma torrente de elementos sem significado e sem correlação. A tentativa de acompanhar as cadeias causais até o passado remoto em nada ajuda, pois todo efeito concreto passível de ser escolhido como ponto de partida tem um grande número de diferentes causas

parciais, ou seja, as condições iniciais são muito complexas e, em sua maioria, revestem-se de pouco interesse para nós.

A única maneira de vencer essa dificuldade está, entendo eu, em introduzir na História, conscientemente, um preconcebido ponto de vista seletivo, isto é, escrever a História que nos interessa. Não significa isso que devemos torcer os fatos até que se afeiçoem a uma estrutura de ideias preconcebidas, ou que devemos esquecer os fatos que a essa estrutura não se acomodem. Ao contrário, toda informação de que dispomos e que tenha conexão com nosso ponto de vista há de ser examinada cuidadosa e objetivamente (no sentido de “objetividade científica”, a ser discutido na próxima seção). O que deixei enunciado pretende significar que não nos devemos preocupar com fatos e aspectos sem conexão com nosso ponto de vista e, portanto, para nós, despidos de interesse.

Esses enfoques seletivos desempenham, no estudo da História, funções de alguma forma análogas às das teorias no estudo da ciência. É conseqüentemente compreensível que esses enfoques tenham sido frequentemente vistos como teorias. E, em verdade, as raras ideias que, inerentes a esses enfoques, são passíveis de apresentação sob a forma de hipóteses suscetíveis de teste, sejam essas hipóteses singulares ou universais, podem, sem dúvida, ser tratadas como hipóteses científicas. Via de regra, entretanto, esses “enfoques” históricos ou “pontos de vista” não podem ser submetidos a teste. Não há como refutá-las e, assim, as aparentes confirmações carecem de valor, ainda que tão numerosas quanto às estrelas do céu. A esse ponto de vista seletivo ou foco do interesse histórico – no caso de ele não poder ser apresentado como uma hipótese suscetível de teste – denominaremos interpretação histórica.

O historicismo confunde essas interpretações com teorias. É um de seus erros fundamentais. Cabe, por certo, interpretar a “História” como a história da luta de classes ou como luta de raças em busca da supremacia, ou como história de ideias religiosas, ou como história da luta entre a sociedade “aberta” e a sociedade “fechada”, ou como história do progresso científico e industrial. Todos esses são pontos de vista mais ou menos interessantes e, como tais, perfeitamente aceitáveis. O historicista, entretanto, não os apresenta como tais, não reconhece que haja, necessariamente, uma pluralidade de interpretações que se situam, basicamente, no mesmo nível de sugestividade e de arbitrariedade (ainda

que alguns daqueles pontos de vista possam merecer realce por sua fertilidade – que é de alguma importância). O historicista apresenta aqueles pontos de vista como doutrinas ou teorias, asseverando que “toda História é história da luta de classes”, e assim por diante. E quando se dá conta de que o ponto de vista é fértil e de que, à luz dele, é possível ordenar e interpretar muitos fatos, entende erroneamente que está diante de uma confirmação ou até mesmo de uma demonstração de sua doutrina.

De outra parte, os historiadores clássicos, opondo-se corretamente a essa forma de procedimento, incidem em um erro diferente. Almejando a objetividade, são levados a repelir qualquer ponto de vista seletivo; e como isso é impossível, geralmente adotam pontos de vista sem se darem conta de que o fazem. Isso lhes compromete os esforços no sentido da objetividade, pois não há como adotar uma posição crítica em relação ao próprio ponto de vista e reconhecer as limitações desse ponto de vista sem dele estar consciente.

A solução desse dilema está, naturalmente, no dar-se conta da necessidade de adotar um ponto de vista, de enunciar claramente esse ponto de vista, de ter consciência de que ele é um entre muitos e de que, ainda quando possa equivaler a uma teoria, esse ponto de vista não é suscetível de teste.

32. Teoria Institucional do Progresso

Para tornar menos abstratas as considerações que vimos fazendo, tentaremos, na presente seção, esboçar, em brevíssimas linhas, uma teoria do progresso científico e industrial. Procuraremos, dessa maneira, concretizar as ideias expostas nas quatro últimas seções e, mais particularmente, as ideias de lógica situacional e de um individualismo metódico isento de psicologia. Recorro ao exemplo do progresso científico e industrial porque foi esse, indubitavelmente, o fenômeno inspirador do moderno historicismo do século XIX e porque já examinei, atrás, algumas ideias de Mill a respeito do assunto.

Comte e Mill, lembremos, sustentaram que o progresso é uma tendência incondicional ou absoluta, reduzível às leis da natureza humana. “Uma lei de sucessão”, escreve Comte, “ainda quando revestida de toda a autoridade que lhe possa conferir o método de observação histórica, não deve ser

acolhida antes de ver-se racionalmente reduzida à teoria positiva da natureza humana”. Acredita ele que a lei do progresso é dedutível de uma tendência dos homens que os impele a, mais e mais, aperfeiçoar a própria natureza. Nesse ponto, Mill dá completa adesão a Comte e procura reduzir a lei comtiana do progresso ao que ele, Mill, denomina “caráter progressista do espírito humano”, cuja primeira “força impulsionadora ... é o desejo de crescente conforto material”. Ao ver de ambos, Comte e Mill, a feição incondicional ou absoluta dessa tendência ou quase-lei capacita-nos a deduzir, a partir dela, os primeiros estágios ou fases da História, sem que se faça necessário o conhecimento de quaisquer condições históricas iniciais, observações ou dados. Em princípio, dessa forma poderia ser deduzido todo o curso da História; a única dificuldade reside, como diz Mill, em que “uma série tão longa (...) onde cada termo sucessivo se compõe de crescente e variado número de partes não pode ser abrangida pelas faculdades humanas”.

Parece óbvia a inconsistência dessa “redução” que Mill propõe. Ainda que admitíssemos as premissas e deduções por ele sugeridas, daí não decorreria significativo efeito social ou histórico. O progresso pode tornar-se desprezível, em razão, digamos, de um incontável ambiente natural. Além disso, as premissas estão apoiadas em um aspecto apenas da natureza humana, desconsiderando aspectos outros, como o esquecimento ou a indolência. Assim, onde observamos exatamente o oposto do progresso descrito por Mill, poderemos, com igual procedência, “reduzir” essas observações à “natureza humana”. (Não são, com efeito, a ociosidade e a tendência de comer em excesso características a que as chamadas teorias históricas recorrem comumente, para explicar declínio e queda de impérios?) São pouquíssimos, em verdade, os acontecimentos que não poderíamos explicar plausivelmente, fazendo apelo às propensões da natureza humana. E um método que explica tudo quanto pode acontecer nada explica.

Se desejarmos substituir essa teoria espantosamente ingênua por uma doutrina mais sustentável, teremos de tomar duas medidas. Teremos, inicialmente, de tentar determinar as condições do progresso e, para esse fim, aplicar o princípio estabelecido na seção 28: deveremos tentar determinar as condições sob as quais o progresso se deteria. Isso nos leva a compreender, de imediato, que a propensão psicológica isoladamente não basta para explicar o progresso, pois podem ser descobertas condições de

que ela dependa. Impõe-se, por isso mesmo, substituir a teoria das propensões psicológicas por algo mais satisfatório; sugiro seja ela substituída por uma análise institucional (e tecnológica) das condições de progresso.

Como poderia ser detido o progresso científico e industrial? Fechando ou controlando os laboratórios de pesquisa, suprimindo ou controlando as revistas científicas e outros veículos de debate de ideias, impedindo conferências e congressos científicos, eliminando universidades e escolas, suprimindo os livros, as editoras, a escrita e, ao fim, a própria fala. Todas essas coisas, suscetíveis, sem dúvida, de supressão (ou controle), são instituições sociais. A língua é uma instituição social sem a qual não cabe pensar em progresso científico, pois, sem ela, não pode haver ciência e nem pode existir uma tradição crescente e progressiva. A escrita é uma instituição social, como o são as organizações criadas para imprimir e publicar, e todos os outros instrumentos institucionais do método científico. O próprio método científico tem aspectos sociais. A ciência e, mais especialmente, o progresso científico resultam não de esforços isolados, mas da livre competição de ideias. A ciência requer competição cada vez mais severa entre hipóteses e testes cada vez mais rigorosos. E as hipóteses em luta reclamam, por assim dizer, representação pessoal: precisam de advogados, precisam de um tribunal e até mesmo de público. Essa representação pessoal há de ser institucionalmente organizada, se desejarmos dar-lhe condições de operar. Essas instituições têm um custo de manutenção e pedem proteção legal. Em última instância, o progresso depende largamente de fatores políticos, de instituições políticas que assegurem a liberdade de pensamento, depende da democracia.

É de algum interesse notar que a usualmente denominada “objetividade científica” se fundamenta, até certo ponto, em instituições sociais. A ingênua concepção de que a objetividade científica se apoia na atitude mental ou psicológica do cientista individual, no treinamento que recebe, na cautela com que age, em sua imparcialidade científica, é uma concepção que gera, como reação, a concepção cética segundo a qual o cientista jamais é objetivo. De acordo com essa maneira de ver, a falta de objetividade do cientista pode não ter maior importância no campo das Ciências Naturais, onde suas paixões não se excitam, mas será fatal no campo das Ciências Sociais, onde as tendenciosidades, os preconceitos de classe e os interesses pessoais estão presentes. Essa doutrina, apresentada

em pormenor pela chamada “sociologia do conhecimento” (ver seções 6 e 26), esquece inteiramente o caráter social ou institucional do conhecimento científico, porque se baseia na simplória doutrina de que a objetividade depende da psicologia do cientista individualmente considerado. Esquece o fato de que nem a aridez, nem o abstrato caráter de um tópico de ciência natural impedem a parcialidade e o interesse próprio de interferirem nas crenças do cientista, e esquecem que, se tivéssemos de depender de sua imparcialidade, a ciência, mesmo a ciência natural, seria impossível. O que a “sociologia do conhecimento” esquece é justamente a sociologia do conhecimento – o caráter social ou público da ciência. Esquece que é o caráter público da ciência e de suas instituições que impõe disciplina mental ao cientista e que preserva a objetividade da ciência e sua tradição de debater criticamente as ideias novas.

A este propósito, será talvez de conveniência referir uma outra das doutrinas mencionadas na seção 6 (Objetividade e valoração). Sustentou-se, ali, que, se a pesquisa científica em torno de problemas sociais exerce influência sobre a vida social, torna-se impossível ao cientista social, ciente dessa influência, conservar a adequada atitude científica de desinteressada objetividade. Nesse terreno, entretanto, nada há de peculiar à ciência social. Um físico ou um engenheiro comum enfrenta a mesma situação. Sem ser um cientista social, ele se dá conta de que a invenção de uma nova aeronave ou de um novo foguete pode exercer enorme influência sobre a sociedade.

Esbocei, assim, algumas das condições institucionais de cuja concretização depende o progresso científico e industrial. É importante assinalar, agora, que essas condições, em sua maioria, não podem ser consideradas necessárias, e que todas elas, tomadas em conjunto, não chegam a ser suficientes.

As condições não são necessárias porque, sem as instituições referidas (excluída, talvez, a língua), o progresso científico não seria estritamente impossível. “Progresso”, afinal de contas, ocorreu da palavra falada para a palavra escrita, e até para mais além (embora aquele primeiro desenvolvimento não tenha, talvez, correspondido, propriamente falando, a um progresso científico).

De outra parte, e isto é mais importante, devemos reconhecer que, apesar das melhores organizações institucionais de que disponha o mundo, o

progresso científico pode, um dia, cessar. Pode manifestar-se, por exemplo, um misticismo epidêmico. Isso é certamente possível, pois, se alguns intelectuais reagem ao progresso científico (ou às exigências de uma sociedade aberta) recolhendo-se ao misticismo, qualquer outra pessoa poderia reagir da mesma forma. Talvez que essa eventualidade possa ser combatida, fazendo-se com que um outro conjunto de instituições sociais; as instituições educacionais, por exemplo, desencorajem a uniformidade de visão e estimulem a diversidade. A ideia de progresso e sua disseminação entusiástica terão também algum efeito. Sem embargo, nada disso torna certo o progresso. Não há, em verdade, por que excluir a possibilidade lógica de surgimento de uma bactéria ou vírus que, digamos, espalhe o desejo do Nirvana.

Verificamos, assim, que nem mesmo as instituições mais bem estruturadas mostram uma solidez a toda prova. Como já registrei, “As instituições são semelhantes a fortalezas: hão de ser bem projetadas e bem guarnecidas”. Nunca, porém, estaremos seguros de que o homem certo será atraído para a pesquisa científica. Nem poderemos estar seguros de que haverá homens de imaginação, engenhosos no inventar hipóteses novas. E, por fim, em tais assuntos, muito depende da pura sorte. E isso porque a verdade não é manifesta, e constitui erro crer como creram Comte e Mill – que, uma vez afastados os “obstáculos” (e aqui se alude à Igreja), a verdade se tornará visível para todos quantos desejam realmente enxergá-la.

Parece-me que o resultado dessa análise admite generalização. O fator humano ou pessoal se mantém como o elemento irracional na maior parte das teorias sociais institucionais, ou em todas elas. A doutrina contrária, que prega a redução das teorias sociais à Psicologia – à semelhança de como procuramos reduzir a Química à Física está, penso eu, fundada em um mal-entendido. Brota da falsa crença de que esse “psicologismo metodológico” é corolário necessário de um individualismo metodológico – da inatacável doutrina segundo a qual devemos tentar compreender todos os fenômenos coletivos como algo que decorre das ações, interações, objetivos, esperanças e ideias de homens individualmente considerados, e que decorre das tradições criadas e preservadas por homens considerados de per si. É possível, entretanto, sermos individualistas, sem aceitação do psicologismo. O “método zero” de construir modelos racionais não tem caráter psicológico, sendo, antes, um método lógico.

Em verdade, a Psicologia não pode colocar-se como base da ciência social. Em primeiro lugar, porque ela própria é apenas uma das Ciências Sociais: a “natureza humana” varia consideravelmente com a variação das instituições sociais, e seu estudo pressupõe, conseqüentemente, compreensão dessas instituições. Em segundo lugar, porque as Ciências Sociais muito se preocupam com as conseqüências ou repercussões não desejadas que as ações humanas possam ter. E, neste contexto, “não desejada” talvez não signifique “conscientemente não desejada”; caracterizará, antes, as repercussões que possam violar todos os interesses do agente social, sejam eles conscientes ou inconscientes. Embora algumas pessoas afirmem que apreciar as montanhas e a solidão é psicologicamente explicável, ocorre que, se muitas pessoas apreciarem as montanhas, deixarão de nelas poder gozar da solidão – e isso não é um fato psicológico; essa espécie de problema está, porém, na própria raiz da teoria social.

Com essas ponderações, alcançamos um resultado que se põe em contraste flagrante com o ainda correntemente empregado método de Comte e de Mill. Em vez de reduzir considerações de ordem sociológica à base, aparentemente firme, da psicologia da natureza humana, diremos que, em última análise, o fator humano é o elemento incerto e instável da vida social e de todas as instituições sociais. Com efeito, esse é o elemento que, em última análise, não pode ser inteiramente controlado pelas instituições (tal como Spinoza originalmente sustentou). Toda tentativa de sobre ele exercer completo controle conduz à tirania, ou seja, à onipotência do fator humano – submissão aos caprichos de uns poucos homens, ou até mesmo de um só homem.

Não será, entretanto, possível controlar o fator humano por meio da ciência –, o oposto do capricho? Sim dúvida, a Biologia e a Psicologia podem, ou poderão dentro em pouco, resolver o “problema da transformação do homem”. Todavia, os que tentarem assim proceder destruirão a objetividade da ciência e, com isso, a própria ciência, pois que a ciência e sua objetividade dependem de uma admitida competição de ideias, isto é, de liberdade. Caso se deseje que a razão se desenvolva e que a racionalidade humana sobreviva, nunca se deverá interferir com a diversidade dos indivíduos e de suas opiniões, objetivos e propósitos (a não ser em casos extremos de ameaça à liberdade política). Até mesmo o apelo, emocionalmente persuasivo, no sentido de que haja reunião em torno de

um propósito comum, por excelente que seja, é apelo no sentido de que sejam abandonadas todas as opiniões morais contrastantes, as críticas recíprocas e os argumentos que elas provocam – é um apelo para que se abandone o pensamento racional.

O evolucionista que exige controle “científico” da natureza humana ignora o quão suicida é essa exigência. A mola da evolução e do progresso é a variedade do material que venha a ser sujeito à seleção; é, no que interessa à evolução do homem, a “liberdade de ser ímpar e diferente dos outros”, “de discordar da maioria e seguir o próprio caminho”. O controle holístico, levando à equiparação não dos direitos humanos, mas dos espíritos humanos, significaria o fim do progresso.

Conclusão: O Apelo Emocional do Historicismo

O historicismo é movimento bem antigo. Suas mais antigas formas, como sejam as doutrinas dos ciclos de vida de cidades e de raças, precedem a primitiva concepção teleológica segundo a qual há propósitos ocultos por detrás dos aparentemente cegos decretos do destino. Muito embora esse pressentimento de propósitos ocultos se distancie largamente da maneira científica de pensar, há dele traços indisfarçáveis até mesmo nas mais modernas teorias historicistas. Todas as versões do historicismo comunicam a sensação de estarmos sendo arrastados para o futuro por forças irresistíveis.

Os historicistas modernos não parecem, porém, dar-se conta da vetustez de sua doutrina. Acreditam – e a que mais poderia levar a deificação do modernismo? – que o tipo de historicismo por eles professado corresponde a mais recente e mais ousada realização do espírito humano, realização tão desconcertantemente original que só umas poucas pessoas suficientemente esclarecidas chegam a apreender. Acreditam, com efeito, que foi por eles descoberto o problema da transformação – que é um dos mais antigos problemas da metafísica especulativa. Estabelecendo contraste entre o pensamento “dinâmico” de que se valem e o pensamento “estático” de todas as gerações precedentes, acreditam que o avanço por eles conseguido se deve à circunstância de que, agora, “vivemos uma revolução” que acelerou a velocidade do desenvolvimento até o ponto de hoje ser possível, no espaço de uma vida humana, fazer a experiência da transformação social. Isso é, naturalmente, mitologia pura. Importantes revoluções ocorreram antes de nossa época e, desde os tempos de Heráclito, a transformação tem sido descoberta e redescoberta muitas vezes.

Atribuir a tão antiga ideia o caráter de atrevida e revolucionária é, a meu ver, deixar-se trair por um conservadorismo inconsciente; e nós, que nos pomos como espectadores desse grande entusiasmo pela transformação, podemos suspeitar que ele corresponde a apenas um dos aspectos de uma atitude ambivalente e que esconde um receio interior, igualmente grande, de ser superado. Se assim for, estará explicado o fervor religioso com que essa velha e débil filosofia é apresentada em termos da mais recente e mais importante revelação da ciência. Não serão, afinal, os historicistas os que

se amedrontam com a transformação? E não será, talvez, esse medo da transformação que os torna tão completamente incapazes de reagir racionalmente à crítica recebida e que torna os outros tão dóceis aos ensinamentos que transmitem? Quase diríamos que os historicistas procuram compensar-se da perda de um mundo imutável apegando-se à crença de que é possível antecipar a mutação, pois que esta é governada por uma lei imutável.

Table of Contents

[Apresentação: Karl Popper e a Crítica ao Historicismo](#)

[Nota Histórica](#)

[Prefácio](#)

[Introdução](#)

[I. Doutrinas Anti-Naturalísticas do Historicismo](#)

[II. Doutrinas Naturalistas do Historicismo](#)

[III. Crítica das Doutrinas Anti-Naturalísticas](#)

[IV. Crítica das Doutrinas Naturalísticas](#)

[Conclusão: O Apelo Emocional do Historicismo](#)